



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Tiago Prata Lopes Storni

**Representação racial no Legislativo e
comportamento eleitoral de cor e raça no Brasil**

Rio de Janeiro

2019

Tiago Prata Lopes Storni

**Representação racial no Legislativo e
comportamento eleitoral de cor e raça no Brasil**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador Prof. Dr. João Feres Júnior.

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

S88 Storni, Tiago Prata Lopes
Representação racial no Legislativo e comportamento eleitoral de cor e
raça no Brasil / Tiago Prata Lopes Storni. – 2019.
119f.: il.

Orientador: João Feres Júnior.
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos

1. Negros – Brasil – Participação política – Teses. 2. Governo
representativo e representação – Brasil- Teses. 3. Negros – Brasil -Identidade
racial – Teses. . 4. Negros – Brasil - Identidade étnica – Teses. I. Feres Junior,
João. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos
Sociais e Políticos. III. Título.

CDU32(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Elisa, ao meu irmão, Cristiano, à minha cunhada, Luísa, e à minha sobrinha, Clara, pelo amor e suporte que sempre deram às minhas inquietações e escolhas. Obrigado ao primo Fernando Menezes e à família Menezes pelo acolhimento e apoio quando cheguei ao Rio. Obrigado, ainda, aos irmãos de alma Ingrid Morgade, Amanda Olímpio e Thales Santos.

Agradeço a todo o corpo do IESP. Colegas, professores, servidores, terceirizados e convidados me proporcionaram um espaço estimulante para reflexões, críticas, posicionamentos e efetivas interações. Admiro essa diversa rede de ideias, formações e vaidades que formam um todo não muito coeso, mas ainda uma primorosa unidade. Agradeço muito às sugestões e provocações dos amigos iespianos Anna Carolina Venturini, Walkiria Zambrzycki, Pablo Nunes, Natalia Leão, Eduardo Barbabela, Luna Sassara e professora San Romanelli.

Agradeço à professora Mara Telles, da UFMG, por me inserir no grupo de Opinião Pública e ser uma referência intelectual que sempre me deu abertura ao diálogo sincero, além do incentivo à busca por produções especializadas em comportamento político e eleitoral.

Em especial, agradeço ao meu orientador, professor João Feres Jr, por ter aceito meu projeto, acreditar nas minhas contribuições analíticas, me introduzir no GEMAA e na literatura de ações afirmativas, raça e racismo, e me orientar nessa jornada com paciência e com muitas provocações.

RESUMO

STORNI, Tiago Prata Lopes. *Representação racial no Legislativo e comportamento eleitoral de cor e raça no Brasil*. 2019. 119f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O objetivo desta tese é investigar a representação negra e a competitividade dos candidatos negros nas eleições legislativas de 2014, bem como averiguar a existência de clivagens raciais e a associação da cor e da raça com o comportamento eleitoral. O trabalho apresenta contribuições em três principais aspectos da literatura: a consolidação de índices para mensurar desigualdades raciais na dimensão eleitoral; a confirmação da capacidade de financiamento de campanha como um dos principais desafios para a representatividade de negros no legislativo; e a verificação do fenômeno do voto étnico-racial, aquele em que há uma associação entre a raça do eleitor e a raça do candidato de preferência do eleitor, elemento estratégico a ser considerado na comunicação de campanha para compensar desvantagens de potencial competitivo.

Palavras-chave: Cor e raça. Representação negra. Representação política. Desigualdade racial. Voto étnico. Voto racial. Comportamento eleitoral.

ABSTRACT

STORNI, Tiago Prata Lopes. *Race, political representation, and electoral behavior in Brazil*. 2019. 119f. Tese (Doutorado em Ciência Política) –Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

The study investigates the underrepresentation of black politicians as well as comparisons in terms of racial competitiveness among candidates in the 2014 Brazilian legislative elections. The purpose is to check the presence of racial cleavages and also the association between electoral behavior and race/color. It presents three main contributions to the racial political literature: the provision of indexes to measure racial inequality on the electoral dimension; the validation of campaign funding as one of the greatest obstacles to the electoral success of black candidates; the verification of the “racial vote” phenomenon, described as the association between the race of the voter and the race of the candidate.

Keywords: Race. Black representation. Political representation. Racial inequality. Racial vote. Ethnic vote. Electoral behavior. Voting behavior.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Opiniões sobre preconceitos raciais no Brasil (% na coluna).....	30
Tabela 2 –	Opiniões sobre os principais problemas que a população negra enfrenta no Brasil (Espontânea, Múltipla, % na coluna).....	30
Tabela 3 –	Opiniões sobre a maneira como os negros costumam aparecer na televisão, em filmes e novelas cruzado com cor autodeclarada (% na coluna).....	31
Tabela 4 –	Indicação se votaria ou se já votou alguma vez em um político negro cruzado com cor autodeclarada (% na coluna).....	32
Tabela 5 –	Autoconsideração de racismo entre jovens, por cor e raça do entrevistado (% na coluna).....	32
Tabela 6 –	Percepção de racismo dos jovens (% na coluna).....	33
Tabela 7 –	Estatística qui-quadrado para teste de associação do cruzamento entre perguntas de desigualdade e desigualdade racial com cor e raça do respondente.....	46
Tabela 8 –	Treze indicadores eleitorais de performance racial comparada.....	62
Tabela 9 –	Resultados de 13 indicadores eleitorais de performance racial comparada, por UF, para o cargo de deputado federal.....	68
Tabela 10 –	Resultados de 13 indicadores eleitorais de performance racial comparada, por UF, para o cargo de deputado estadual/distrital.....	69
Tabela 11 –	Média de votação por quintil de gasto dos candidatos, separados por cargo de deputado federal e deputado estadual/distrital.....	71
Tabela 12 –	Média de votação por participação ou não em eleições anteriores, separados por cargo de deputado federal e deputado estadual/distrital.....	71
Tabela 13 –	Média de votação entre os que já foram eleitos ou não em pleitos anteriores, separados por cargo de deputado federal e deputado estadual/distrital.....	72
Tabela 14 –	Modelos de regressão multivariada de explicação da votação de candidatos nas eleições de 2014, separados por cargo de deputado federal e deputado estadual/distrital.....	73
Tabela 15 –	Modelos de regressão multivariada de explicação da votação de candidatos nas eleições de 2014, separados por cargo e por cor e raça.....	74
Tabela 16 –	Decomposição de Oaxaca para análise de efeitos explicados e não explicados com base em regressões do log de votação de negros e brancos..	75
Tabela 17 –	Grau de interesse pela política, por cor e raça (% na coluna).....	84
Tabela 18 –	Ação de votar se voto não fosse obrigatório, por cor e raça (% na coluna)...	85
Tabela 19 –	Autolocalização ideológica na escala de 0 a 10 de esquerda-direita, por cor e raça (% na coluna).....	86
Tabela 20 –	Se gosta ou não de algum partido político e partido de que mais gosta, por cor e raça (% na coluna).....	87
Tabela 21 –	Renda familiar mensal, por cor e raça (% na coluna).....	88
Tabela 22 –	Se beneficiário do Programa Bolsa Família, por cor e raça (% na coluna)...	88

Tabela 23 –	Avaliação da situação econômica do País, por cor e raça (% na coluna).....	89
Tabela 24 –	Avaliação do governo da presidente Dilma, por cor e raça (% na coluna)...	89
Tabela 25 –	Partido político do deputado federal que votou, por cor e raça (% na coluna).....	90
Tabela 26 –	Partido político do deputado estadual/distrital que votou, por cor e raça (% na coluna).....	90
Tabela 27 –	Grau de concordância de cotas raciais prejudicarem quem tem mais competência, por cor e raça (% na coluna).....	92
Tabela 28 –	Associação entre a cor e raça do eleitor e a cor e raça dos candidatos a Deputado Federal e Estadual/Distrital em quem votou (% na coluna).....	92
Tabela 29 –	Associação entre o sexo do eleitor e o sexo dos candidatos a deputado federal e estadual/distrital em quem votou (% na coluna).....	93
Tabela 30 –	Mediana de despesas de campanha dos candidatos escolhidos pelo eleitor, de acordo com a associação entre a cor e raça do eleitor e a cor e raça dos candidatos a deputado federal e estadual/distrital em quem votou.....	93
Tabela 31 –	Proporção de votos no partido do deputado federal, de acordo com as categorias de associação entre a cor e raça do eleitor e a cor e raça do deputado escolhido (% na linha).....	94
Tabela 32 –	Proporção de votos no partido do Deputado Estadual/Distrital, de acordo com as categorias de associação entre a cor e raça do eleitor e a cor e raça do deputado escolhido (% na linha).....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Percepção de racismo por cor e raça do respondente.....	33
Gráfico 2 –	Valores ligados ao racismo (cada alternativa é uma pergunta separada).....	34
Gráfico 3 –	Indicador de Busca no Google dos termos “Negros”, “Racismo” e “Afrobrasileiros”.....	35
Gráfico 4 –	Opinião sobre evolução da desigualdade e da desigualdade racial nos últimos 10 anos.....	40
Gráfico 5 –	Principal motivo para a existência da desigualdade e da desigualdade racial no Brasil.....	41
Gráfico 6 –	Instituições que mais combatem a desigualdade e a desigualdade racial.....	41
Gráfico 7 –	Posicionamento sobre iniciativas do governo no combate à desigualdade e à desigualdade racial.....	42
Gráfico 8 –	Principais ações a serem tomadas pelos menos favorecidos na desigualdade e na desigualdade racial.....	42
Gráfico 9 –	Avaliação sobre a expectativa de votos dos candidatos que prometerem combater a desigualdade e a desigualdade racial.....	43
Gráfico 10 –	Perspectivas futuras sobre a desigualdade e a desigualdade racial.....	44
Gráfico 11 –	Posicionamento sobre reserva de vagas no ensino superior para os menos favorecidos na desigualdade e na desigualdade racial.....	44
Gráfico 12 –	Cruzamento entre opinião sobre evolução da desigualdade racial nos últimos 10 anos e cor e raça do respondente.....	47
Gráfico 13 –	Cruzamento entre principais ações a serem tomadas pelos menos favorecidos na desigualdade racial e cor e raça do respondente.....	47
Gráfico 14 –	Cruzamento entre avaliação sobre a expectativa de votos dos candidatos que prometerem combater a desigualdade racial e cor e raça do respondente.....	48
Gráfico 15 –	Cruzamento entre opinião sobre evolução da desigualdade racial e cor e raça do respondente.....	49
Gráfico 16 –	Evolução da confiança nos partidos políticos.....	55
Gráfico 17 –	Evolução da simpatia por “nenhum” partido, por faixa etária (%).....	55

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	POLÍTICA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL.....	15
1.1	Hegemonia Cultural, Raça e Representação Social.....	18
1.2	Legislação Antirracista e de Promoção da Igualdade Racial.....	26
1.3	Raça e Opinião Pública.....	29
1.4	“Desigualdade” versus “Desigualdade Racial” na Opinião Pública.....	36
2	RAÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	50
2.1	Representação Política de Grupos com Desigualdade Estrutural.....	51
2.2	Representação Político-Racial no Brasil.....	57
2.3	Indicadores de (Des)Igualdade de Representação entre Brancos e Negros nas Eleições Proporcionais de 2014	60
2.4	Análise Multivariada e Modelos de Decomposição dos Diferenciais de Votação por Raça.....	70
3	RAÇA E COMPORTAMENTO ELEITORAL.....	77
3.1	Comportamento e Clivagens Raciais.....	77
3.2	Raça e Dimensões Clássicas do Comportamento Eleitoral em 2014.....	83
3.3	O Voto Étnico Racial pela Correspondência entre Raça do eleitor e Raça do candidato em quem votou.....	91
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
	REFERÊNCIA.....	100
	APÊNDICE A – Quantidade de candidatos e candidatos eleitos e indicadores de sucesso eleitoral com comparação racial (TSE 2014, deputado federal).....	107
	APÊNDICE B – Quantidade de candidatos e candidatos eleitos e indicadores de sucesso eleitoral com comparação racial (TSE 2014, dep. estadual/distrital).....	108
	APÊNDICE C – Candidatos efetivos, médias e médias de votos e indicadores de concentração com comparação racial (TSE 2014, deputado federal).....	109
	APÊNDICE D – Candidatos efetivos, médias e médias de votos e indicadores de concentração com comparação racial (TSE 2014, dep. estadual/distrital).....	110

APÊNDICE E – População e indicadores de representação eleitoral com comparação racial (TSE 2014, deputado federal e deputado estadual/distrital).....	111
APÊNDICE F – Despesas, média e mediana de gastos e indicador de gastos de candidatos com comparação racial (TSE 2014, deputado federal).....	112
APÊNDICE G – Despesas, média e mediana de gastos e indicador de gastos de candidatos com comparação racial (TSE 2014, deputado estadual/distrital).....	113
APÊNDICE H – Despesas, média e mediana de gastos e indicador de gastos de eleitos com comparação racial (TSE 2014, deputado federal)	114
APÊNDICE I – Despesas, média e mediana de gastos e indicador de gastos de eleitos com comparação racial (TSE 2014, deputado estadual/distrital).....	115
APÊNDICE J – Atuação de eleições anteriores e indicadores de experiência racial comparada (TSE 2014, deputado federal).....	116
APÊNDICE K – Atuação de eleições anteriores e indicadores de experiência racial comparada (TSE 2014, deputado estadual / distrital).....	117
APÊNDICE L – Candidatos por partido e indicadores de recrutamento partidário com comparação racial (TSE 2014, deputado federal).....	118
APÊNDICE M – Candidatos por partido e indicadores de recrutamento partidário com comparação racial (TSE 2014, deputado estadual/distrital).....	119

INTRODUÇÃO

Minha aproximação e interesse pela questão racial remonta ao tempo em que começou a ser debatida a política de cotas para não brancos na Universidade de Brasília quando eu era aluno de graduação em Relações Internacionais. Uma colega, estudante de sociologia, me avisou sobre o evento que iria discutir as cotas e me indicou um texto que mostrava estatísticas da disparidade de brancos e negros entre estudantes e professores da universidade. Dois fatos desse tempo me perturbaram: a quantidade grande de colegas que achavam um absurdo a iniciativa de cotas; e a quantidade baixa de negros participando no debate e na defesa dessa iniciativa, o que me levava a questionar a relevância da minha participação enquanto estudante de cor branca. Eu entrei em algumas discussões debatendo a importância de ações afirmativas, mas acabei considerando o tema muito complexo e não mais pesquisei. Contudo, após entrar em contato com diferentes iniciativas de coletivos negros atuantes em diversas esferas e após aprofundar meu conhecimento em metodologias quantitativas no mestrado em Economia Aplicada, eu quis enfrentar a complexidade racial no meu doutorado em Ciência Política, a partir da experiência que tinha em estudos de comportamento político e eleitoral. Acredito estoicamente que números e estatísticas têm muito a contribuir na compreensão de problemas complexos e que a ação política abre muitas possibilidades de saídas de círculos viciosos como o que reproduz desigualdades raciais no país.

A tese aborda a relação entre as desigualdades raciais e a dimensão político-eleitoral. Essa relação é analisada tanto pela perspectiva do comportamento eleitoral quanto da representatividade institucional. A investigação é dividida em três partes, em um formato de três artigos. Cada parte adota um olhar teórico e um método empírico próprios. A perspectiva que perpassa a investigação, como um todo, possui um viés prático da luta por equidade racial baseado na influência de representações políticas nas representações psicossociais no tempo e espaço, por mecanismos de aumento de coesão de grupos inconformados com estereótipos negativos que são sustentados injustamente.

A primeira parte contextualiza a questão racial nas dimensões políticas do Estado e da opinião pública. Inicialmente, é analisado o desenvolvimento do papel político dos movimentos sociais que compuseram o Movimento Negro. Em seguida, é descrito a produção legislativa antirracista e de promoção da igualdade racial. A raça é debatida a partir de conceitos de racismo estrutural, fachada da miscigenação na ideologia da

democracia racial, representações raciais no senso comum, padrões raciais dominantes e contradominantes, características fixantes e equilíbrio hegemônico. A seção empírica busca compreender e mensurar a percepção das desigualdades raciais na opinião pública a partir dos dados de pesquisas de opinião nacionais. Finalmente, o capítulo termina com uma pesquisa de autoria própria que utiliza uma estrutura contrafactual, em que os questionamentos feitos sobre desigualdades raciais tem suas respostas comparadas com as respostas do grupo controle. Essa análise destacou oportunidades de ação política, pois apontou um significativo apoio para políticas afirmativas e de equidade como a reserva de vagas em universidades e o maior apoio de pretos e pardos a representantes políticos como forma de combater as desigualdades raciais.

A segunda parte discute mais diretamente a paridade política entre brancos e negros a partir do conceito de “representação descritiva”, que é utilizado para analisar a sub-representação sistemática de grupos minoritários em espaços de decisão política. A crítica à disparidade nessa concepção não seria motivada somente por uma necessidade de instituições eletivas espelharem grupos sociais definidos em torno de determinadas características, mas sim devido à necessidade de ampliar as perspectivas sociais no debate legislativo, atraindo a inclusão e a participação de vozes e posicionamentos marginais. Empiricamente, são construídos e analisados indicadores eleitorais criados a partir das bases de dados de candidatos de 2014, disponíveis no repositório de dados eleitorais do TSE. Nos cálculos, são comparados candidatos brancos e negros nas dimensões de representatividade populacional, experiência eleitoral, competitividade intrarracial, distribuição partidária e capacidade de investimento em campanha, aspectos mensurados por dados das eleições para o legislativo em 2014, para os cargos de deputado federal, estadual e distrital. Além da análise descritiva dessas dimensões, é realizada uma análise multivariada com um modelo de decomposição de diferenças de percentual de voto entre brancos e negros, separando fatores explicados de não explicados. O objetivo é preencher uma lacuna na literatura quanto ao teste da hipótese de negros serem sub-representados devido à diferença nos atributos competitivos ou devido a fatores não explicados como discriminação.

Finalmente, a terceira parte aborda a literatura sobre comportamento eleitoral que distingue a clivagem racial da clivagem de classe e investiga empiricamente o eleitor como unidade analítica a partir de dados do survey do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014 (ESEB2014). Serão comparados os comportamentos de brancos e negros de acordo com

as dimensões clássicas do comportamento eleitoral, que avalia o interesse pela política, a participação, a ideologia, a inclinação partidária, a avaliação de políticas econômicas e sociais e a avaliação dos governantes. Na análise mais específica da dimensão racial, é investigado se há o efeito de raça sobre opiniões de políticas de ação afirmativa no caso das cotas raciais e é testada a hipótese do voto étnico-racial a partir do cruzamento de informações do ESEB com o TSE, o que permitiu verificar a associação entre a raça do eleitor e a raça do candidato em quem ele votou para deputado federal e para deputado estadual nas eleições de 2014.

As principais hipóteses testadas na tese procuraram verificar o efeito de raça nos resultados eleitorais em um contexto de baixa representatividade racial no legislativo captada em diversos índices. Ao analisar os resultados eleitorais de forma agregada pelos dados do TSE, a raça dos candidatos não foi um fator de influência nos resultados, pois as variáveis de financiamento de campanha, experiência eleitoral e atuação em grandes partidos explicavam quase toda a variação da votação entre candidatos brancos e negros. Contudo, o efeito racial foi significativo na análise de dados desagregados por eleitor, em que o cruzamento de dados do TSE e o *survey* do ESEB possibilitou verificar de forma inédita a hipótese do voto étnico-racial, que associa a cor e a raça do eleitor com a cor e a raça do candidato escolhido. Foi confirmada a atratividade maior de eleitores negros por candidatos negros, mesmo controlado por partido e por financiamento. A importância do voto racial, com negros votando mais em negros, não se dá pela definição de um grupo de interesse, mas antes como uma base de apoio para que a luta contra inequidades injustificadas tenha tempo para se difundir e alcançar maior apoio também entre brancos.

A partir das restrições e das oportunidades verificadas, é possível delinear alguns caminhos para a ampliação da representatividade negra no legislativo. A principal oportunidade é dada pela facilitação da comunicação a partir do atalho racial em que eleitores negros e candidatos negros podem compartilhar experiências semelhantes de marginalização e de injustiças a serem combatidas. Essa empatia também pode ser transmitida para eleitores brancos com outras características minoritárias que os coloquem em um mesmo campo de experiências sociais negativas e injustas.

Essa possibilidade de comunicação mais efetiva serve para enfrentar os maiores obstáculos para a paridade de representação racial, que é o acesso a recursos financeiros e a visibilidade positiva na mídia (tanto a mídia tradicional quanto a digital). Foi verificado que essas restrições são mais difíceis de serem superadas quanto maior foi o

nível de competição eleitoral. Para cargos de nível federal, a lacuna de competição entre brancos e negros é ainda maior do que no nível estadual. Assim, a pressão pela paridade será mais fácil de ser contornada a partir dos níveis mais locais, necessitando tempo para ganhar musculatura e poder competir no nível federal em melhores condições. Para uma mudança mais rápida na representatividade nos níveis políticos mais amplos, é exigido financiamento de campanha seja regulado no sentido de permitir que o fundo partidário tenha reservas maiores de distribuição para candidatos negros.

1. POLÍTICA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

É recente a valorização e o estudo da questão racial na competição eleitoral brasileira. A maior parte do ativismo político envolvendo o combate ao racismo e a promoção da consciência e da igualdade racial se deu na sociedade civil, através de uma pluralidade de movimentos sociais negros, e não no âmbito da representatividade racial no legislativo. Exemplos de arranjos políticos mais fortalecidos surgem nos anos 30, antes da ditadura do Estado Novo, com a Frente Negra Brasileira (FNB) (BASTIDE e FERNANDES, 2010¹; DOMINGUES, 2008), e nos anos 50, antes da ditadura militar, com o Teatro Experimental do Negro (TEN) no Rio (NASCIMENTO, 2004) e a Associação Cultural do Negro (ACN) em São Paulo (MOURA, 1992:77; SILVA, 2012). Mas por terem seu processo de amadurecimento descontinuado por interrupções não democráticas, as atividades políticas dos diversos grupos de movimentos raciais foram consideradas como muito dispersas e desarticuladas, com baixo grau de confrontação político-eleitoral até a década de 80 (HANCHARD, 1988:21).

No fim dos anos 70 e anos 80, as considerações acerca do Movimento Negro se transformariam, passando a observar uma orientação mais nacional, menos desagregada e mais objetiva em relação às demandas por isonomia e combate ao racismo. Essa mudança teria sido influenciada tanto internacionalmente, pela descolonização na África e na Ásia, pelo contexto de pós-luta dos direitos civis nos EUA e pelo crescimento do movimento cultural do *Black Soul*, quanto internamente, pela fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU) (HANCHARD, 1988:119), em 78, e pela ampliação das alianças com outros setores e organizações nos anos 80 (sindicalismo, feminismo, segmentos de igrejas católicas e evangélicas, organizações de direitos humanos e partidos de oposição à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pró-governo). A repressão durante a ditadura militar criou alta demanda por mobilizações políticas, o que incentivou a nacionalização da luta racial durante a década de 70, com marco na fundação do MNU, que passou a denunciar casos de violência policial, agregar demandas e realizar Congressos e Encontros. Chegou a ser criada uma associação que reunia político negros na Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPO), com políticos dos recém-criados PMDB, PT e PDT. A FRENAPO chegou a ser monitorada

¹ Paginação irregular no livro digital. Ver capítulo IV.

pelo regime militar, bem como sua ligação com o MNU, temendo a ascensão da ação política do Movimento Negro. O regime combatia a politização do tema racial, defendendo a ideia de nação mestiça, homogênea e harmônica. A abertura política, a eleição de um presidente civil em 1985 e o debate em torno da Assembleia Nacional Constituinte representou uma oportunidade significativa de refundação do pacto social que se consolidaria na Constituição de 1988.

Na Constituinte, as condições dos negros no Brasil foram debatidas com a participação, além dos parlamentares, de intelectuais, representantes de movimentos e militantes. Foram sugeridas e reivindicadas mudanças práticas no novo pacto constitucional, no sentido da criminalização do preconceito de raça, controle da violência policial, unificação das polícias civil e militar, celebração da Consciência Negra como feriado nacional no 20 de novembro (em homenagem à liderança de Zumbi dos Palmares em vez do 13 de maio da Lei Áurea), reconhecimento da profissão de empregada doméstica, demandas por ações afirmativas na educação e no mercado de trabalho, entre outras (SANTOS, 2015). Mas a falta de interesse da grande maioria dos parlamentares e da mídia em discutir a questão racial, assim como o emprego de discursos que negavam a existência da discriminação de raça no Brasil, revelavam o grande desafio de enfrentar o senso difundido de que no país predomina a harmonia racial. Houve vitórias para os movimentos sociais negros na letra da Constituição, ao citar o racismo de forma explícita e criminalizá-lo de forma inafiançável e imprescritível, mas a Câmara Legislativa não teve grande destaque no debate e nos avanços que se seguiram.

Parlamentares negros como Abdias do Nascimento, Benedita da Silva, Carlos Alberto Caó e Paulo Paim foram expoentes de grande relevo para o debate em torno da questão racial, mas a proporção de políticos negros permaneceu baixa e a sub-representação de cor e raça era mais a regra (JOHNSON III, 2000). A pressão feita pelos movimentos recaiu mais sobre o executivo e o judiciário em relação à adoção de medidas objetivas. Em 1996, é decretado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH – 1), que propunha ações com o objetivo de “estancar a banalização da morte, seja ela no trânsito, na fila do pronto socorro, dentro de presídios, em decorrência do uso indevido de armas ou das chacinas de crianças...[além de] obstar a perseguição e a discriminação

contra os cidadãos.”². Um intenso diálogo transnacional de movimentos negros ocorreu após a III Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001.

A partir de Durban, várias iniciativas foram impulsionadas, entre as quais: o meio intelectual universitário passou a debater e a introduzir políticas afirmativas de acesso a vagas por cotas raciais e sociais (ainda que contestadas mais tarde perante o Supremo Tribunal Federal)³; assembleias estaduais e câmaras municipais passaram a pautar, e algumas vezes aprovar, o feriado de 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra; é criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2003; é realizado a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial em 2005 (houve conferências seguintes em 2009, 2017 e 2018); é decretado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) em 2009⁴; e é promulgada a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010⁵, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. O Estatuto destaca a orientação da promoção e valorização da igualdade pela maior representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada. Ele também serviu de base para a elaboração da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014⁶, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos de nível federal. Em 2017, o plenário do STF julgou a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 41 e reconheceu a validade da Lei 12.990.

Um passo importante para dimensionar as desigualdades raciais prevista no Estatuto da Igualdade Racial foi a ampliação do uso do quesito de auto identificação de cor e raça nas coletas de informações e cadastros de sistemas de informação, gerando parâmetros objetivos para o dimensionamento da distribuição racial nas instituições públicas e privadas. Os dados raciais são fundamentais para demonstrar e compreender o

² Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996. (endereço eletrônico do programa anexo ao decreto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/anexo/and1904-96.pdf)

³ A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira a adotar cotas raciais e sociais em 2003. Contudo, foi a política de cotas raciais da Universidade de Brasília que chegou a ser contestada perante o Supremo Tribunal Federal em 2009 pelo partido Democratas que ajuizou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, julgada em 2012 como improcedente.

⁴ Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009.

⁵ Endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm

⁶ Endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm

distanciamento entre discursos de negação da discriminação racial e a verificação empírica por dados e análises estatísticas dos parâmetros raciais.

Apesar de o Movimento Negro conquistar patamares nacionais de orientação política, promover a valorização da cultura negra e constituir correntes de discussão racial dentro de partidos, a questão do baixo número de representantes negros não foi enxergada como um problema premente. Foi somente a partir de 2014 que o dado pessoal de cor ou raça passou a ser exigido quando da inscrição dos potenciais candidatos a cargos eletivos em nosso país (BRASIL, 2014). O acesso à representação política mais ampla pode ser uma estratégia eficiente na aprovação de políticas públicas que enfrentem desigualdades raciais e discriminações. Mas se por um lado essa estratégia tem a vantagem de levar em conta o ponto de vista daqueles mais afetados por um ordenamento racial injusto, por outro lado, ela pode virar alvo de polarizações e reações mais expressivas de disputa política, indo de encontro à enraizada ideologia de democracia racial.

As investigações realizadas nessa tese partem da verificação que candidatos negros se apresentam na competição eleitoral para cargos legislativos em proporção próxima à proporção de negros na população, contudo uma proporção muito menor é eleita, tanto no nível federal quanto no estadual. A partir dessa percepção, busca-se analisar a existência das dificuldades de competitividade eleitoral de candidatos negros, das bases eleitorais desses candidatos, das causalidades que podem influenciar o voto por raça, e das possíveis estratégias para otimizar a representação negra no legislativo federal e estadual no âmbito da disputa eleitoral.

1.1 Hegemonia Cultural, Raça e Representações Sociais

Ao analisar os movimentos sociais negros brasileiros, Hanchard (1988; 2002) encontra um enraizamento profundo da chamada ideologia da democracia racial, descrita como a crença na harmonia social fundamentada no maior grau de miscigenação brasileira, na tolerância de elites brancas na convivência com negros e na maior atuação do paternalismo católico, elementos derivados de uma colonização portuguesa mais humanista. A narrativa de uma relação senhor-escravo mais branda, teria grande fundamento na influente obra *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (2001 [1933]). Para Hanchard, a concepção da democracia racial e igualdade entre raças na

sociedade brasileira só começou a ser desconstruída no meio científico pela crítica contundente de Florestan Fernandes, a partir da obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1966). Contudo, aponta-se que somente nos anos 70 que as desigualdades raciais e as práticas discriminatórias ficariam mais evidentes a partir do mais amplo acesso a dados censitários e análises empíricas mais desagregadas e robustas, tendo destaque os estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva.

As análises de Hasenbalg e Silva (1988; 1992) demonstram um efeito significativa de cor e raça na mobilidade social, em que o preconceito racial no mercado de trabalho gera reservas de postos de maior prestígio e retorno financeiro para pessoas brancas. Ao superar a ideia de que a estrutura de classes gerada pelo desenvolvimento da economia capitalista suplantaria o efeito da discriminação e de hierarquias raciais, as desigualdades sociais seriam explicadas não só pela proletarização do trabalho, como por efeitos culturais e políticos. Na área da economia, muitos estudos analisaram o efeito de mecanismo discriminatório no mercado de trabalho, seja na contratação, promoção ou nível salarial. Esses mecanismos de diferenciação são explicados tanto por discriminação direta, presente na relação com o contratante, quanto por discriminações indiretas, quanto percebido na sociedade. No modelo de Gary Becker (1971), a discriminação direta feita por empregadores, clientes ou colegas de trabalho representa um custo que afeta a receita e as decisões de gestores. Apesar de ser um custo que tende a desaparecer com a competição de mercado, ele se mantém e é socialmente aceito quanto mais alto e difundido for o coeficiente de discriminação. No caso indireto, naquele em que ocorre a ausência de discriminação numa interação direta entre dois sujeitos do contrato, a percepção de papéis sociais pode levar a externalidades que afetam negativamente minorias como mulheres ou negros, como ilustrado no modelo de sinalização e índices no mercado de trabalho (SPENCE, 1973). Nesse modelo, encontra-se um equilíbrio estável de diferença salarial a partir de fatores fixantes como sexo, raça ou nacionalidade, mesmo quando a expectativa de produtividade é a mesma entre esses grupos. Isso acontece porque, ainda que a discriminação por parte do empregador seja ausente, a percepção do conjunto de oportunidades diferentes que essas categorias têm na sociedade, e que se baseiam em fatores que independem da escolha (parâmetros tratados no modelo como índices), é endógena no cálculo individual do empregador.

O grau de endogeneidade que estereótipos raciais podem ter na racionalidade individual representa uma das principais barreiras às desigualdades raciais. Hanchard utiliza o conceito de “hegemonia” para interpretar uma ideologia de harmonia racial que despolitiza as desigualdades econômicas, bem como legitima a “superioridade” da língua, da religião, da estética e da cultura de grupos de tipo padrão ou dominantes. Assim, a agenda e os interesses dominantes são consentidos ou universalizados sem serem criticados, o que exige menos recurso ao uso constante da força física ou de restrições econômicas. Não haveria uma forma singular de ideologia dominante, mas várias formas que se complementam cultural e politicamente na sociedade civil, alimentando a reprodução da organização social de forma racial. Apesar da ideia de exceção racial e de democracia racial terem sido fustigados por elites brancas no Brasil, elas não são seus únicos propagadores. Uma vez geradas, “essas crenças e práticas assumem formas radicalmente distintas da proposição inicial pró-escravista...a intenção consciente de elites brancas não seria suficiente para explicar a relação de dominação e subordinação”⁷ (HANCHARD, 1988: 57). O silêncio e a negação do preconceito de cor e raça presente na ideologia de “democracia racial brasileira” era comprovado pela ridicularização sofrida por ativistas e políticos defensores de causas raciais específicas, pela falta de autoestima e negação de identidades associadas a culturas africanas, e pela ausência de ações afirmativas voltadas para não brancos (HANCHARD, 1988:21).

O conceito de “hegemonia” utilizada por Hanchard é derivado da construção elaborada por Antonio Gramsci (1999), em “Cadernos do Cárcere”. Gramsci parte de “senso comum” como uma lógica coletiva que ainda não possui uma compreensão crítica de fazer parte de uma determinada força hegemônica. Contudo o senso comum não é estático, podendo ser alterado quando da tensão com uma força contra-hegemônica. Para o autor, “a compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e

⁷ Tradução do inglês pelo autor.

prática finalmente se unificam” (GRAMSCI; 1999:103). É dentro da tensão entre hegemonias que “raça” existe e é debatida.

Como raça é uma categoria biológica inexistente para grupos humanos, ela só existe enquanto um princípio psicossocial que já organizou e ainda organiza a sociedade, usada tanto para legitimar forças hegemônicas quanto para criar forças contra-hegemônicas de mudança social. Hanchard (1988:14) define raça como o uso de diferenças fenotípicas que se tornam símbolos de distinção social, criando relações de poder entre grupos. O sociólogo inglês Paul Gilroy (2001[1993]) utiliza uma concepção de raça dada não por suas formações culturais isoladas, que ele chama de concepções absolutistas da diferença cultural (indicadas como predominantes na historiografia inglesa), mas a partir do encontro brutal que se deu no contato entre brancos e negros durante as transformações na Europa Imperial, base para o racismo como ideologia. O autor considera essa relação como uma dependência de consciências, ou uma simbiose de identidades, ou ainda como a constituição de consciências reflexivas que se deu entre colonos europeus e os povos colonizados, representados pelos “africanos que eles escravizaram comercialmente, pelos índios que eles assassinaram e pelos asiáticos que eles subjugarão” (GILROY, 2001:35). Assim, raça só existe em termos dialéticos e, conseqüentemente, refuta premissas de simetria entre grupos raciais.

Raça aqui é entendida como uma categorização psicossocial estruturada no tempo de forma associada a estereótipos positivos e negativos de contraste étnico e fenotípico, construída e reproduzida de acordo com as oportunidades de se definir “o outro”. Na psicologia social, o processo de categorização é explicado por operações em que se juntam elementos constitutivos similares e se separaram os diferentes, podendo servir como esquemas de pensamento e teorias explicativas para justificar preconceitos e atos discriminatórios (SALÈS-WÜILLEMEN, 2007). O preconceito pode se aprofundar quando o viés de pertencimento a um ou outro grupo amplia e fixa essa distinção. Características fixantes e mais independentes de escolha como sexo, cor, cultura, idioma, religião e origem são fatores mais fáceis de atuarem como elementos de contraste entre grupos, podendo ser utilizados como categorias sociais associadas a padrões de comportamento. Michael Banton (1967:86) indica que categorias fixas são colocadas desde o nascimento e enraizadas em códigos sociais, não sendo suficiente mudar de convicção intelectual para alterar o comportamento observado.

Em vez do processo de socialização construir atalhos cognitivos para acelerar a aprendizagem, ele muitas vezes converte atalhos em estabilizadores e limitadores da consciência. Os atalhos sociais são formados e ancorados em representações sociais, definidas como sendo construções de imagens estimuladas pela comunicação que criam nós de estabilidade e recorrência que resulta numa consciência coletiva que liga uma rede de ideias e conceitos mesmo que esses possuam uma fluidez (MOSCOVICI, 2003). As representações sociais não são restritas ao senso comum da opinião pública, podendo se enraizar na moral e na racionalidade de instituições legitimadoras das leis e do Estado. Segundo Jürgen Habermas (2002:236), as instituições jurídicas são contaminadas por modelos de interpretação tradicionalistas que utilizam classificações generalizadas como elemento de estabilidade, o que muitas vezes leva a intervenções “normalizadoras” em que compensações de danos acabam se convertendo em duplo prejuízo. Para o autor, é através do processo democrático que se tem mais chances de se produzir parâmetros de justiça que assegurem direitos subjetivos das pessoas e autonomia pública, pois a participação no debate e em espaços criadores de leis é que torna possível promover um tratamento igualitário com o que é igual e ponderado com o que é desigual. E além da influência institucional, o efeito das representações sociais também reside na sua capacidade causal sobre a concepção que as pessoas têm de si e de seus projetos, contribuindo na formação da identidade e moldando atos intencionais que correspondem ao que se espera dessa classificação (APPIAH, 1996).

O processo de ancoragem da categorização macrossocial de base racial seria fincado no século XVIII, período de expansão colonial e de transformação cultural moderno-iluminista. Nesse processo histórico, a sociedade burguesa que ascendia teria empregado uma filosofia que reclamava a intelectualidade e o progresso para si, ao passo que negava o mundo antigo, criando uma visão universal e uma “unidade utópica” que opunha de forma nítida o antigo do moderno (KOSELLECK, 1999:10). Apesar do histórico intraeuropeu de intensa disputa territorial/religiosa através de guerras e diferenciações étnicas já ter alavancado o preconceito étnico-racial, teria sido no século XIX que se consolidaria a assimetria racial em nível macro. O debate científico sobre a origem das raças humanas, realizado a partir de técnicas de medição, diferenciação e classificação de atributos físicos e etnográficos dos povos deu amparo a definições hierárquicas ainda mais poderosa que a âncora de justificação bíblico-religiosa. Argumentos mais ou menos sofisticados da teoria poligênica e derivadas fortaleciam a

competição entre qualidades raciais e sub-raciais que entendia a miscigenação como fenômeno de degeneração das vantagens caucasianas frente a características inferiores de grupos considerados mais primitivos.

Hanchard (1988:49) critica os argumentos de que a cultura ibérica na colonização se diferenciava por ser menos racista, mais permissiva em relação à miscigenação e mais tolerante em relação às diferenças étnicas e religiosas. Para o autor, Portugal e Espanha sendo pioneiros na expansão colonial, desenvolveram legislações e práticas racistas contra judeus e africanos. Ele considera, ainda, que a exceção de Portugal e Espanha se dava mais por suas inabilidades em passarem de uma economia mercantil para uma industrial, e não se manterem na liga das grandes potências como a França e a Grã-Bretanha. Por serem territórios de maior trânsito comercial ou de disputa territorial, a exceção ibérica pode ser interpretada também pelo alto grau de assimilação de diferentes grupos étnicos. Esse processo de assimilação, no entanto, foi mais forçado e desigual do que tolerante e harmonioso. Segundo António de Almeida Mendes (2016:23), judeus e mouriscos cativos não foram objeto de troca e sua fixação favoreceu sua assimilação entre os cristãos. Mas mesmo convertidos e cristianizados, o status impuro impedia de ascender a certas profissões, sendo restritos à servitude. A pureza do sangue, relativo ao cristão velho, encontrava correspondência direta na vida econômica e transmissão de privilégios. Haviam leis de pureza do sangue destinado a dificultar a aliança entre puros e impuros, assim como entre nobres e aqueles de baixa condição. A partir da chegada em massa de escravos negros no século XVI à metrópole, teria sido criado um terceiro estamento negro na sociedade portuguesa, abaixo dos cristãos novos e dos fidalgos. O autor destaca a peregrinação de viajantes do norte da Europa à Lisboa para assistir ao “espetáculo” dessa sociedade branca e negra. A exceção portuguesa se daria mais pelo desenvolvimento de um *know how* de processos assimilatórios extremamente pragmáticos no sentido de ser completamente controlados por interesses de cidadãos brancos e cristãos.

Um paralelo com esse pragmatismo pode ser traçado no caso brasileiro pelo poderoso controle do lugar social e da percepção do papel social do negro nos anos seguintes à abolição, demonstrando que este lugar é claramente definido na organização do trabalho já na economia capitalista.

“Muitos pensavam que os negros e os mestiços seriam “incapazes” de desempenhar papéis sociais não compreendidos na representação social da

personalidade-status do negro e alguns achavam incrível que se “pagasse” o negro para fazer qualquer espécie de serviço. As exceções se faziam, entretanto, em dois sentidos: para os chamados “crias da família”, isto é, negros e mestiços ligados a pessoas brancas por liames criados na extinta ordem senhorial, os quais obtinham, por intermédio da proteção daquelas pessoas, empregos no funcionalismo (quase sempre cargos subalternos e mal remunerados) ou facilidades na concretização de suas ambições, e para os “negros de fibra”, os “negros de caráter” aqueles que podiam ser apontados como “diabo de negro inteligente, esse!” ou como “negro de confiança”, todos eles, em geral, personalidades que demonstrassem excepcional capacidade de trabalho, de dedicação aos interesses do patrão e de autorrealização.” (BASTIDE e FERNANDES, *Branco e negro em São Paulo*, paginação irregular⁸)

O abolicionismo teria sido lento e concertadamente aplicado pela elite agrária dirigente, tendo muito pouco impacto sobre as representações do negro. De acordo com Thomas Skidmore (2012), na busca de uma identidade própria após a independência de Portugal, o índio idealizado e o negro escravo se tornaram símbolos nacionais de destaque na literatura brasileira no séc. XIX, enquanto negros livres e libertos, que já representavam porção significativa da população na segunda metade desse século (demonstrado pela forte queda da proporção da população escrava nos censos), eram ignorados. George Reid Andrews (1991) analisou a desigualdade racial destacando reais práticas discriminatórias já logo após a abolição, com investimento estatal e esforços de fazendeiros paulistas no apoio à política de imigração de europeus para formar a mão-de-obra operária, mesmo quando já era grande o contingente de negros libertos, que superavam o número de escravos, e que exerciam trabalhos com habilidade complexa. Além da exclusão do mercado de trabalho, haveria ainda discriminação para aqueles que conseguiam adentrar nas fábricas, mas que tinham baixíssimas chances de serem promovidos, além de estarem mais expostos a demissões.

No contexto de significativo peso político das elites agrárias, grande extensão territorial com descontinuidades de comunicação, interrupções democráticas e posição periférica na economia mundial, como se deram as dinâmicas de ação contra-hegemônica? Hanchard (1988:61) argumenta que até a década de 1980 predominavam,

⁸ Paginação irregular no livro digital. Ver capítulo II.

entre as comunidades negras, tendências de valorização da identidade afro-brasileira na cultura e na educação com uma profundidade política muito baixa. O autor chamava de preponderância culturalista nos movimentos negros as práticas que, apesar de identitárias, pouco tensionavam com a hegemonia dos discursos de negação da discriminação racial. Essa visão, contudo, também sofre críticas por definir um modelo de combate ao racismo a partir do padrão americano, devendo ser o Movimento Negro melhor compreendido a partir das dinâmicas internas de poder (BAIROS, 1996). Nas seções seguintes, as “oportunidades” de luta contra-hegemônica serão analisadas sob dois percursos: a dimensão institucional do debate sobre a questão racial no âmbito do legislativo federal, na criação de leis antirracistas e na aplicação de políticas de ação afirmativa; e a dimensão da opinião pública, de percepção do preconceito e apoio ao combate às desigualdades raciais.

1.2 Legislação Antirracista e de Promoção da Igualdade Racial

A Lei nº 1.390, de 03 de julho de 1951⁹, de autoria do deputado Afonso Arinos de Melo Franco, ficou conhecida como a primeira lei contra a discriminação racial no Brasil. Para evitar práticas segregacionistas, essa lei estabeleceu critérios de punição e multa em casos de preconceito por cor e raça praticados em estabelecimentos comerciais e de ensino. Os efeitos da lei, porém, pouco alteravam o papel social de negros e negras. O contexto das discussões se baseava mais no plano moral do que no conflito de argumentos políticos, tendo tramitação fluida e votações unânimes. O parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça abordava a concepção de que a legislação brasileira não admitia a desigualdade entre cidadãos por motivos de raça ou cor, de que a formação do povo era formada mistura do negro, do índio e do português, e que somente a lei seria capaz de prevenir e coibir a politização do preconceito de cor (GRIN e MAIO, 2013). Afonso Arinos teria justificado a criação do projeto por inspiração do holocausto judeu sob o regime nazista, mas Monica Grin e Marcos Maio (2013) afirmam que a lei teria uma dupla funcionalidade: desmobilizar o Movimento Negro; e criticar o executivo chefiado por

⁹ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1390-3-julho-1951-361802-normaatualizada-pl.html>.

Getúlio Vargas, aproximando o tema da discriminação racial, que ganhava popularidade na opinião pública, da bancada da União Democrática Nacional (a UDN era o partido que formava a bancada no parlamento conhecida como “Banda de Música” e que fazia forte oposição a Vargas¹⁰). Essa lei ficou conhecida pela sua ineficiência em investigar e punir casos de preconceito e discriminação racial. A visibilidade e condenação do extermínio coletivo no holocausto serviu também como incentivo para a Lei 2.889, de 1º de outubro de 1956¹¹, que define e tipifica o crime de genocídio pela intenção de destruir grupo nacional, étnico, racial ou religioso, condenando ainda a associação e a incitação direta e pública ao genocídio.

Um passo multinacional foi dado pela ratificação da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, internalizada pela promulgação em do decreto nº 65.810, de 8 de novembro de 1969. A Convenção é voltada para a garantia de liberdade, dignidade e igualdade de todos os indivíduos perante a lei, sem distinção de raça, cor ou origem nacional. Ela foi incentivada no contexto de manifestações e políticas governamentais de discriminação racial como o *apartheid*, baseados em ideias de superioridade e ódio racial. Apesar da relevância na condenação do preconceito explícito associado à violência e à limitação de direitos na esfera jurídica, o decreto tem pouco impacto na representação social do negro no Brasil, tendendo mais a reafirmar o mito de paraíso racial, exemplo para o mundo.

A questão racial brasileira passou a ter sua legislação debatida mais a fundo durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987 e 1988), tendo participação fundamental os movimentos sociais que compunham o Movimento Negro. O ano de 1986 teria sido marcado pela ação da militância partidária que apelava para o voto em candidatos negros com o objetivo de influenciar a Constituinte na questão racial (SANTOS, 2015:56). Em Brasília, foi organizada a Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte”, coordenada pelo MNU e o Centro de Estudos Afro-Brasileiros. Ganhava força a recusa da lei Afonso Arinos e a necessidade de combater o mito da democracia racial. Durante a Constituinte, o tema racial foi tratado na Comissão da Ordem Social, na

¹⁰ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/banda-de-musica-da-udn>.

¹¹ http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L2889.htm#art3

Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, e nas audiências públicas.

Os representantes negros era muito poucos, o interesse era baixo por estar mais centrado em comissões que decidiam porções significativas do orçamento, e a mídia demonstrava pouco interesse. Contudo, teve destaque a densidade do debate na fala de militantes, representantes de entidades civis, além de intelectuais e especialistas em desigualdades raciais convidados, como Florestan Fernandes, Manuela Carneiro Cunha e Paulo Roberto Moreira (SANTOS; 2015:22). Foi destacado o papel marginalizado do negro em oposição à ordem, a dificuldade de se recorrer à justiça, a precarização do trabalho doméstico, a omissão da história negra e da luta contra o racismo no ensino, a necessidade de valorização do negro enquanto sujeito e não como objeto, o incentivo a medidas de acesso ao ensino superior à exemplo das políticas afirmativas no EUA, a punição do racismo e da discriminação racial como crime inafiançável, a maior isonomia no mercado de trabalho, a maior representação do negro na mídia, entre outros. Era contrastado a fala de ativistas como Lélia Gonzales e Helena Theodoro, que denunciavam a negação das diferenças raciais e omissão em relação à contribuição negra na construção da economia e da cultura brasileira, com a do relator da Subcomissão, o médico e deputado Alceni Guerra, que considerava a sua história pessoal como exemplo de não discriminação por ter amigos negros, por trabalhar com negros e por ter amigos casados com negras, o que para ele era uma comprovação das relações harmônicas com negros (SANTOS, 2015:88).

A baixa representação, a dificuldade do Movimento Negro se constituir em um movimento de massa e a negação das desigualdades raciais entre muitos parlamentares indicavam que questão do negro encontraria entraves para ter avanços estruturais na letra da Constituição de 1988. Ainda assim, houve resultados relevantes aplicados no sentido do repúdio ao racismo e o papel do Estado na indução de políticas sem preconceitos de cor e raça, expressos no Artigo 3º e no Artigo 4º. As vitórias do Movimento Negro na Constituinte também foram importantes para a definição e tipificação dos crimes hediondos e de discriminação racial especificados em leis posteriores.

A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989¹², definiu os crimes resultantes de preconceito de raça e cor na dimensão do trabalho público e privado, na distribuição de material ou veiculação de conteúdo que incite a discriminação, entre outros, previsto ainda penas de reclusão e multa. A Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990¹³, dispõe sobre os crimes hediondos, abrangendo o crime de genocídio definido na Lei 2.889/56.

Os decretos nº 592 e nº 678 de 1992 internalizaram o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, respectivamente. Entre outros, é abordado o comprometimento com a proteção de direitos de minorias étnicas do direito a sua expressão, além de proibir a apologia e a propaganda ao ódio racial que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência. A Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002¹⁴, determina o envolvimento da Polícia Federal para investigar casos de violação de direitos humanos. No âmbito do combate ao uso da força excessiva pela polícia, que vitimiza muitos negros, foi elaborado o projeto de lei (PL 4.471/2012) para tornar mais efetiva a investigação do emprego da força policial resultante em morte ou lesão corporal, geralmente registrados como “auto de resistência”, sem serem investigados. O projeto, contudo, ainda não foi aprovado.

Em relação ao incentivo da representação social do negro e do indígena no ensino curricular, destaca-se a legislação que determinam a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira, sob as leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003¹⁵, e nº 11.645, de 10 de março de 2008¹⁶. Essa mudança é uma demanda antiga dos movimentos sociais, que incluiu ainda no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. O Estatuto da Igualdade Racial é instituído pela Lei nº 12.288/10, voltado para a efetivação da igualdade de oportunidades e o combate mais efetivo à discriminação e demais formas de intolerância étnico-racial, com atenção ao a promoção de ações objetivas na educação, na cultura, no esporte e lazer, na liberdade de crença, no acesso à terra e direto à moradia adequada, no trabalho, nos meios de comunicação e no acesso à justiça.

¹² http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L7716.htm

¹³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm

¹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10446.htm

¹⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm

¹⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm

No mesmo ano que o STF julgou como constitucional a política de cotas na UnB, que havia sido contestada pelo partido Democratas, é promulgada a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que regula a reserva de vagas em todas as instituições federais de educação superior para estudantes que tenham cursado em escolas públicas, para estudantes de baixa renda e para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, além daqueles com deficiência, nos termos da legislação. Se a desigualdade educacional é acentuada ao ponderar pela renda familiar, ela é ainda maior ao considerar as diferenças de cor e raça, o que influi diretamente na mobilidade social e na distribuição de oportunidades. Os efeitos da Lei nº 12.711 foram sentidos logo após a sua implementação, incrementando ainda mais as ações afirmativas no tocante à inclusão étnico-racial (FERES, DAFLON, RAMOS e MIGUEL; 2013). O sucesso da política de reserva de vagas no ensino superior teria contado com ações e políticas adotadas anteriormente e posteriormente à lei como a expansão de vagas e de instituições federais no programa de Reestruturação e Expansão das Universidade (REUNI), a criação de uma alternativa de processo seletivo unificado pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a concessão de auxílio financeiro para os alunos ingressantes por meio de cotas, e o acompanhamento e a avaliação da implementação da reserva de vagas por um comitê específico. A reserva de vagas alcança a dimensão do trabalho pela Lei nº 12.990/14, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos de nível federal, pelo prazo de 10 anos.

1.3 Raça e Opinião Pública

As tentativas de mensuração do preconceito racial demonstram como o tema se mantém como tabu, o que é captado pelo paradoxo de alta percepção de racismo na sociedade e muito baixo índice de autopreconceito racial reportado. A partir de *survey* realizado na cidade do Rio de Janeiro, OLIVEIRA e BARRETO (2003) encontram que 74% dos entrevistados consideram que haja “muito” preconceito contra negros e 82% concordam que a discriminação racial impede que os negros consigam bons empregos e melhorem de vida. Enquanto isso, em relação a opinião pessoal, a grande maioria, 87%, considera que os negros sejam menos esforçados e 97% diz não se importar de ter um chefe negro.

Em pesquisa de opinião realizada em nível nacional pelo instituto Datafolha, com amostra de 2,982 entrevistados, encontra-se, mais uma vez, uma maioria que considera

que há muito preconceito em relação aos negros no Brasil. Contudo, ao falar de si, somente 3% afirmaram ter algum preconceito em relação aos negros (tabela 1).

Tabela 1 – Opiniões sobre preconceitos raciais no Brasil (% na coluna).

	<i>Na sua opinião, no Brasil os brancos têm preconceito de cor em relação aos negros?</i>	<i>E os negros, têm preconceito de cor em relação aos brancos?</i>	<i>E os negros, têm preconceito de cor em relação aos próprios negros?</i>	<i>E você, tem preconceito de cor em relação aos negros?</i>
<i>Não, não têm preconceito</i>	8,5%	33,3%	39%	95%
<i>Sim, têm muito preconceito</i>	57,3%	23,6%	20,0%	1%
<i>Sim, têm um pouco de preconceito</i>	29,4%	34,8%	31,6%	2%
<i>Sim, têm preconceito, mas não sabe se muito ou pouco</i>	3,9%	3,9%	3,7%	0%
<i>Recusa/ não respondeu</i>	0,1%	0,1%	0,0%	2%
<i>Não sabe se no Brasil os brancos têm preconceito</i>	0,8%	4,3%	6,1%	0%
<i>(n)</i>	2.982	2.982	2.982	2.982

Fonte: Datafolha PO 613419, 2008. Questões: P23, P24, P24a e P25.

Em relação a quais seriam os principais problemas que a população de origem negra enfrenta, tiveram destaque as dificuldades para obter emprego e o preconceito no trabalho, seguido da discriminação de modo geral, da dificuldade no acesso à educação, das dificuldades econômicas e dificuldades na vida social (tabela 2).

Tabela 2 – Opiniões sobre os principais problemas que a população negra enfrenta no Brasil (Espontânea, Múltipla, % na coluna).

Na sua opinião, quais são os principais problemas que a população de origem negra enfrenta hoje no Brasil? O que mais? (%)

<i>Discriminação no trabalho/ dificuldade para obter emprego por ser negro</i>	53,7%
<i>Discriminação de um modo geral/ preconceito racial</i>	32,0%
<i>Discriminação no estudo/ dificuldade de acesso à escolas</i>	19,2%
<i>Pobreza/ dificuldade econômica/ os negros são mais pobres</i>	9,4%
<i>Dificuldade na vida social/ restrições em locais públicos e privados</i>	9,2%
<i>Total (n)</i>	2.982

Nota: apresentadas somente as 5 principais categorias de resposta. As porcentagens não somam 100% devido à pergunta permitir mais de uma resposta.

Fonte: Datafolha PO 613419, 2008. Questões: P31a, P31b, P31c, P31d e P31e.

Quando perguntados sobre a representação dos negros na televisão, se destaca a grande proporção dos que consideram que novelas e filmes mostram negros em condições negativas e piores do que realmente vivem, tendo a proporção ainda maior entre os de preta ou que se declaram negros nessa pesquisa.

Tabela 3 – Opiniões sobre a maneira como os negros costumam aparecer na televisão, em filmes e novelas cruzado com cor autodeclarada (% na coluna).

“Pensando na maneira como os negros costumam aparecer na televisão, na sua opinião, de um modo geral, os filmes e novelas:”

	<i>Cor Autodeclarada</i>		
	<i>Branca</i>	<i>Preta/ Negro</i>	<i>Parda/ Moreno</i>
<i>Mostram os negros de uma maneira verdadeira, como eles realmente vivem</i>	34,6%	23,6%	29,8%
<i>Mostram os negros de uma maneira positiva, melhores do que realmente vivem</i>	24,7%	26,9%	28,8%
<i>Mostram os negros de uma maneira negativa, piores do que realmente vivem</i>	30,2%	43,6%	33,8%
<i>Recusa/ não respondeu</i>	0,1%	0,3%	0,1%
<i>Outras respostas</i>	2,1%	1,8%	1,1%
<i>Não sabe</i>	8,4%	3,9%	6,4%
<i>Total (n)</i>	<i>955</i>	<i>335</i>	<i>1.321</i>

Fonte: Datafolha PO 613419, 2008. Questões: P1 e P13.

E quando questionados sobre o voto em políticos negros, a grande maioria indica que já votou ou votaria, dependendo do candidato, mas com destaque para os de preta e que se declaram negros que em maior proporção indicam já ter votado em um político negro (tabela 4).

Tabela 4 – Indicação se votaria ou se já votou alguma vez em um político negro cruzado com cor autodeclarada (% na coluna).

<i>"Você votaria ou já votou alguma vez em um político negro?"</i>	<i>Cor Autodeclarada</i>		
	Branca	Preta/Negro	Parda/Moreno
<i>Já votou em político negro</i>	30,4%	43,6%	30,8%
<i>Não votou mas votaria/ dependendo do candidato</i>	62,1%	51,0%	62,9%
<i>Não votou e não votaria</i>	3,5%	3,3%	2,3%
<i>Não vota em ninguém/ anula o voto/ vota em branco</i>	0,5%	0,3%	0,2%
<i>Nunca votou/ 1ª vez que irá votar</i>	0,3%	0,0%	0,6%
<i>Outras respostas</i>	0,8%	0,0%	0,5%
<i>Não sabe</i>	2,4%	1,8%	2,8%
<i>Total (n)</i>	955	335	1.321

Fonte: Datafolha PO 613419, 2008. Questões: P1 e P14.

O paradoxo entre percepção e opinião individual se mostrou evidente também entre o público mais jovem, informação coletada no questionário socioeconômico dos candidatos do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), que em 2009, continha perguntas voltadas especificamente para questões de discriminação racial e contava com uma base de mais de 4 milhões de respondentes. A grande maioria não se considera racista (tabela 5). Contudo, uma maioria também diz conhecer alguém racista entre pessoas em geral e apontam proporções significativas de racistas entre vizinhos amigos e parentes (tabela 6).

Tabela 5 – Autoconsideração de racismo entre jovens, por cor e raça do entrevistado (% na coluna).

<i>"Você se considera racista?"</i>		<i>Cor Autodeclarada</i>		
		Branco(a)	Pardo(a)	Preto(a)
Sim	(%)	3%	3%	4%
(n)		(30.238)	(29.388)	(10.176)
Não	(%)	97%	97%	96%
(n)		(907.299)	(843.463)	(244.166)

Fonte: Microdados Enem 2009 do Portal INEP, variáveis Q3 e Q148.

Na tabela abaixo, verifica-se uma alta percepção de racismo mesmo no entorno mais próximo de colegas e vizinhos. Uma proporção menor de percepção de racismo é verificada entre professores e funcionário da escola dos respondentes.

Tabela 6 – Percepção de racismo dos jovens (% na coluna).

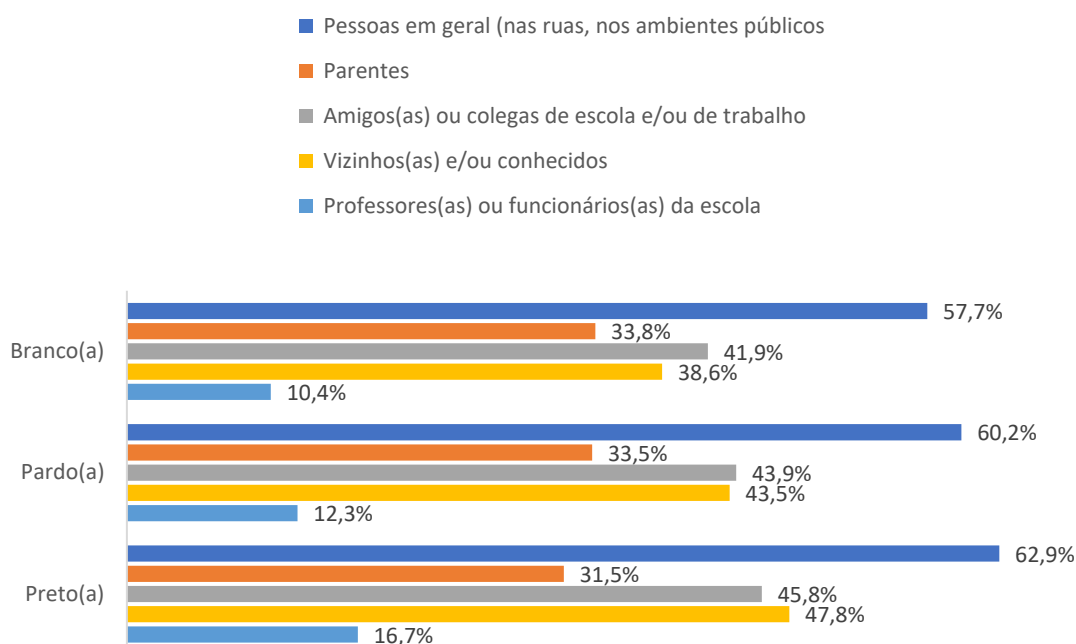
<i>Você conhece alguém racista?</i>	<i>Pessoas em geral (nas ruas, nos ambientes públicos)</i>	<i>Parentes</i>	<i>Amigos(as) ou colegas de escola e/ou de trabalho</i>	<i>Vizinhos(as) e/ou conhecidos</i>	<i>Professores(as) ou funcionários(as) da escola</i>
<i>Sim (%)</i>	61%	34%	44%	43%	12%
<i>(n)</i>	1.314.754	742.073	959.301	926.784	267.235
<i>Não (%)</i>	39%	66%	56%	57%	88%
<i>(n)</i>	848.255	1.418.010	1.200.449	1.234.437	1.895.506

Fonte: Microdados Enem 2009 do Portal INEP, Q149 a Q153. Aqui somente opções “Sim” e “Não”.

Os autoatribuídos de cor preta e parda identificaram mais pessoas racistas, principalmente em termos gerais da população, de vizinhos e de conhecidos mais próximos (gráfico 1).

Gráfico 1 – Percepção de racismo por cor e raça do respondente.

"Você conhece alguém racista?" (% somente "Sim"), por Cor e Raça

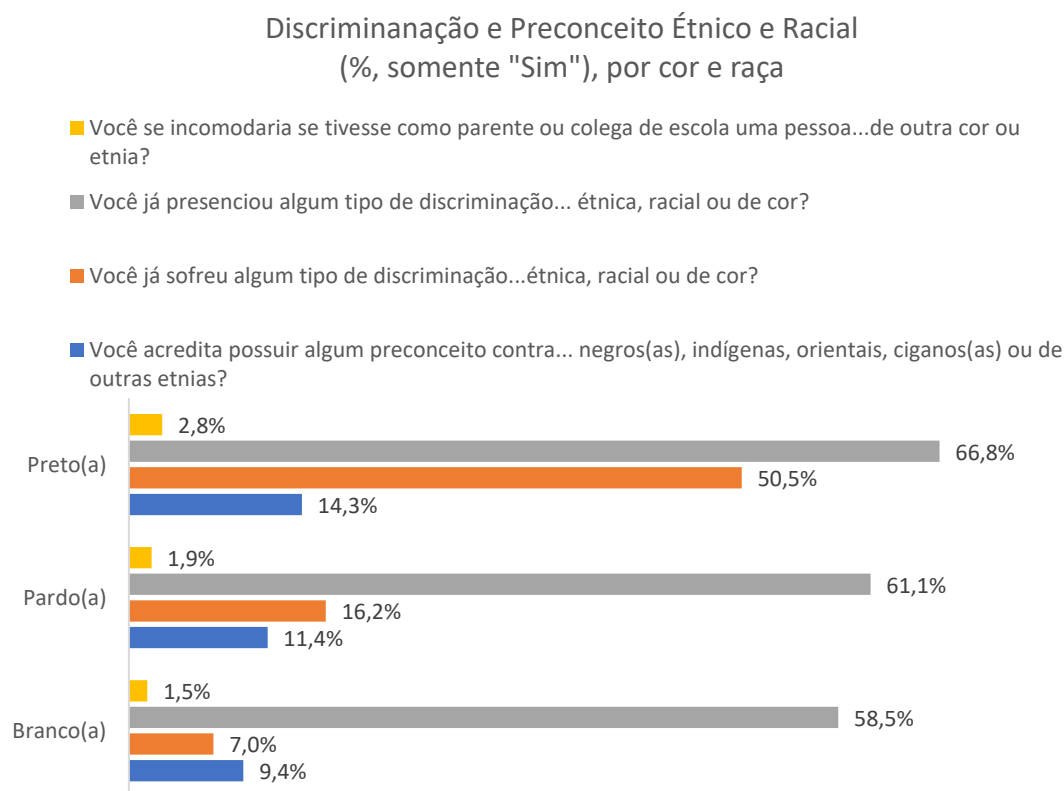


Fonte: Microdados Enem 2009 do Portal INEP, variáveis Q3 cruzada com Q149 a Q153.

Abaixo verificamos que, independentemente da cor e raça do entrevistado, a maioria já presenciou algum tipo de discriminação. Quando questionados se já sofreram discriminação, mais da metade dos identificados pela cor preta reportaram já terem sofrido discriminação étnica, racial ou de cor, proporção que é muito menor entre pardos e brancos. Destaca-se, ainda, que apesar de quase todos não se considerarem racistas,

como visto anteriormente, uma proporção significativa (cerca de 10%) admite ter algum preconceito étnico ou racial.

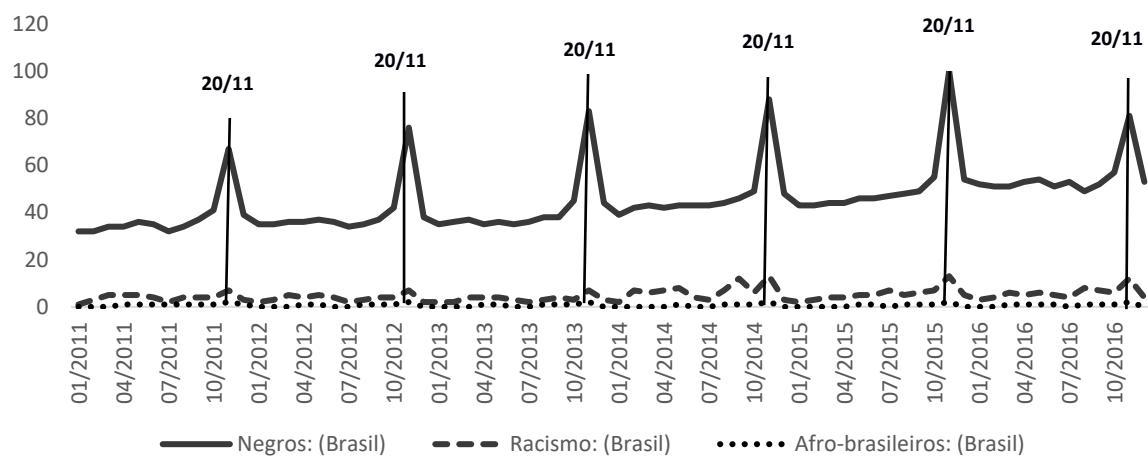
Gráfico 2 – Valores ligados ao racismo (cada alternativa é uma pergunta separada).



Nota: Variáveis Enem 2009: Q3, Q155, Q170, Q181, Q192.

O paradoxo entre preconceito percebido e preconceito pessoal indica que outros métodos mais indiretos devem ser observados para entender melhor as relações raciais no país. Para entender um pouco melhor os argumentos do debate racial, buscou-se nas redes sociais menções sobre o tema. Para tal, primeiramente foram analisados alguns termos referentes a raça que mais apareciam nas buscas do Google (gráfico 3). No período de 2011 a 2016, “negros” tiveram altos índices de busca, com picos periódicos no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, em que é decretado feriado em alguns estados e cidades do país. O termo “racismo” também tem alguns picos nessa data.

Gráfico 3 – Indicador de Busca no Google dos termos “Negros”, “Racismo” e “Afrobrasileiros”.



Fonte: *Google Trends*, 2016

Após verificar a importância do Dia da Consciência Negra nas menções sobre o tema racial, buscou-se aprofundar a análise pelas conversas geradas em torno das referências ao Dia da Consciência Negra de 2014. Várias personalidades, instituições e veículos de comunicação postaram sobre o tema do Dia da Consciência Negra, o que gerou reações positivas e negativas. Há grande engajamento em homenagens feitas em perfis do Facebook do senado¹⁷, e de partidos como o PT¹⁸ e PSDB¹⁹, além de grandes figuras políticas como Lula²⁰, Marina Silva²¹, Geraldo Alckmin²² e Luciana Genro²³. Porém, é nos comentários que podemos ver como o debate sobre a desigualdade racial ainda é bastante incipiente e reativo, o que é mais claro em conteúdos de perfis de grandes veículos de notícias.

¹⁷ <https://www.facebook.com/SenadoFederal/posts/988903361125519>

¹⁸ <https://www.facebook.com/pt.brasil/posts/731727573580287>

¹⁹ <https://www.facebook.com/PSDBoficial/posts/751678261578052>

²⁰ <https://www.facebook.com/Lula/posts/728065347262468>

²¹ <https://www.facebook.com/watch/?v=903734406304857>

²² <https://www.facebook.com/geraldoalckmin/posts/10153892271582837>

²³ <https://www.facebook.com/ajudalussiana/posts/1520084341584193>

Nas postagens referentes ao tema nos perfis Estadão²⁴, Folha de S. Paulo²⁵, UOL²⁶, Exame²⁷ e Terra²⁸, é manifesto a negatividade na grande maioria dos comentários. São vários os “mecanismos de defesa” nos argumentos, o que mostra que a ideologia da democracia racial ainda é bastante difundida e potente. Apesar de confrontados com estatísticas sobre desigualdade racial, são muito mobilizados estratégias de piadas, recriminações por vitimização, desconstrução de lideranças negros (como ataques à Zumbi dos Palmares em exemplo postagem de um político do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, citando a revista *Veja*²⁹), naturalização do racismo por exemplos entre os próprios negros, e considerações de que igualdade deve abordar o todo e a “consciência humana” em vez de ações de diferenciação que estariam mobilizando o racismo.

De modo geral, as reações no Dia da Consciência Negra mostram como as narrativas de orgulho e conscientização negra estão em disputa. Se os argumentos contra a reprodução de estereótipos negativos de negros, a favor de ações afirmativas, e afirmadores das desigualdades raciais injustificadas na renda, no ensino superior e nas taxas de mortalidade geram reações tão intensas e abertas, uma estratégia de fortalecimento de bases com apelo para os que passam por experiência negativas parecidas parece um caminho óbvio de se apresentar na disputa política.

1.4 “Desigualdade” *versus* “Desigualdade Racial” na Opinião Pública

Dado a difundida cultura de negação do preconceito racial, o que foi representado na seção anterior pela alta percepção do racismo e muito baixa reconhecimento do racismo auto reportado, nessa seção busco analisar opiniões sobre o tema racial a partir de dois *surveys* de elaboração própria, numa estrutura contrafactual. Os dois modelos de questionário aplicado têm exatamente a mesma estrutura, exceto que um deles realiza

²⁴ <https://www.facebook.com/estadao/posts/1070780922936969>

²⁵ <https://www.facebook.com/folhadesp/posts/937405376301466>

²⁶ <https://www.facebook.com/UOLNoticias/posts/982717615076388>

²⁷ <https://www.facebook.com/Exame/posts/10152908777208953>

²⁸ <https://www.facebook.com/TerraBrasil/posts/10153479937228849>

²⁹ <https://www.facebook.com/flaviobolsonaro/posts/542298525905639>

perguntas sobre desigualdade e o outro sobre desigualdade racial. O uso de metodologias indiretas é valioso para controlar efeitos de desejabilidade social, que representa tendências de pessoas negares ou omitirem opiniões ou convicções pessoais que sejam socialmente indesejáveis, e responderem mais facilmente opiniões socialmente desejáveis, podendo enviesar parâmetros baseados na independência de opiniões individuais. Em experimento brasileiro seminal sobre o apoio a políticas de ações afirmativas raciais entre estudante, foi encontrado em efeito de inibição entre não brancos, pois estes apoiavam mais essas ações em respostas de controle privado do que em respostas diretas, indicando que seu apoio era maior do que revelava respostas diretas (TURGEON, CHAVES e WIVES, 2014).

A pesquisa feita aqui, utilizou como ferramenta de aplicação e recrutamento a plataforma de “Surveys” do “Google Analytics Solutions”³⁰. Foram estruturadas oito perguntas fechadas em cada *survey*. Uma nona pergunta ainda foi acrescida para controle de cor e raça dos respondentes. Essas categorias de cor e raça são definidas em acordo com a classificação racial padrão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é a referência nacional com histórico de padrão aproximado aos levantamentos censitários desde 1872 (BRASIL, 2013).

O padrão do IBGE é feito pela solicitação da autodeclaração de cor ou raça do entrevistado em “preta”, “parda”, “branca”, “amarela” ou “indígena”. Além desse padrão ser criticado por traduzir uma designação racial subjetiva, o método de aferição mais recente tem ainda como crítica o formato de autoatribuição (quando é o próprio indivíduo que define sua cor ou raça). Enquanto a subjetividade da definição racial é inescapável, pois raça só existe enquanto categorização psicológica fixada pela cor ou outras características etnográficas (descrito nas seções anteriores), o formato de autoatribuição pode ser mais detalhado. Aqui, a autoatribuição é considerada como preferível à heteroatribuição racial (quando a designação racial e de cor é feita pelo recenseador ou

³⁰ Essa ferramenta permite elaborar um número limitado de perguntas e faz um recrutamento de usuários da internet de suas bases de acordo com as informações de sexo, região, idade e tipo de dispositivo (desktop/mobile). Como atrativo para responder as perguntas, ele libera o acesso a conteúdos de notícias para aqueles que responderem à pesquisa. Esse método tem a vantagem de garantir a distribuição amostral da pesquisa de acordo com informações demográficas prévias de forma próxima à distribuição da demografia populacional. Além disso, seu formato oferece um grau de pressão muito menor quando comparado a uma pesquisa face a face, já que o entrevistador não tem contato direto com o respondente. A tabulação automática das respostas também traz os pesos de cada entrevista já calculados pela distribuição demográfica.

outro terceiro). O argumento em favor da autoatribuição de raça é explicado pela assimetria entre o controle da informação racial ser menor para o indivíduo do que para uma estrutura institucional. Ou seja, o viés ou “erro” de mensuração de uma característica subjetiva é menos prejudicial e injusto quando feito pelo método de autoatribuição do que pelo formato heteroatribuído.

O mecanismo de heteroatribuição racial é mais facilmente associado a práticas discriminatórias ou arranjos segregacionistas. Um caso paradigmático desse viés discriminatório é dado pelo *apartheid* na África do Sul, que tinha como base o sistema de classificação racial³¹. Com objetivo inverso à adoção de perspectivas discriminatórias, os métodos baseados em autoatribuição de cor e raça servem como instrumentos de visibilidade do preconceito, aferição das desigualdades raciais e expressão de uma identidade, o que é bastante relevante para o caso brasileiro em que preconceitos e desigualdades são negadas ou subestimadas. A maior dificuldade dos sistemas de classificação racial são as categorias intermediárias de fenótipo, como o caso da cor “parda” e o contínuo intermediário entre ser considerado branco ou negro, que tem proporção significativa no Brasil. Essa dificuldade de autoatribuição para padrões intermediários é encontrada mesmo em países em que a categorização e o preconceito são baseados mais em critérios de origem do que em critério de marca, como no caso dos EUA³². Historicamente, o censo americano dividiu as categorias raciais de forma dual, entre brancos e negros (que também podiam incluir categorias intermediárias de não-

³¹ A classificação racial na África do Sul durante o *apartheid* seguia a lei que se baseava no *Population Registration Act* (1950-1991). Essa lei determinava que oficiais de Estado, com base em sua experiência (sem treinamento ou base sistemática formal) indicavam - a partir da análise da cor em fotos, sobrenome, local de nascimento, idiomas, casamento, igreja que frequenta, entre outros - o grau de branquidade para determinar hierarquias sociais segundo os tipos hierárquicos: Branco; “de cor” ou *Coloured* (para designar miscigenados); Asiáticos (principalmente indianos, mas também chineses, japoneses e birmaneses); e Africano ou Bantu (povos Bantu). A classificação tinha consequências materiais em restrições e benefícios, mas inconsistências e ambiguidades, comuns entre as classes Negros Africanos e *Coloured*, tinham o poder de modificar completamente a vida de uma família. O relato do sul-africano Willie Vickerman é um caso paradigmático. Apesar de ele ter crescido como miscigenado (*coloured*), com pai branco e mãe africana, ter uma atividade profissional do grupo miscigenado, ter salário do tipo miscigenado, ter cinco filhos classificados como miscigenados, com casa em área de miscigenados, pagando impostos de miscigenado, ele foi declarado por censores como sendo nativo sob a alegação de que em sua cidade natal não havia miscigenados, alterando seus direitos e obrigando-o a mudar de residência, de trabalho e a escola dos seus filhos (POSEL, 2001).

³² Para maiores detalhes da descrição dos preconceitos de origem e de marca, ver Oracy Nogueira (1998, 2006).

brancos), mas segundo o Instituto *Pew Research*³³, dificuldades são reportadas nos últimos censos com a opção étnico-racial de hispânico, ou latino, levando a questionamentos e pressões para o formulário ter mais opções multirraciais e com a possibilidade de se definir em mais de uma categoria racial.

As análises feitas aqui, e nos capítulos posteriores, fundem as categorias “preta” e “parda”, tratando-as como negros. Apesar de se perder a possibilidade de encontrar diferenças significativas entre essas duas categorias, a fusão é necessária para controle estatístico, sobretudo da amostra da cor preta, de mais baixa proporção, sendo também justificado por estudos que correlacionam a designação de raça por métodos autoatribuído e heteroatribuído, encontrando uma coincidência muito maior entre pardos e pretos entre os dois métodos do que pardos e brancos³⁴. Apesar do tratamento empírico estatístico dual entre brancos e o grupo agregado de pretos mais pardos, não se refuta outras abordagens que preferem terminologias como “não brancos”, ou que enfrentam a cor da pele de forma mais profunda e adotam a classificação racial num continuum de cor. Edward Telles (2003; 2004) utiliza perguntas abertas de autoclassificação racial e discursos populares para concluir que a classificação racial no Brasil é muito mais cinzenta do que nos Estados Unidos ou África do Sul, o que se refletia em um baixo grau de pertencimento a grupos étnico-raciais, apesar de existir barreiras raciais à mobilidade no mercado de trabalho sobretudo na classe média. A literatura recente, no entanto,

Abaixo, vamos observar de forma comparada a frequência das oito perguntas nos dois *surveys*. Em seguida vamos explorar a análise de cruzamentos entre as perguntas e a variável de cor e raça, quando for captado uma associação entre elas. As limitações dessa pesquisa são dadas pelo tamanho de sua amostra, que não é representativo da população, mas que tem propriedades assintóticas e permite uma comparação válida entre as duas pesquisas. Uma pesquisa mais abrangente e com maior financiamento poderá ser feita posteriormente, aproveitando a mesma metodologia e formato. Os resultados tabelados e

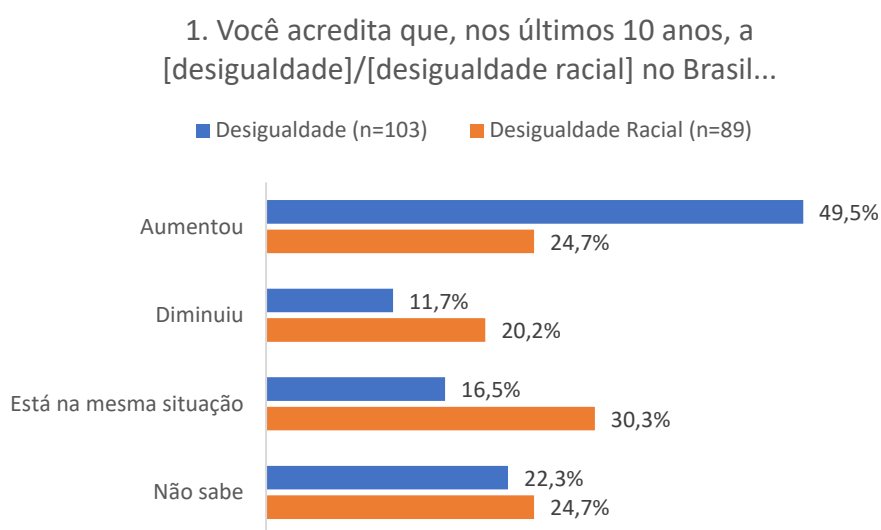
³³ <https://www.pewsocialtrends.org/2015/06/11/chapter-1-race-and-multiracial-americans-in-the-u-s-census/#fn-20523-19> (acessado em 17/07/2017)

³⁴ Reginaldo Prandi (1996) revela uma alta coincidência entre brancos e não brancos quando autodeclarados por entrevistados e quando classificados pelos entrevistadores, mas uma baixa coincidência entre pretos e pardos quando autodeclarados e quando classificados pelos entrevistadores. Resultado semelhante foi encontrado em estudo recente de Bueno e Dunnig (2016) em que comparou diferentes classificações de cor por fotos realizado por 1.114 respondentes, sendo a classificação dicotômica a mais consistente.

as bases das duas pesquisas realizadas foram colocados para acesso público e podem ser consultados a partir da internet³⁵.

Em relação à evolução da desigualdade, os respondentes foram bem críticos e metade avaliou que ela aumentou nos últimos anos. Em relação à desigualdade racial, a visão é de que ela é mais estável, com uma maioria apontando que ela está na mesma situação.

Gráfico 4 – Opinião sobre evolução da desigualdade e da desigualdade racial nos últimos 10 anos.



Fonte: Pesquisa Desigualdade Tiago Storni e Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

Quando provocados sobre o principal motivo para a existência da desigualdade, a maioria apontou a corrupção dos políticos. Na pesquisa sobre desigualdade racial, a maioria acredita que o principal motivo dela é o preconceito.

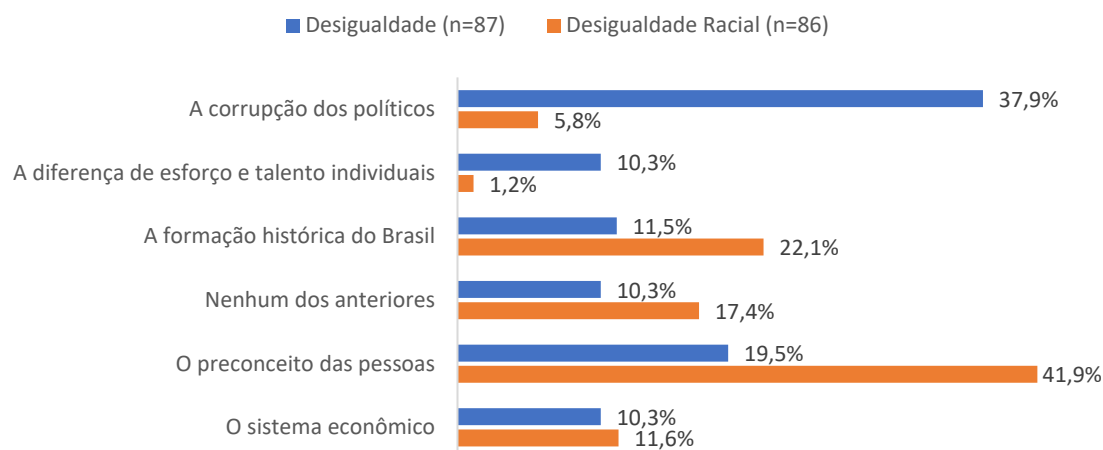
³⁵ Pesquisa Desigualdade Tiago Storni (2018):

<https://surveys.google.com/reporting/survey?survey=pgcttejlu5fok747fvifsi2sum> e Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni (2018):

<https://surveys.google.com/reporting/survey?survey=24oyzqjrwr2sg4r33jgsnpyo5u>

Gráfico 5 – Principal motivo para a existência da desigualdade e da desigualdade racial no Brasil.

2. Qual o principal motivo que você considera para a existência da [desigualdade]/[desigualdade racial] no Brasil?

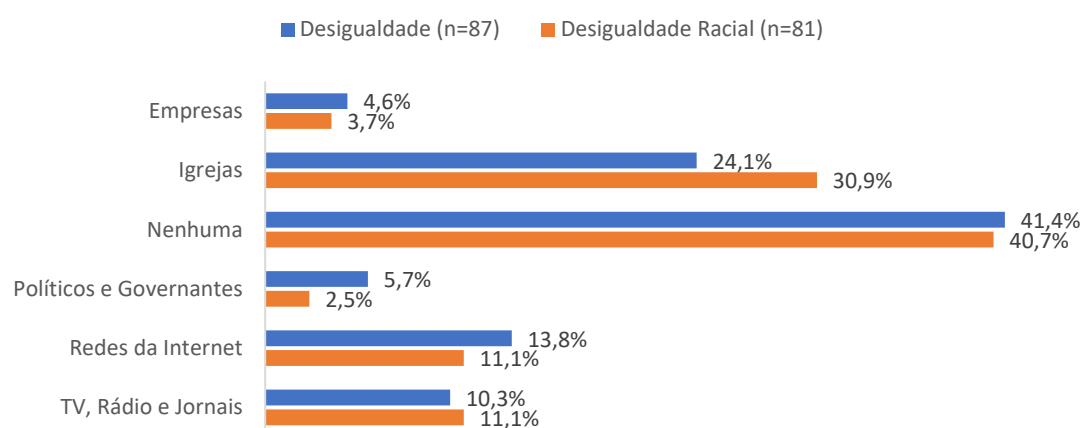


Fonte: Pesquisa Desigualdade Tiago Storni e Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

Em relação às instituições que mais combatem a desigualdade e a desigualdade racial, não houve diferença nas duas pesquisas. A maioria aponta que “nenhuma” das instituições apontadas tinham papel de destaque no combate à desigualdade, seguido de “Igrejas”, que aparecem em segundo lugar.

Gráfico 6 – Instituições que mais combatem a desigualdade e a desigualdade racial.

3. Qual das instituições abaixo combatem mais a [desigualdade]/[desigualdade racial] racial?



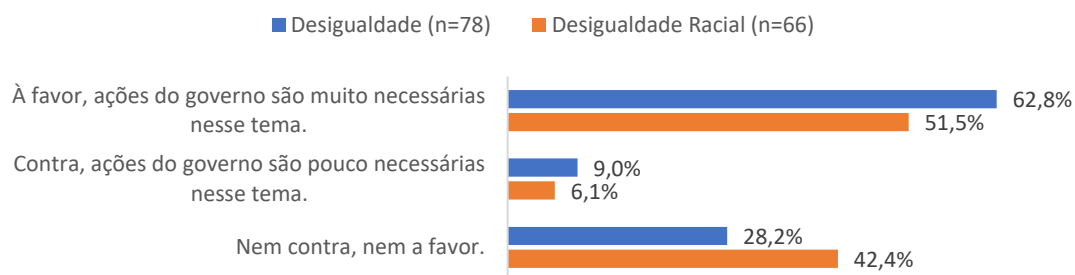
Fonte: Pesquisa Desigualdade Tiago Storni e Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

Em relação ao posicionamento contra ou a favor de iniciativas do governo no combate à desigualdade e à desigualdade racial, a maioria se mostrou a favor nos dois

casos. A proporção, porém, dos que deram uma resposta intermediária de não ser nem contra e nem favor, foi significativamente maior no caso da desigualdade racial.

Gráfico 7 – Posicionamento sobre iniciativas do governo no combate à desigualdade e à desigualdade racial.

4. Você é mais contra ou a favor de que o governo tome iniciativas de combate à [desigualdade]/[desigualdade racial] com leis e políticas públicas?

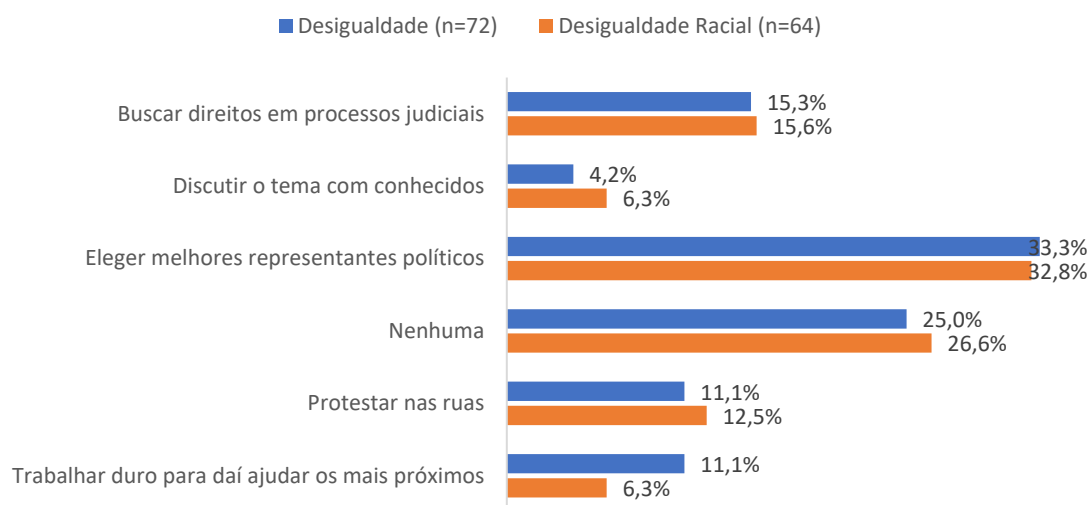


Fonte: Pesquisa Desigualdade Tiago Storni e Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

Na pergunta que provocava sobre as ações a serem tomadas pelos grupos mais desfavorecidos no caso da desigualdade e no caso da desigualdade racial, não houve diferença entre as duas pesquisas. Em ambas, a maioria acredita que a melhor ação é eleger melhores representantes políticos, seguido de nenhuma ação.

Gráfico 8 – Principais ações a serem tomadas pelos menos favorecidos na desigualdade e na desigualdade racial.

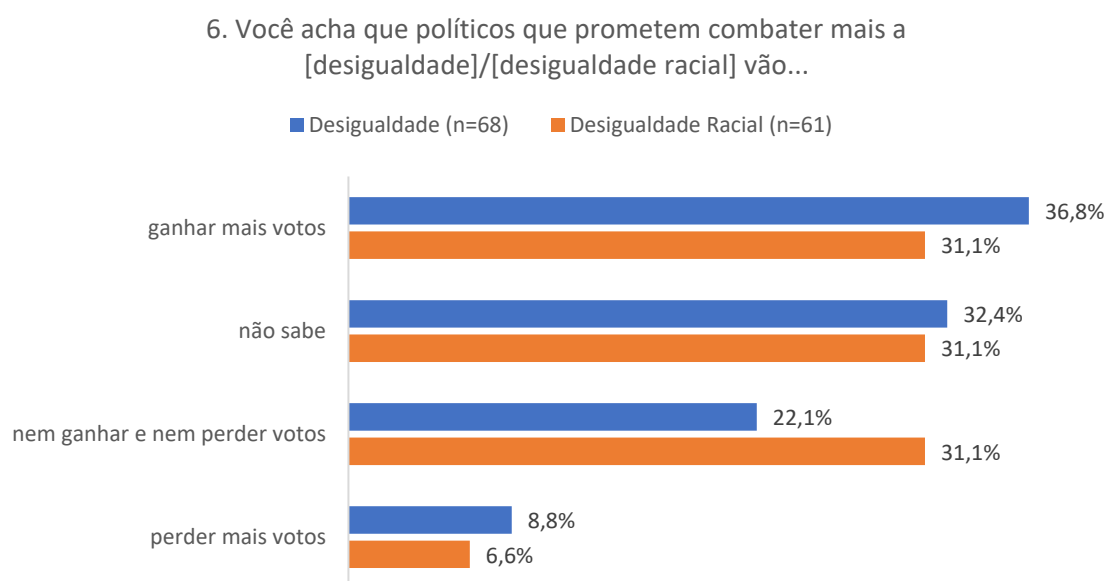
5. Qual é a melhor ação a ser tomada pelos menos favorecidos na [desigualdade]/[desigualdade racial]?



Fonte: Pesquisa Desigualdade Tiago Storni e Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

A sexta pergunta procurou avaliar a eficiência de discursos de campanha que prometessem combater a desigualdade e a desigualdade racial. No combate à desigualdade, considera-se que esse tipo de promessa leva a ganhar mais votos, seguido de não sabe e em terceiro que não leva a ganhar nem perder. Em relação à desigualdade racial, há um empate entre essas três alternativas.

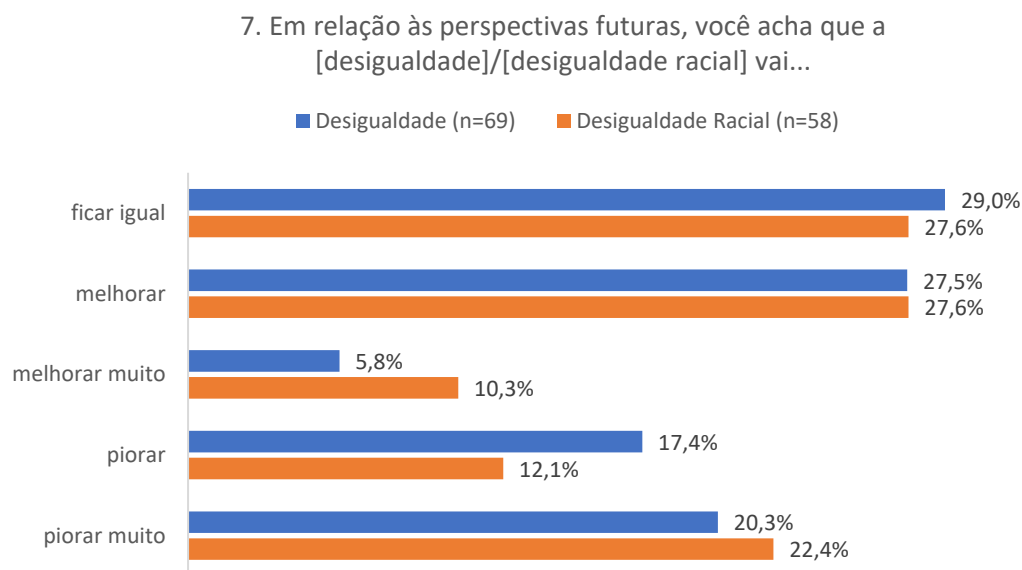
Gráfico 9 – Avaliação sobre a expectativa de votos dos candidatos que prometerem combater a desigualdade e a desigualdade racial.



Fonte: Pesquisa Desigualdade Tiago Storni e Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

Quando pergunta sobre o futuro da desigualdade e da desigualdade racial, ambas as pesquisas revelam uma maioria que indica que ela deve ficar igual ou melhorar.

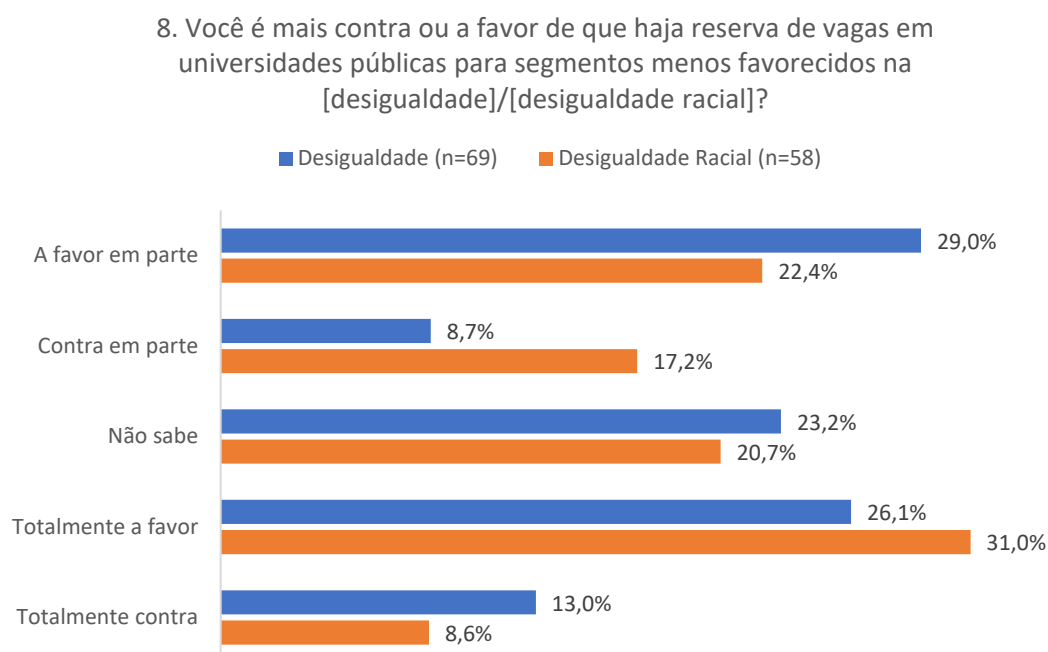
Gráfico 10 – Perspectivas futuras sobre a desigualdade e a desigualdade racial.



Fonte: Pesquisa Desigualdade Tiago Storni e Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

Finalmente, na pergunta sobre reserva de vagas nas universidades para pessoas menos favorecidas na desigualdade e na desigualdade racial, a maioria é a favor (totalmente ou contra) em ambas as pesquisas.

Gráfico 11 – Posicionamento sobre reserva de vagas no ensino superior para os menos favorecidos na desigualdade e na desigualdade racial.



Fonte: Pesquisa Desigualdade Tiago Storni e Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

Inicialmente é indicado uma certa conformidade com a desigualdade racial, visto que ela é reportada como estando na mesma situação ou piorando ao que era anteriormente (pergunta 1). As ações de combate a essa desigualdade não teriam um sentido de urgência, pois ela ocorre devido ao preconceito de que as pessoas e instituições pouco fariam para combatê-la (perguntas 2 e 3). Em relação às ações políticas possíveis, se considera que elas são necessárias, mas que sua relevância ou inocuidade dependem do tipo de legislador ou governante (perguntas 4 e 5). Nesse quadro, apelos de campanha no sentido do combate à desigualdade racial teriam impacto duvidoso (pergunta 6). Mas grande uma grande oportunidade de luta contra as desigualdades raciais aparece no final do questionário, que indica muitos acreditam que as perspectivas futuras devem melhorares (pergunta 7) e uma maioria que se coloca como totalmente a favor da reserva de vagas em universidades públicas (pergunta 8). Numa extrapolação da interpretação dos resultados, considera-se que, de modo geral, há uma visão conservadora sobre as ações de combate à desigualdade racial, mas espaço para ação. A negação da desigualdade racial não é explícita, mas parece ser estratégico o pensamento de que essa desigualdade faz parte da cultura e é algo que deve evoluir naturalmente, sem muitas intervenções diretas.

Além das frequências simples das perguntas, podemos analisar os cruzamentos dessas perguntas de desigualdade e desigualdade racial com a variável de cor e raça, também colocada nos dois *surveys*. Na tabela 7 abaixo, comparamos umas medidas estatísticas de χ^2 de Pearson (qui-quadrado) para avaliar se as variáveis cruzadas são independentes ou se são associadas a cor e raça. Os valores mais altos dessa estatística e os mais baixos valores de significância indica que a hipótese nula de independência pode ser rejeitada e de que há uma associação entre as variáveis. Em relação ao *survey* de desigualdade, as respostas sobre desigualdade não se mostraram associadas à cor e à raça do respondente, tendo significância maior que 0,15. No *survey* de desigualdade racial, no entanto, notamos uma associação na primeira pergunta, na quinta, na sexta e na sétima pergunta, que serão analisadas mais detalhadamente.

Tabela 7 – Estatística qui-quadrado para teste de associação do cruzamento entre perguntas de desigualdade e desigualdade racial com cor e raça do respondente.

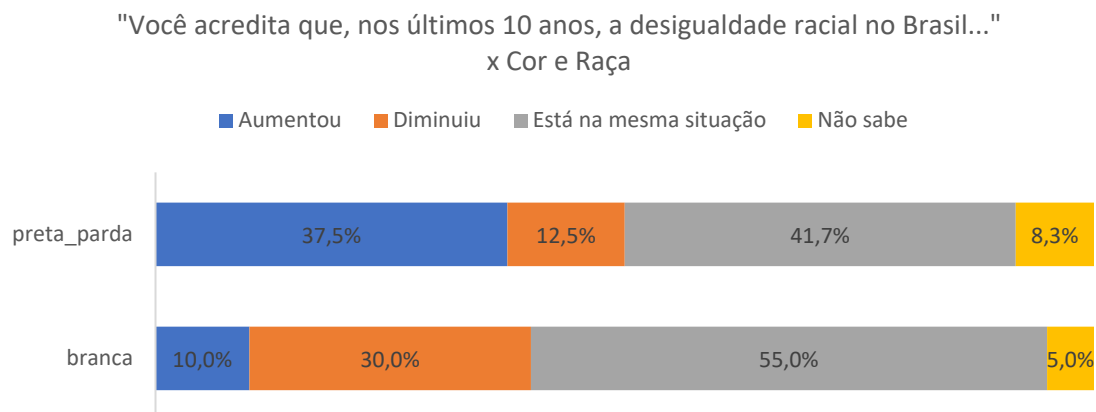
	<i>Survey</i> Desigualdade		<i>Survey</i> Desigualdade Racial	
	Qui-quadrado de Pearson	Sig. Assint. (2 lados)	Qui-quadrado de Pearson	Sig. Assint. (2 lados)
Pergunta1 x Cor ou Raça	4,25	0,24	5,52	<u>0,14</u>
Pergunta2 x Cor ou Raça	0,88	0,97	5,05	0,41
Pergunta3 x Cor ou Raça	7,77	<u>0,17</u>	4,77	0,31
Pergunta4 x Cor ou Raça	2,16	0,34	1,72	0,42
Pergunta5 x Cor ou Raça	6,82	0,23	8,14	<u>0,15</u>
Pergunta6 x Cor ou Raça	0,15	0,98	6,43	<u>0,09</u>
Pergunta7 x Cor ou Raça	3,23	0,52	10,37	<u>0,03</u>
Pergunta8 x Cor ou Raça	2,32	0,68	3,93	0,42

Nota: a pergunta de cor e raça nessa análise foi recategorizada para duas opções: branca ou preta/parda. Foram desconsideradas “amarela”, “indígena” e “não declarada”.

Fonte: Pesquisa Desigualdade Tiago Storni e Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

Analisando o cruzamento entre a opinião sobre evolução da desigualdade racial nos últimos 10 anos e cor e raça do respondente, notamos que a maior proporção de respostas foi que a desigualdade racial está na mesma situação, mas destaca-se uma proporção alta e bem maior entre os de cor preta e parda que consideram que a desigualdade racial aumentou, enquanto muito de cor branca consideram que a desigualdade racial diminuiu.

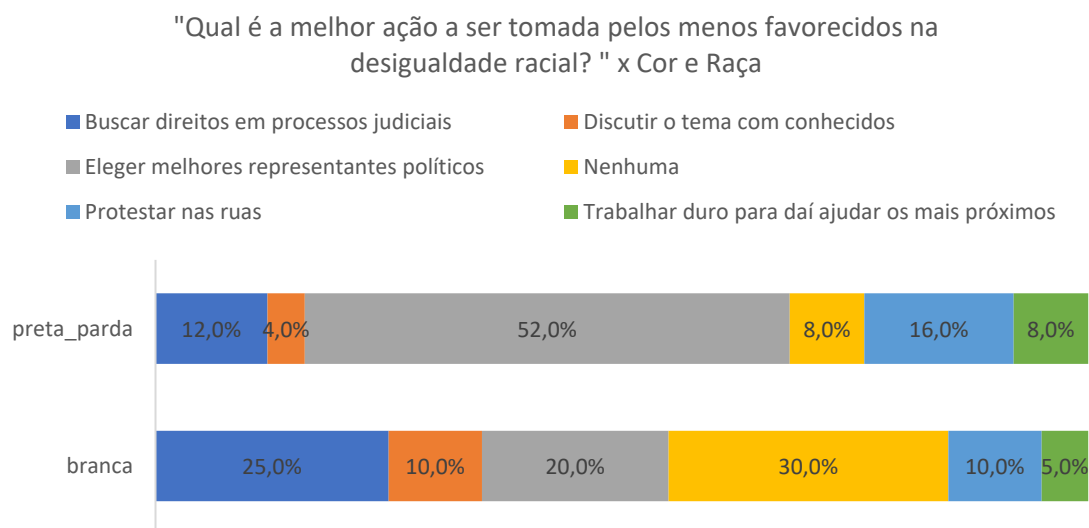
Gráfico 12 – Cruzamento entre opinião sobre evolução da desigualdade racial nos últimos 10 anos e cor e raça do respondente.



Fonte: Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

Em relação às principais ações a serem tomadas, a maioria dos de cor preta e parda acreditam que eleger melhores representantes seja a melhor opção, seguido de protestar nas ruas. Os respondentes de cor branca ficaram mais divididos entre não tomar nenhuma iniciativa, buscar direitos na justiça e eleger melhores representantes.

Gráfico 13 – Cruzamento entre principais ações a serem tomadas pelos menos favorecidos na desigualdade racial e cor e raça do respondente.



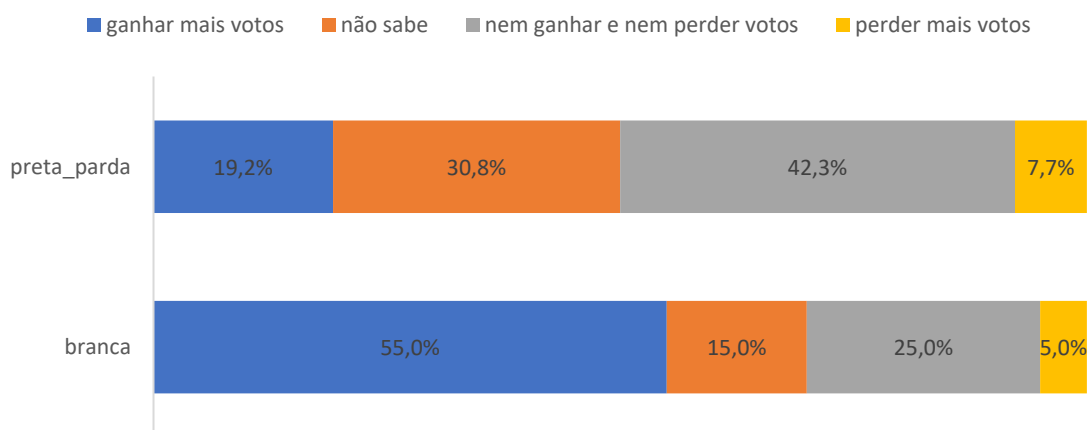
Fonte: Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

Comparando a diferença de expectativas em relação a promessas de políticos em combater a desigualdade racial, encontramos um resultado interessante. Apesar de na pergunta anterior os de cor preta e parda apontar a eleição de melhores representantes como iniciativa para combater a desigualdade racial, aqui eles consideram que esse tipo de apelo

eleitoral não deve ser eficiente em votos. Já os de cor branca, que consideram que nenhuma atitude deva ser feita pelo governo, eles acreditam que esse tipo de apelo tenha retorno em votos. Isso pode estar indicando um pensamento estratégico racial em que o apoio negro a representantes que combatam as desigualdades pode ser relevante, mas que a expressão verbal desse combate pode ser desvantajoso, enquanto para brancos, a expressão do combate pode ser visto como eleitoreiro. Nessa lógica, a cor do candidato, em vez de suas propostas, pode ser relevante como atalho ou estratégia de escolha.

Gráfico 14 – Cruzamento entre avaliação sobre a expectativa de votos dos candidatos que prometerem combater a desigualdade racial e cor e raça do respondente.

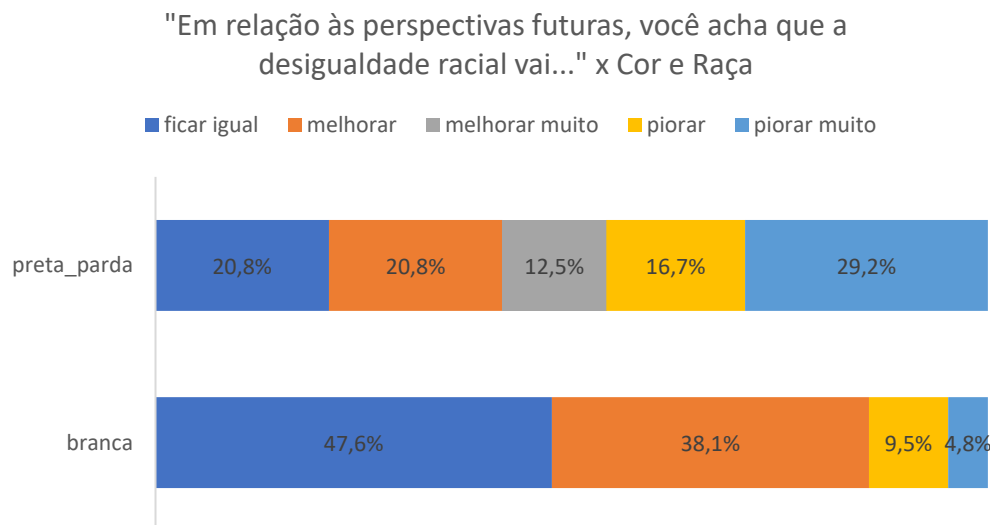
"Você acha que políticos que prometem combater mais a desigualdade racial vão..." x Cor e Raça



Fonte: Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

Em relação às perspectivas futuras da desigualdade racial, os de cor branca são mais otimistas. A maioria dos de cor branca acredita que deve ficar como está ou melhorar. Já os de cor preta e parda tem uma proporção muito alta que acha que ela deve piorar ou piorar muito.

Gráfico 15 – Cruzamento entre opinião sobre evolução da desigualdade racial e cor e raça do respondente.



Fonte: Pesquisa Desigualdade Racial Tiago Storni, 2018.

Essa seção buscou observar na opinião pública percepções sobre a desigualdade racial a partir de *surveys* com internautas que tiveram preservados seu anonimato nas respostas. Apesar das restrições amostrais, foi possível encontrar alguns direcionamentos para fundamentar hipóteses a serem mais profundamente investigadas. É disseminada a ideia de que a desigualdade racial ocorre devido ao preconceito e à formação histórica do país. Ainda assim, não foi detectado qualquer urgência ou otimismo em relação ao aprofundamento da discussão sobre o tema e do combate a essa desigualdade. A questão racial aparece de forma naturalizada, o que direciona para caminhos mais institucionais e de oferta, com políticas mais *top-down* do que partindo de arranjos sociais. A hipótese de apoio político no combate às desigualdades é fortalecida pelo maior encorajamento de negros à atuação de melhores representantes.

2. RAÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Esse capítulo é voltado para um entendimento da representação político-parlamentar no Brasil na perspectiva racial. Serão observados os níveis de desigualdade racial em esferas do Legislativo a partir de 13 indicadores eleitorais relativos às dimensões de Competição, Representação, Experiência, Recrutamento Partidário e Gastos. O objetivo metodológico nesse capítulo é analisar os resultados eleitorais cruzados com características dos candidatos de forma a alcançarmos indicadores nacionais e estaduais robustos e comparáveis, além de analisar estatisticamente o efeito eleitoral da cor e raça dos candidatos em modelos de regressão multivariados.

Na primeira seção, é realizada uma discussão teórica sobre representação política por cor e raça, procurando responder questionamentos a essa relação. Por que analisar brancos e não brancos separadamente? Há competição racial no Brasil? Não pode haver brancos que defendam políticas voltados para segmentos negros? Os negros eleitos formam um grupo homogêneo? E se os negros possuem ideologias díspares, por que colocá-los no "mesmo barco"? Essas questões envolvem diretamente discussões acerca da representação política. Em seguida serão apresentadas referências empíricas atuais dessa literatura no Brasil.

Na segunda seção do capítulo, proponho uma série de indicadores voltados para um diagnóstico comparável entre as unidades federativas quanto à desigualdade de representação por cor e raça. São utilizados dados secundários das bases sistematizadas no Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral, referentes às eleições para o cargo de deputado federal, estadual e distrital do ano de 2014. São apresentados os valores das Frequências Observadas e respectivas Proporções Observadas, de onde serão calculados os indicadores de Razão de Proporções de algumas características, Razões de Chance de sucesso e Razões de médias, comparando candidatos de cor branca com os de cor preta ou parda.

Finalmente, a terceira seção apresenta uma análise multivariada para analisar o efeito das variáveis de cor e raça dos candidatos, gênero dos candidatos, gastos de campanha dos candidatos, experiência dos candidatos, partido dos candidatos e composição racial da população, no percentual de votação dos candidatos. É ainda utilizado o método de decomposição de Ronald L. Oaxaca (1973), que nesse caso é voltado para mensurar a diferença no percentual de votos de brancos e negros (pardos e

pretos) entre candidatos homogêneos em relação aos gastos de campanha e experiência, tanto para deputados federais como para deputados estaduais e distritais. A decomposição permite verificar qual deveria ser a votação dos negros se tivessem a estrutura dos brancos, e daí separar o que a diferença na votação é devido a fatores explicados e o que é devido a fatores não explicados, como discriminação.

2.1 Representação Política de Grupos com Desigualdade Estrutural

Grande parte da literatura sobre representatividade no séc. XX é voltada para modelos de responsividade de origem na tradição utilitarista. Em relação ao sistema de governo representativo, o utilitarismo considera que este deve estar em maior acordo possível com a composição do eleitorado, condição necessária para atuar na defesa dos interesses de cada segmento. Uma monarquia despótica com um soberano sábio e uma burocracia bem preparada não seria nunca preferível à representação democrática pelo desalinhamento da informação, que não alcança o grande público, impedindo o aprendizado e o ganho de confiança da opinião pública (MILL, 1910:202). Esse modelo tem um peso liberal mais associado com o utilitarismo ortodoxo do que com versões utilitárias que dão um maior significado para o papel do Estado na dinâmica social, o que foi acompanhado pela profissionalização da política e independência dos interesses dos partidos em relação às clivagens sociais.

No modelo de maior independência da esfera política, ganhou mais espaço os modelos representativos mais economicistas, em que os interesses dos cidadãos são dados de acordo com as preferências individuais e as informações para o cálculo racional são públicas e acessíveis a todos. Assim, a lógica do eleitor é baseada, sobretudo, na noção de um conjunto estruturado e coerente de ideias relacionadas somente a ele próprio. A corrente da Teoria Racional procurou formalizar os mecanismos de comportamento eleitoral, onde os agentes atuam de forma a maximizar sua utilidade (como os consumidores na microeconomia clássica) de acordo com curvas de indiferença “bem-comportadas” contendo, sobretudo, preferências por políticas públicas (DOWNS, 1957). O eleitor se basearia em análises retrospectivas de benefícios sociais e econômicos derivados de administrações anteriores para formular expectativas de benefícios futuros.

O elemento “ideologia” seria uma variável que simplificaria e instrumentalizaria os valores individuais numa primeira instância, a fim de diminuir custos de informação e diminuir incertezas, mas que dependeria da confiança na integridade dos partidos. Do ponto de vista dos representantes, as eleições servem como prestação de contas para manter o governo responsável pelos resultados de suas ações passadas. Por anteciparem o julgamento dos eleitores, os governantes são induzidos a escolher políticas, julgando que serão bem avaliadas pelos cidadãos no momento da próxima eleição.

Uma visão alternativa à visão economicista é encontrada em Manin, Przeworski e Stokes (2006), na qual é defendido que a perspectiva de representação como prestação de contas e de seleção de políticas pode estar bastante distante da realidade. Na prática, políticos têm objetivos, interesses e valores próprios e uma vez eleitos, os representantes poderiam realizar políticas diferentes das que anunciaram, se acharem que isso é o melhor para os eleitores. Ainda que os eleitores possam não gostar do desvio em relação às promessas feitas, eles podem avaliar que foram beneficiados e não punir o representante. Não haveria mecanismos institucionais para forçar representantes às suas plataformas eleitorais porque novas condições e dinâmicas aparecem quando da interação com outros representantes e do próprio processo de deliberação, que possui resultados não previsíveis anteriormente. Os autores afirmam que eleições não são suficientes para o controle dos políticos, devendo contar com instituições que aumentem a transparência da responsabilidade e facilitem aos eleitores recompensar ou punir os responsáveis. A maior preocupação é que os eleitores possam imputar claramente a responsabilidade pela atuação do governo.

O incentivo à independência da esfera política à medida que essa foi se tornando mais profissional tem levado a questionamentos sobre o método representativo. As transformações impulsionadas por inovações tecnológicas aliadas a pensamentos e práticas neoliberais pressionaram a coesão de interesses para formatos mais individuais. Peter Mair (2013) aponta evidências do aumento crescente de problemas de representação partidária e capacidade de partidos sustentarem a democracia devido ao aumento da indiferença tanto dos cidadãos em relação aos representantes como dos representantes em relação ao eleitorado, criando um vácuo de interação entre ambos. A forma de participação teria se tornado cada vez menos efetiva após a década de 90, e descrita em indicadores agregados como abstenção e volatilidade, com picos verificados em curtos espaços de tempo em vários países da Europa Ocidental e de forma simultânea.

Indicadores mais desagregados, coletados em pesquisas de opinião, apresentam tendências ainda mais robustas em relação ao enfraquecimento da identificação com partidos e participação financeira em campanhas.

Esse quadro pode ser ainda mais desestabilizador no caso eleitoral brasileiro em que o legislativo é votado pelo modelo de lista aberta e com muitos partidos. Essas regras combinadas impactam sobre as condições necessárias para a simplificação, ordenação e avaliação das alternativas eleitorais, pois os pressupostos de escolha racional como independência, completeza³⁶ (ter condições informativas de avaliar as alternativas) e transitividade³⁷ (saber ordenar as alternativas) ficariam comprometidos. Como a reeleição é uma das principais formas de punição e recompensa, é muito difícil avaliar nesse modelo as contribuições dos candidatos atuantes e os potenciais de contribuição dos desafiantes, o que dificulta o cálculo sobre o diferencial de cada alternativa política e amplia a influência das variáveis de exposição midiática e capacidade de investimento em produção de propaganda.

Para ilustrar a dificuldade de avaliação das opções eleitorais para o legislativo federal e estadual, podemos apresentar os resultados da variável de lembrança do voto questionada no *survey* Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014 (ESEB 2014), aplicado entre os dias 1 e 19 de novembro de 2014, logo após as eleições, com 2.506 entrevistados. Na pesquisa, foi verificado que somente 33% dos entrevistados responderam espontaneamente em quem tinham votado nas eleições de 2014 para deputado federal, enquanto 37% não sabia ou não se lembrava. O restante não respondeu, ou votou branco, nulo ou em outro estado e não se aplicava a pergunta. Para deputado estadual ou distrital o percentual foi ainda menor: 29% indicaram um nome e 39% não sabia ou não se lembrava. Quando perguntados sobre em quem tinham votado para deputado federal na eleição anterior, de 2010, somente 7% indicaram um nome. Para deputado estadual ou distrital em 2010, esse percentual foi de 6%. Tal contexto de baixíssima qualidade informacional favorece aqueles que já possuem exposição pública anterior, política ou não, e aqueles com maior capacidade de mobilizar recursos e investir em estratégias de aproximação junto ao eleitorado intensas em propaganda.

³⁶ A completeza indica que para todo elemento “a”, “b” pertencente a um conjunto “X”, tem-se que “a” é preferível a “b” ou “b” é preferível a “a”, ou ambos (MAS-COLLEL, WISTON e GREEN, 1995).

³⁷ Para todo elemento “a”, “b”, “c” pertencente a um conjunto “X”, a transitividade indica que se “a” é preferível a “b” e “b” é preferível a “c”, então “a” é preferível a “c” (MAS-COLLEL, WISTON e GREEN, 1995).

Porém, muita cautela deve ser tomada na análise das transformações do papel dos partidos políticos no método representativo. Nadia Urbinati (2006) critica de forma incisiva a suposição difundida de que a democracia direta representa um modelo ideal assumido como ótimo da participação e a democracia representativa como um subótimo ou solução *second best* em decorrência de restrições impostas pela estrutura capitalista de especialização do trabalho, pela incapacidade de assembleia física e pela inviabilidade cognitiva de processar os argumentos de todos os cidadãos. Ela defende que a representação não é fator limitador da democracia, mas sim que amplia significativamente a qualidade dela através de um processo circular entre instituições estatais e práticas sociais que restitui a estabilidade política. A autora assume que as expectativas das pessoas e as realizações de seus representantes jamais irão corresponder com exatidão, mas que a representação pode ser assegurada pela robustez da autonomia local e das liberdades de expressão e associação, além de uma certa igualdade básica de condições materiais.

Em uma democracia, partidos representam um dos principais componentes de formação e funcionamento de governo. Isso se daria pela sua atuação tripla (KEY, 1964): no governo, formando maioria e oposição, o que caracteriza a governabilidade; no eleitorado, simplificando a escolha e permitindo diferenciar interesses; e como organização, recrutando elites e ativistas políticos, além de formar rede de apoiadores. Apesar do papel central dos partidos na organização política e no processo democrático, deve-se reconhecer que sua credibilidade e associação com eleitorado tem sido alterada, de forma negativa. A contribuição dos partidos para a diferenciação de ideologias e interesses passou a ser muito mais questionado, demonstrado por indicadores do distanciamento entre essas organizações e o eleitorado, como a desconfiança e queda na simpatia por eles, principalmente entre os jovens, o que é corroborado por dados do eleitorado brasileiro.

A baixa confiança nos partidos políticos pode ser revelada pela evolução que mede a confiança nas instituições, em que os partidos ficam periodicamente na lanterna, com percentual de confiança abaixo dos 10%, como se vê abaixo.

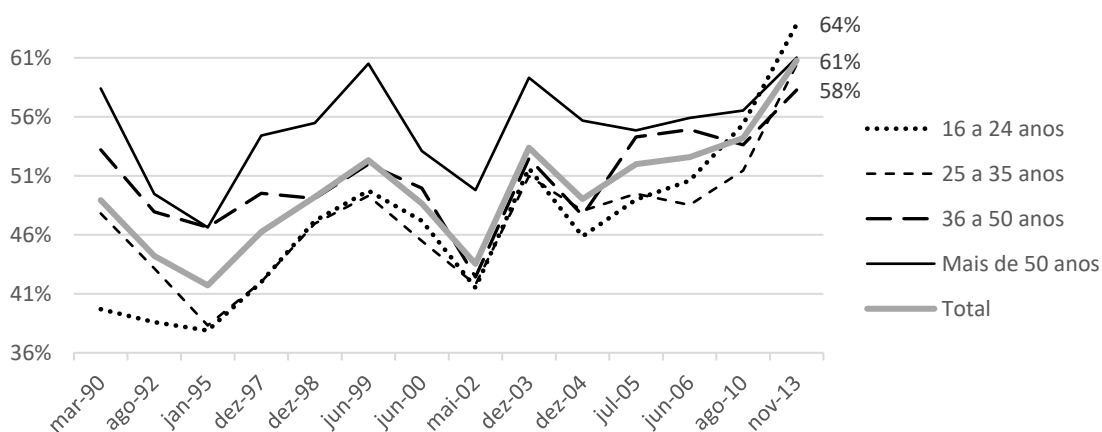
Gráfico 16 – Evolução da confiança nos partidos políticos.



Fonte: Percentual de Confiança nas Instituições dos Relatórios ICJ Brasil, FGV.

Se analisarmos ainda a evolução do percentual daqueles que indicam não ter simpatia por nenhum partido, vemos um alto percentual nos anos 1990, mas que ainda cresceu nos últimos anos, com destaque para os jovens (gráfico 17).

Gráfico 17 – Evolução da simpatia por “nenhum” partido, por faixa etária (%).



Fonte: O autor, a partir das base de dados do CIS (Consortio de Informações Sociais) e Datafolha: B313, Datafolha (mar-1990); B245, Datafolha (ago-1992); B183, Datafolha (jan-1995); B167, Datafolha (dez-1997); B152, Datafolha (dez-1998); B151, Datafolha (jun-1999); B143, Datafolha (jun-2000); B131, Datafolha (mai-2002); B122, Datafolha (dez-2003); B120, Datafolha (dez-2004); B115, Datafolha (jul-2005); B226, Datafolha (jun-2006); B467, Perseu Abramo (ago-2010); B546, Datafolha (nov-2013).

Esse quadro de baixíssima confiança partidária, sobretudo entre os mais jovens, pode ser associado ao ganho de voz individual nas redes digitais e ao aparecimento de novos influenciadores no debate político. O debate nas redes se mostra menos dialógico do que se esperava desse espaço interativo. A formação de bolhas entre visões próximas subestima o valor de argumentos contrastantes, o que tende a aumentar a ilusão de que as opiniões do senso comum do seu grupo tem valor universal, o que impacta em posicionamentos mais intolerantes do que de aprendizado e respeito ao diferente. Uma

comunicação mais efetiva entre organizações e opiniões públicas precisam ser construídas para restabelecer a confiança e a legitimidade do Estado democrático.

Uma nova perspectiva de comunicação entre eleitor e partido para que a política seja mais inclusiva e participativa é abordada por Iris Young (2006). A autora descreve uma concepção de democracia comunicativa através de um mecanismo de relacionamento entre representantes e eleitores, bem como dos eleitores entre si, conectados de forma duradoura e mantendo suas pluralidades, ou seja, sem requerer uma identidade comum. Ela defende a importância da concentração de decisões em torno de representantes políticos devido a simplificação do processo decisório e capacidade de repercussão em espaços amplos, mas também afirma que essa representação não pode prescindir da participação de cidadãos, mesmo no contexto de relações mais fluidas, sobrepostas, diversas e descentralizadas. Influenciada por Hannah Pitkin³⁸, ela refuta o debate que opõe as visões do representante como delegado ou como fiduciário, já que esses tipos na verdade se complementariam, pois a legitimidade do representante consiste em fazer avaliações independentes, mas também antecipando o que os eleitores desejam.

A representação proposta por Young propõe desenhos institucionais que aumentam a representação de grupos marginalizados através da aplicação de princípios inclusivos dentro dos partidos. Ela explica que numa sociedade em que a população branca seja privilegiada, a perspectiva social das pessoas brancas irá, com frequência, predominar nas discussões públicas, sem ser, necessariamente incorreta ou ilegítima. Porém, nessa situação, a estrutura de desigualdade racial é reproduzida porque apesar de grupos não brancos poderem ter interesses legítimos, eles contam com muito menos recursos para mobilizar esses interesses.

³⁸ Hannah Pitkin (2006) problematiza o paradoxo entre o grau de independência e o grau de comprometimento dos representantes em relação às opiniões e divisões sociais. A autora destaca uma origem do uso do termo “representante” por juristas medievais que não fazia referência às autoridades políticas como indivíduos, mas a uma natureza fictícia e não real de uma comunidade desenvolvida de forma orgânica. Apesar de haver servidores, delegados e procuradores, não havia referência a essas figuras como representantes. Esse sentido de unidade coletiva foi mantido posteriormente para se referir ao Parlamento britânico como um todo, e não aos seus membros individuais. Ela afirma que somente no *Leviatã*, de Hobbes, o conceito de representação seria definido em termos formais de agência legal, designando alguém que recebe autoridade para agir por outro, mesmo que essa autorização fosse limitada, ou seja, com obrigações e regras de condução. Ainda assim, a autora defende a atualidade do significado de representação como uma unidade e um todo, em vez de uma autorização para partes com objetivos repartidos ou divergentes.

A representação inclusiva parece ter um viés mais normativo do que empírico. Contudo, a valorização que essa teoria dá para a profundidade da comunicação entre atores marginalizados é importante de ser explorada, sobretudo por candidatos e partidos com maior dificuldades em mobilizar recursos financeiros. Independente de interesses específicos, a inserção dentro de um campo marginalizado pode potencializar atalhos cognitivos e fortificar apelos de mudança. Isso não indica que, no exemplo racial, candidatos negros são necessariamente mobilizados pela luta contra o racismo e eleitores negros sejam atraídos diretamente por esses candidatos. Contudo, lança uma hipótese relevante sobre o potencial de atração de votos ser ampliado quando candidatos negros tem experiências de marginalização social próximas aos eleitores negros. Essa hipótese, que fortaleceria o chamado voto étnico-racial, será testada nas análises posteriores.

2.2 Representação Político-Racial no Brasil

Este capítulo busca realizar uma contribuição por meio de indicadores eleitorais de raça nas dimensões de Representatividade populacional, Experiência eleitoral, Competitividade Intrarracial, Distribuição Partidária e Gastos de Campanha nas eleições para o Legislativo em 2014, para os cargos de deputado federal, estadual e distrital. Apesar de alguns autores já terem apresentado análise de dados eleitorais de 2014 para avaliar a sub-representação de não brancos eleitos e o recrutamento partidário (CAMPOS e MACHADO, 2014; BUENO e DUNNING, 2016), busca-se, aqui, definir indicadores robustos e comparáveis entre os estados, bem como complementar esses dados para o exame de outras dimensões, como gastos de campanha, concentração do voto e nível de experiência. Além da análise descritiva dessas dimensões, é realizada, na seção final do capítulo, uma análise multivariada com um modelo de decomposição de diferenciais de percentual de voto entre brancos e negros, separando fatores explicados de não explicados. O objetivo é ajudar a preencher uma lacuna na literatura quanto ao teste da hipótese de negros serem sub-representados devido à diferença de financiamento ou devido a fatores não explicados, como discriminação.

Segundo Bueno (2012), a literatura sobre a mobilização coletiva no Brasil foca tradicionalmente lutas e conflitos ligados ao trabalhismo, ao passo que vê no baixo grau

de politização da clivagem racial a causa do deslocamento do movimento negro para atividades de cunho mais cultural do que político. A autora destaca, porém, que teria havido algumas mudanças a partir de 1985, quando o movimento negro passaria também a afirmar uma identidade própria, associando-se a pautas feministas e se voltando, ainda, para demandas políticas de ações afirmativas para o Ensino Superior. Apesar do sectarismo e da falta de coalizão dos inúmeros grupos do movimento negro nos anos 1970 e 1980, a transição a uma política negra moderna teria sido introduzida com o Movimento Negro Unificado em 1978, com a criação do Conselho da Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo em 1984, que teria servido de exemplo para outros estados e, ainda, com a criação pelo Governo Federal do Instituto Cultural Palmares em 1988, ligado ao Ministério da Cultura.

Em relação à representação, estudos anteriores que analisavam a presença de negros no Congresso brasileiro contabilizavam essencialmente os atuantes nas legislaturas, devido à dificuldade de analisar a totalidade de candidatos. Um estudo relevante de caráter empírico com indicadores que enfatizaram a sub-representação negra foi realizado por Ollie A. Johnson III (2000), que analisou as legislaturas de 1983 a 1999 na Câmara e no Senado Federal, encontrando que, dos poucos integrantes negros, havia maior peso quantitativo do PT, sendo originários do Rio de Janeiro e da Bahia. Em artigo posterior, o mesmo autor ainda listou representantes negros e para todos negros e pardos das legislaturas de 1999 a 2015 da Câmara Federal e das legislaturas de 1983-2015 do Senado, destacando a premente sub-representação de negros. Segundo o autor, apesar da articulação e crescimento do movimento negro, inclusive no âmbito da política institucional, a proporção de políticos negros permaneceu baixa e a sub-representação de cor é a regra, o que contribui para reduzir significativamente a eficácia desses representantes. Oliveira (1997) sustenta que a sub-representação de negros é evidente mesmo em cidades como Salvador e que mesmo quando parlamentares negros são eleitos, dificilmente conformava-se uma união ou bancada em torno de projetos ou de políticas públicas voltadas para o combate das desigualdades raciais.

Também anterior a 2014, e utilizando dados do LAPOP de 2010 e 2012,

por foi defendida como O mais baixo interesse de negros pela política seria justificado por interseccionalidade espaciais e de classerpela condição de exclusão em que muitos negros vivem.

Apesar da ausência de dados de cor declarada por candidatos antes de 2014, Campos (2015) procurou estimar o nível de representação de não brancos em 2012 baseado numa classificação de cor das fotos dos candidatos a vereador das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Encontrou-se que não brancos até se apresentavam como candidatos numa proporção alta, só um pouco abaixo do nível autodeclarado pela população dessas cidades no Censo de 2010. Porém, entre os eleitos, o grau de representação já caía bastante, para menos de 10% de não brancos no Rio e 16% em São Paulo. Desagregando os dados de oferta de candidatos e eleitos entre os partidos, para verificar o grau de recrutamento de não brancos pelos partidos, encontra-se que partidos pequenos, de direita e esquerda, apresentavam proporção mais significativa de não brancos, enquanto os partidos maiores e mais competitivos geralmente apresentaram proporção maior de brancos, com destaque para o PMDB, PSDB e DEM, que apresentaram mais de 80% de candidatos brancos em São Paulo e mais de 70% no Rio.

Analisando a representatividade de cor e sexo nas eleições de 2014 em todo o País, a partir da autodeclaração dos candidatos, Campos e Machado (2014; 2015a) encontram a presença significativa de não brancos entre os candidatos, em proporção muito maior que a oferta de mulheres em relação aos homens, mas que, como esperado, com eleitos não brancos é significativamente mais baixa, denunciando a sub-representação de pardos e pretos. Ao final, os autores criaram um índice para relacionar a diferença entre candidatos não brancos e a proporção de não brancos na população, por estado da Federação. O mesmo foi feito para relacionar população e eleitos não brancos. Desse “hiato” ou diferença, compararam a sub-representação de não brancos entre os estados. Contudo, esse indicador é muito pouco robusto para comparar estados pois dá clara desvantagem para os estados com maior população de não brancos. Ou seja, apesar de a Bahia ter um hiato muito maior entre percentuais da população não branca (78%) e o percentual de eleitos não brancos (40%), sua população não branca é muito mais bem representada do que em estados onde hiatos foram menores como Rio Grande do Sul (17% da população não branca e somente 2% dos eleitos eram não brancos). Para melhor comparabilidade entre as unidades da Federação, propõe-se nesse capítulo considerar

indicadores como a razão de proporções entre os percentuais de eleitos e a população, e não somente a diferença entre esses percentuais.

Um abrangente estudo sobre a representatividade de negros foi realizado por Bueno e Dunnig (2016), utilizando dados de autodeclaração de cor dos candidatos em 2014, e contando, ainda, com um experimento em que respondentes de Salvador e do Rio de Janeiro avaliavam candidatos atores de diferentes atributos de raça e classe. Ao analisar os dados de 2014 tomando a variável racial de forma binária (brancos e não-brancos), os autores encontraram uma alta sub-representação de não-brancos entre os eleitos e uma alta desigualdade econômica entre candidatos brancos e não-brancos, verificados a partir da disparidade de patrimônio reportado e também pelas divulgações oficiais de contribuições de campanha. A análise do experimento que testava os efeitos de raça e de classe foi feito a partir da avaliação de vídeos de campanha que simulavam inserções do HGPE (horário gratuito de propaganda eleitoral) e se alternavam atores de raças diferentes e identidades de classe diferentes. Ao final não foi encontrado efeito significativo nem de classe e nem de cor dos respondentes nessa avaliação dos candidatos simulados, não havendo também preferência por candidatos brancos. Os autores concluem que a sub-representação de não-brancos é derivada de barreiras financeiras representadas por recursos pessoais e de contribuição de campanha. Essas conclusões não são generalizáveis e devem ser testadas a partir de outros experimentos e análises, de maior controle ou mais próximos da realidade.

2.3 Indicadores de (Des)Igualdade de Representação entre Brancos e Negros nas Eleições Proporcionais de 2014

A construção dos indicadores foi realizada a partir de dados secundários extraídos das bases sistematizadas no Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral. De forma complementar, foram também utilizados dados populacionais do Censo (IBGE). As informações principais são oriundas das tabelas do tipo “CONSULTA_CAND_<ANO ELEIÇÃO>_<SIGLA UF>”, com informações no nível do candidato, e que possui os dados pessoais e filtros importantes de situação de candidatura, cargo a que concorre e situação final. A esses dados são adicionadas as

informações de votação final, no nível das zonas eleitorais e suscetível de agregação para o nível do candidato, nas tabelas do tipo “VOTACAO_CANDIDATO_MUN_ZONA_<ANO ELEIÇÃO>_<SIGLA UF>”. Os dados da prestação final de contas das tabelas de tipo “DESPESAS_CANDIDATOS_<ANO ELEIÇÃO>_<SIGLA UF>”. E os dados de proporção da população de 18 a 70 anos por cor/raça são procedentes da contagem do Censo de 2010 e que podem ser extraídos no nível municipal pelo sistema SIDRA, no endereço eletrônico do IBGE.

A partir da manipulação dessas tabelas foram planejados os indicadores empregados para comparar relações eleitorais entre candidatos de cor branca e aqueles de cor parda e preta. As cores parda e preta são analisadas de forma conjunta para dar maior estabilidade às medidas, além de serem consideradas as melhores *proxies* para negros. Os níveis de agregação dos indicadores são dados por UF, Brasil e cargo (deputado federal e deputado estadual/distrital). São filtrados nos resultados somente os candidatos com situação do registro classificado como “Deferido” ou “Deferido com Recurso” (eliminados da análise os indeferidos, cancelados, falecidos, etc.).

Segue a seguir o quadro explicativo dos 13 indicadores eleitorais de performance racial comparada.

Tabela 8 –Treze indicadores eleitorais de performance racial comparada (continua).

Nome	Dimensão	Métricas	Cálculo do Indicador
1. Razão de Chances de Sucesso Brancos sobre Negros	Competitividade	- Quantidade de candidatos de cor/raça branca [A] - Quantidade de candidatos de cor/raça negra [B] - Quantidade de eleitos de cor/raça branca [C] - Quantidade de eleitos de cor/raça negra [D]	(C/A)/ (D/B)
2. Razões de Chances de Efetividade de Candidatos Brancos sobre Negros		- Quantidade efetiva de Candidatos (igual a 1 dividido pelo somatório do quadrado das proporções de votos obtidos pelos candidatos) - Quantidade efetiva de candidatos de cor cor/raça branca (separando os candidatos mais votados até a quantidade de candidatos efeitos e somar os de cor/raça branca) [F] - Quantidade efetiva de candidatos de cor cor/raça negra (separando os candidatos mais votados até a quantidade de candidatos efeitos e somar os de cor/raça negra) [G] - Quantidade de candidatos de cor/raça branca [A] - Quantidade de candidatos de cor/raça negra [B]	(F/A)/ (G/B)
3. Razão da Mediana da Votação – Brancos sobre Negros		- Mediana de votos nominas dos candidatos de cor/raça branca [H] - Mediana de votos nominas dos candidatos de cor/raça negra [I]	H/I
4. Razão entre Concentração do Voto Branca sobre Negra		- IHH dos candidatos de cor/raça branca [J] - IHH dos candidatos de cor/raça negra [K] (Obs: o grau de concentração dado pelo Índice Herindahl- Hirschman é calculado pelo somatório das proporções quadráticas das votações dos candidatos dentro do grupo de cor/raça especificado. O valor do IHH varia de 0 a 1, sendo que o aumento do valor dele indica uma maior concentração da votação em torno de poucos candidatos)	J/K
5. Razão de Proporções dos Candidatos Negros sobre a Pop. Negra	Representatividade	- Percentual da população de cor/raça negra (Censo 2010, 16 a 70 anos) [L] - Percentual de candidatos de cor/raça negra [M]	M/L
6. Razão de Proporções dos Eleitos Negros sobre a Pop. Negra		- Percentual da população de cor/raça negra (Censo 2010, 16 a 70 anos) [L] - Percentual de eleitos de cor/raça negra [N]	N/L

7. Razão de Proporção de Medianas dos Gastos de Candidatos Brancos e Negros	Financiamento	- Mediana de gastos de campanha dos candidatos de cor/raça branca [O] - Mediana de gastos de campanha dos candidatos de cor/raça negra [P]	O/P
8. Razão de Proporção de Medianas de Gastos de Eleitos Brancos e Negros Eleitos		- Mediana de gastos de campanha dos eleitos de cor/raça branca [Q] - Mediana de gastos de campanha dos eleitos de cor/raça negra [R]	Q/R
9. Razão de Proporção da Participação Eleitoral Anterior de Candidatos Brancos e Negros	Experiência	- Percentual de candidatos de 2014 de cor/raça branca que participou das eleições de 2010 ou 2012 [S] - Percentual de candidatos de 2014 de cor/raça negra que participou das eleições de 2010 ou 2012 [T]	S/T
10. Razão de Proporção de Eleitos Anteriormente dos Candidatos Brancos e Negros		- Percentual de candidatos de 2014 de cor/raça branca que foi eleito nas eleições de 2010 ou 2012 [U] - Percentual de candidatos de 2014 de cor/raça negra que foi eleito nas eleições de 2010 ou 2012 [V]	U/V
11. Razão de Candidatos Brancos e Negros no PMDB	Recrutamento Partidário	- Percentual de candidatos de cor/raça branca do PMDB [W] - Percentual de candidatos de cor/raça negra do PMDB [X]	W/X
12. Razão de Candidatos Brancos e Negros no PSDB		- Percentual de candidatos de cor/raça branca do PSDB [Y] - Percentual de candidatos de cor/raça negra do PSDB [Z]	Y/Z
13. Razão de Candidatos Brancos e Negros no PT		- Percentual de candidatos de cor/raça branca do PT [AA] - Percentual de candidatos de cor/raça negra do PT [AB]	AA/ AB

Fonte: O autor, 2016.

Seguem, abaixo, os resultados dos índices planejados nas dimensões de competitividade, representatividade, financiamento, experiência e recrutamento partidário. Eles estão organizados por unidade da federação e separados nas duas tabelas de acordo com os cargos de deputado federal e de deputado estadual/distrital. O maior detalhamento das métricas utilizadas nos cálculos dos indicadores estão presentes nas tabelas do apêndice. Nos apêndices, os valores absolutos de cada variável podem ser verificados.

Uma visão geral dos indicadores pode ser captada olhando para a última linha das duas tabelas abaixo, que apresentam os dados para o Brasil. Para o cargo de deputado federal, vemos que na dimensão da competitividade, brancos têm 2,6 vezes mais chances de serem eleitos do que negros. Ou seja, analisando a relação entre candidaturas lançadas e os eleitos por raça auto declarada, os candidatos brancos têm que o dobro de chances de conseguirem ser eleitos do que os candidatos de cor preta e parda. Olhando essa relação para cada estado, vemos que alguns tem uma proporção infinitamente maior, que é encontrada quando não há nenhum candidato preto ou pardo eleito. O Amapá se destacou como o único estado em que pretos e pardos tiveram mais chances de serem eleitos para o cargo de deputado federal. Outros estados do norte também se aproximaram de um resultado mais positivo para pretos e pardos, com índice abaixo de 2, com exceção do Pará, em que as chances de brancos serem eleitos foi 6 vezes maior. Olhando para esse mesmo indicador, mas para o cargo de deputado estadual, verificamos que a chances de brancos serem eleitos ainda foi significativamente superior, mas menos do que para o cargo federal. Entre as unidades federativas, eu destaco os resultados de dois estados, Espírito Santo e Pernambuco, pois ambos tiveram resultados menos ruins para pretos e pardos, tanto para o cargo federal quanto para o estadual, com índice menor do que 2.

O segundo índice calculado foi o de ter candidatos efetivos, o que é uma restrição menor do que de ter candidato eleitos. Além disso esse índice considera a comparação real de votos nominais. Nesse índice, a vantagem de brancos foi um pouco menor do que no índice anterior, como esperado. A chance de ter candidatos efetivos foi duas vezes maior para brancos, para o cargo federal, e 1,6 vezes maior também para brancos, no caso do cargo estadual. Nenhum estado apresentou índice favorável a pretos e pardos (abaixo de 1).

O terceiro índice também compara a votação por raça, mas considerando um resultado mais do centro da distribuição dos votos do que naqueles mais votados, a partir da mediana da votação. Nesse índice, destaco os resultados do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul, em que o índice foi perto de 1, tanto para o cargo federal quanto para o estadual, indicando que apesar de ainda não eleitos, muitos candidatos pretos e pardos apresentam uma boa competitividade e poderiam ascender se conseguirem um apoio maior.

O quarto índice representa a concentração dos votos em torno dos candidatos de cada grupo racial e considerou somente aos percentuais de votos dos candidatos em relação aos seus respectivos estados, por isso ele não aparece para Brasil, somente na UF. O grau de concentração não foi associado a nenhuma cor na tabela, por não considerarmos que a concentração do voto seja mais negativa ou positiva. A concentração mais baixa pode ser positivo ao indicar que muitos candidatos daqueles grupo racial estão competindo de forma mais igualitária, tendo menos efeito vantagens individuais. Contudo, uma concentração de votos mais alta em um grupo racial também pode ser positivo se o grupo tiver menos vantagens e a concentração ajudaria a eleger pelo menos alguns indivíduos, otimizando a desvantagem do grupo. Olhando as tabelas, notamos que na grande maioria dos estados, a razão de concentração do voto que relaciona brancos e negros é menor do que 1, o que significa que a concentração de votos em torno de poucos candidatos é maior no caso dos candidatos pretos e pardos do que no caso dos candidatos brancos, principalmente para o cargo de deputado federal, o que podemos considerar como um resultado esperado, se entendermos que a mais baixa vantagem de pretos e pardos em relação a brancos, eleva a competitividade intrarracial.

Olhando o quinto índice, de representatividade das candidaturas de pretos e pardos em relação a presença também de pretos e pardos na população, encontramos uma subrepresentação, com índice abaixo de 1, sendo menos ruim para o cargo estadual, que está mais próximo de 1 do que o federal. Destaco que em vários estados o índice foi maior do que 1, ou seja, não haveria subrepresentação nesses estados, pelo contrário. Isso indica que negros se colocam na disputa política e não precisam de incentivos específicos para participarem como candidatos. Porém, notamos no índice subsequente que a subrepresentação de pretos e pardos é muito significativa quando olhamos para os eleitos. Entre candidatos a deputado federal, os candidatos pretos e pardos representam 80% da proporção desse segmento na população, mas os pretos e pardos eleitos

representam somente 40% da proporção de negros. Ou seja, há um déficit de 60% na representação de negros entre deputados federais. Essa relação é menos pior para o cargo de deputado estadual: candidatos pretos e pardos representam 90% da proporção desse segmento na população e os pretos e pardos eleitos representam 50%. O déficit de representação para os negros eleitos a deputado estadual é de 50%.

No sétimo índice, entramos na dimensão do financiamento de campanha. Ele também revela uma desigualdade significativa e desvantajosa para candidatos pretos e pardos, e também maior para o cargo federal do que para o cargo estadual. As medidas centrais dadas pelas medianas de gastos de campanha por grupos raciais, mostra que brancos têm mais de duas vezes o valor gasto por pretos e pardos. Olhando para o oitavo índice, que utiliza a mesma lógica do índice anterior, mas considerando agora somente os eleitos em vez da totalidade dos candidatos, vemos que a vantagem dos brancos ainda é significativamente maior, mas menor do que o índice anterior. Isso pode ser explicado se olharmos os valores utilizados no cálculo. Se verificarmos os valores das medianas de despesa nos apêndices H e I, vamos ver que a média e a mediana de gastos dos eleitos é muito acima da média e mediana das despesas dos candidatos em geral. Ou seja, a despesa parece ter grande efeito nos resultados eleitorais, mas ainda foi possível captar que mesmo entre os eleitos, os brancos têm uma despesa maior do que os pretos e pardos.

Os indicador seguinte, da dimensão da experiência, revela que candidatos brancos têm somente uma pequena vantagem em participação em eleições anteriores, de 1,1 vezes mais experiência, não variando entre os cargos federal e estadual, considerando o Brasil. Contudo, analisando o índice seguinte, que compara a proporção de candidatos que já havia sido eleitos em eleições anteriores, há uma desvantagem significativa para pretos e pardos, pois brancos tem 1,8 vezes mais experiência. Esse resultado é esperado, se considerarmos que brancos tem mais chances de serem eleitos e essas chances também deviam ser altas nas eleições anteriores. O que vale destacar desses resultados é que ter sido eleito anteriormente dá mais chances de ser conhecido e de construir mais apoios, o que também contribui para a reprodução da desigualdade de representação racial.

Os últimos três índices abordam a dimensão do recrutamento partidário e relacionam a proporção racial de candidatos de três grandes partidos: PT, PSDB e PMDB. Notamos que nos três partidos os candidatos de cor e raça branca se sobrepõe ao número de candidato de cor e raça negra. E nos três, essa desigualdade é maior para o cargo de deputados federal do que para o cargo de deputado estadual. No PMDB, a desigualdade

é a maior, tendo 3,7 mais brancos do que pretos e pardos para o cargo federal e 2,3 mais brancos para o cargo estadual. No PSDB, brancos estão numa proporção 2,7 maior do que pretos e pardos no cargo federal e 1,8 vezes mais brancos para o cargo estadual. No caso do PT, no plano federal os brancos são 1,7 vez maior do que pretos e pardos, e no plano estadual a vantagem dos brancos diminui para 1,2 vez mais.

Qual a conclusão desses indicadores para a análise da desigualdade de representação racial no legislativo? O nível de cargo a que se almeja é crucial. Para o cargo federal, candidatos pretos e pardos se colocam menos, têm um maior gap orçamentário, e menor presença em grandes partidos. Destaca-se ainda que maiores barreiras podem ser encontradas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina Sul e São Paulo, onde as chances de sucesso dessas candidaturas são mais baixas, mesmo considerando a proporção de pretos e pardos na população. No Paraná, a desigualdade também é muito alta para a disputa pelo cargo federal, mas para deputado estadual, parece haver uma base de apoio aos candidatos pretos e pardos que é significativa, ainda que fortemente concentrada em poucas figuras. O Rio de Janeiro teve um resultado curioso, pois foi dos poucos estados em que o índice para o cargo federal foi menos desvantajoso para candidatos pretos e pardos. Ainda assim, o estado apresenta um alto déficit de representação de pretos e pardos em relação à população. A Bahia, assim como o Rio de Janeiro, destoou dos outros estados e teve um resultado melhor para pretos e pardos na disputa pelo cargo federal do que para o cargo estadual. O déficit de representação de pretos e pardos em relação à população também é significativo, mas bem melhor do que o Rio de Janeiro. Além disso, na Bahia, para não haver problemas de recrutamento partidário de pretos e pardos em grandes partidos, mas sim de financiamento de campanha entre seus candidatos. Estados da região norte merecem uma atenção especial e aprofundamento posterior, pois seus resultados podem ser menos desvantajosos para pretos e pardos, o que poderia ser explicado por alta concentração de pardos que estariam menos associados a afrodescendentes e mais associados a uma descendência indígena.

Tabela 9 – Resultados de 13 indicadores eleitorais de performance racial comparada, por UF, para o cargo de deputado federal.

UF	1. Razão Chances Sucesso Brancos/ Pretos& Pardos	2. Razões Chances Efetividade Brancos/ Pretos& Pardos	3. Razão Mediana Votação Brancos/ Pretos& Pardos	4. Razão entre Concentração do Voto Brancos/ Pretos& Pardos	5. Razão de Proporções dos Candidatos Pr&Par/ Pop. Pr&Par	6. Razão de Proporções dos Eleitos Pr&Par/ Pop. Pr&Par	7. Razão de Proporção Medianas dos Gastos Brancos/ Pr&Par	8. Razão de Proporção Medianas de Gastos de Brancos Eleitos/ Pr&Par Eleitos	9. Razão de Proporção Experiência Eleitoral Brancos/ Pr&Par	10. Razão de Proporção da Eleitos em 2010 ou 2012 Brancos/ Pr&Par	11. Razão Cands. PMDB – Brancos/ Pretos& Pardos	12. Razão Cands. PSDB – Brancos/ Pretos& Pardos	13. Razão Cands. PT – Brancos/ Pretos& Pardos
AC	3,9	2,9	7,6	1,4	0,9	0,5	11,2	1	0,5	0,8	1	0,7	0,7
AL	4	3,7	4	0,3	0,8	0,3	14	2,3	1	4	3	1	0
AM	1,8	1	1,3	1,9	0,9	0,7	0,6	0,8	1	1,2	1	∞	1,3
AP	0,7	1,5	2,1	1,4	0,9	1	1,6	6,9	1,4	2,1	1,5	0,5	0,7
BA	1,9	2,1	2,9	1	0,8	0,6	5,1	2,2	1,2	1,8	1,3	1,3	0,4
CE	4,6	3,1	2,6	0,4	0,7	0,3	3,2	1,5	1,1	2	1,4	7	1
DF	4,9	3	1,1	0,3	0,7	0,2	2,1	0,5	1,7	2,1	4	3,7	1,5
ES	1,3	1,6	2,1	0,3	0,6	0,5	2,6	1,1	1	1,2	3	6	3,5
GO	2,1	1,7	1,7	0,3	0,5	0,3	6	0,7	1,2	3,3	1,8	2,8	3
MA	4,7	2,4	2,8	0,8	0,8	0,3	4,4	0,4	0,9	2	1,5	∞	0,3
MG	3,8	3,3	2,3	0,5	0,8	0,3	1,9	1,4	1	1,6	7,7	2,1	1,9
MS	∞	9,7	5,2	0,6	0,7	0	3,5	∞	1,3	3,4	∞	2	5
MT	1,4	1,8	2,5	0,6	0,8	0,6	0,7	1,3	0,9	1	0,3	0,7	∞
PA	6,1	3,9	9,8	0,7	0,8	0,3	16,7	0,6	1,2	2,3	1,8	0,5	1
PB	4,2	2	1,4	0,7	0,8	0,3	3,2	0,6	1	2,8	∞	4	5
PE	1,9	2,3	5,8	0,8	1	0,7	12,4	1,1	0,8	1,5	∞	∞	∞
PI	8	16	63	0,2	0,9	0,3	84,9	1,9	1,5	6	∞	-	0,5
PR	4,7	4,1	2,9	0,1	0,5	0,1	1,7	9,1	1,1	1,6	16	∞	14
RJ	3	2,3	1,2	1	0,9	0,4	1,8	5,7	1,1	1,8	2,1	1,6	1,4
RN	4,2	3,6	1,8	0,4	0,6	0,2	2,4	0,9	1,2	1,4	∞	0	1,3
RO	1,2	1,3	3	1	0,9	0,8	2,7	1,2	1,3	1,2	1,8	3	0,7
RR	1,9	1,7	1,9	1,6	0,9	0,7	2,2	2,2	1,1	1,3	1	∞	0,3
RS	∞	3	1,9	0,1	0,6	0	3	∞	1,2	6,4	28	8	15
SC	∞	∞	4,5	0,3	0,8	0	3,7	∞	1,5	1,5	10	11	3,3
SE	8,3	3,5	3,7	0,2	0,8	0,2	3	7,1	0,9	2,7	∞	0,3	4
SP	5,7	5,5	2,2	0,7	0,7	0,2	2,3	0,5	1	1,8	4,5	25	2,9
TO	∞	9	34,4	0,1	0,5	0	101,6	∞	1,2	5,8	∞	-	∞
Brasil	2,6	2	2	-	0,8	0,4	2,4	1,7	1,1	1,8	3,7	2,7	1,7

Fonte: Autor, 2016.

Tabela 10 – Resultados de 13 indicadores eleitorais de performance racial comparada, por UF, para o cargo de deputado estadual/distrital.

UF	1. Razão Chances Sucesso Brancos/ Pretos& Pardos	2. Razões Chances Efetividade Brancos/ Pretos& Pardos	3. Razão Mediana Votação – Brancos/ Pretos& Pardos	4. Razão entre Concentração do Voto Brancos/ Pretos& Pardos	5. Razão de Proporções dos Candidatos Pr&Par/ Pop. Pr&Par	6. Razão de Proporções dos Eleitos Pretos& Pardos/ Pop. Pretos& Pardos	7. Razão de Proporção Medianas dos Gastos Brancos/ Pretos& Pardos	8. Razão de Proporção Medianas de Gastos de Brancos Eleitos/ Pretos& Pardos Eleitos	9. Razão de Proporção Experiência Eleitoral Brancos/ Pretos& Pardos	10. Razão de Proporção de Eleitos em 2010 ou 2012 Brancos/ Pr&Par	11. Razão Cands. PMDB – Brancos/ Pretos& Pardos	12. Razão Cands. PSDB – Brancos/ Pretos& Pardos	13. Razão Cands. PT – Brancos/ Pretos& Pardos
AC	2,7	1,1	0,9	6,0	1,1	0,9	0,8	1,3	1,1	1,5	0,1	0,1	0,5
AL	3,8	2,1	1,7	0,8	1,0	0,5	1,3	1,0	1,0	1,7	0,5	0,8	0,4
AM	1,7	1,5	1,5	3,0	1,0	0,8	1,7	1,1	1,1	1,7	1,2	0,6	0,1
AP	1,7	1,2	1,4	1,5	0,9	0,7	1,9	1,1	1,0	0,9	0,5	0,2	0,6
BA	3,7	2,3	3,2	2,0	0,9	0,5	6,7	0,9	1,2	1,9	1,6	0,4	0,2
CE	3,7	3,0	1,9	0,7	0,7	0,3	3,5	1,1	1,0	2,2	1,0	1,8	2,5
DF	2,3	1,4	1,2	1,0	0,9	0,5	1,6	0,8	1,1	1,7	1,1	3,0	0,6
ES	1,7	2,0	2,0	0,7	0,8	0,6	1,8	1,6	1,1	1,8	5,3	1,4	5,5
GO	3,6	2,6	3,0	0,5	0,8	0,3	3,5	2,2	1,1	1,8	2,8	9,7	1,2
MA	3,9	4,2	2,1	0,7	0,8	0,4	6,1	1,6	1,0	2,5	2,0	2,5	0,2
MG	3,1	2,5	2,2	0,3	0,8	0,3	2,0	0,8	1,1	2,6	2,2	2,1	1,4
MS	1,3	1,7	1,1	0,4	0,8	0,7	1,2	1,0	0,9	1,8	8,3	3,7	0,7
MT	4,3	1,9	3,9	1,0	0,9	0,3	2,5	1,9	1,1	1,7	0,6	1,5	0,6
PA	1,8	1,7	1,9	2,0	0,9	0,8	2,6	1,1	1,1	1,3	0,6	0,3	0,7
PB	1,9	2,0	2,4	0,5	0,8	0,5	1,7	0,9	1,0	1,9	∞	2,0	5,0
PE	1,8	1,6	1,8	0,7	0,9	0,7	1,3	1,4	1,1	1,3	0,8	0,9	0,8
PI	3,0	1,9	6,7	0,8	0,8	0,5	3,5	1,1	1,1	2,1	12,0	0,4	0,4
PR	1,6	1,9	0,8	0,3	0,7	0,5	1,1	1,7	1,1	1,4	6,6	∞	28,0
RJ	4,0	3,3	1,5	0,5	0,8	0,3	1,8	1,9	1,1	2,4	2,8	1,0	1,7
RN	4,4	3,7	1,1	0,2	0,5	0,1	1,4	0,7	0,9	4,0	6,5	0,7	1,2
RO	2,3	1,6	2,1	1,0	0,9	0,6	8,1	1,7	1,0	1,4	1,9	0,4	0,4
RR	3,1	2,2	1,7	0,7	0,9	0,5	1,0	1,3	1,0	2,0	2,0	0,8	1,0
RS	5,0	4,2	2,2	0,1	0,5	0,1	2,2	3,9	1,3	2,3	8,3	4,5	14,0
SC	∞	2,3	4,2	0,1	0,5	0,0	6,0	∞	0,9	6,0	∞	22,0	8,7
SE	2,8	2,3	1,7	1,0	0,8	0,5	1,7	1,1	1,7	2,4	2,0	6,0	0,2
SP	4,2	2,8	1,8	0,5	0,7	0,2	2,8	0,6	1,1	1,6	4,3	15,2	3,0
TO	2,2	1,8	2,6	1,3	0,9	0,6	1,8	1,9	0,9	1,0	0,5	2,0	0,5
Brasil	2,3	1,6	2,0	-	0,9	0,5	2,1	1,6	1,1	1,8	2,3	1,8	1,2

Fonte: Autor, 2016.

2.4 Análise Multivariada e Modelos de Decomposição dos Diferencias de Votação por Raça

Nesta seção, vamos utilizar modelos multivariados para verificar a associação entre o voto e cor/raça, controlados por variáveis gastos, experiência, partido, sexo e região. Em seguida, utilizaremos o método de decomposição de fatores observados e não observados para saber se a associação entre voto e raça é devido a desigualdades de experiência, financiamento e partido, ou se é mais associado a variáveis não observadas, como discriminação.

Para a melhor especificação do modelo linear, a variável explicativa de quantidade de votos de cada candidato passou por uma transformação logarítmica, os gastos foram transformados em quintis, e as variáveis de experiência eleitoral, cor e raça, sexo são representadas por *dummies*. A variável de quantidade de votos por UF foi usada como controle de tamanho do território eleitoral e passa por uma transformação logarítmica.

Após analisar o modelo geral, são analisados os modelos separados por cor e raça para que depois possam ser comparados os efeitos observados pela diferença de dotações das variáveis independentes e os efeitos não observados por diferenças nos coeficientes das regressões.

Numa análise descritiva inicial, vamos visualizar a associação entre votação e dimensões clássicas da influência no voto dadas pelo financiamento e pela experiência anterior. A tabela abaixo apresenta uma descrição com o cruzamento entre os quintis de gastos (do menor para o maior) e a média de votação em cada quintil. Olhando para o último quintil, vemos que a superioridade da sua média de votação é estridente em relação aos outros quintis. A votação dos 20% dos candidatos que mais gastam na campanha é 10 vezes superior ao segundo quintil que mais gasta. A alta correlação entre resultados eleitorais e gastos de campanha há muito tempo é verificada em estudos eleitorais (SPECK, 2005).

Tabela 11 – Média de votação por quintil de gasto dos candidatos, separados por cargo de deputado federal e deputado estadual/distrital.

QUINTIS DE GASTOS	DEPUTADO FEDERAL			DEPUTADO ESTADUAL/DISTRITAL		
	Média de Votação	Erro padrão de média de votação	Nº de candidatos	Média de Votação	Erro padrão de média de votação	Nº de candidatos
1º (MAIS BAIXO GASTO)	694	36	1.172	398	14	3.026
2º	907	47	1.173	461	14	3.076
3º	1.735	83	1.173	834	27	3.052
4º	6.389	306	1.173	2.809	75	3.051
5º (MAIS ALTO GASTO)	66.211	2.238	1.173	24.593	512	3.051
TOTAL	15.190	562	5.864	5.819	129	15.256

Fonte: O autor, 2016 (a partir de dados do TSE de 2014).

Quando analisamos a associação entre participação em eleições anteriores e a votação na tabela abaixo, fica evidente também a superioridade de votos daqueles que já participaram anteriormente, o que pode ser explicado pela formação de uma base ou maior familiarização com o eleitor.

Tabela 12 – Média de votação por participação ou não em eleições anteriores, separados por cargo de deputado federal e deputado estadual/distrital.

PARTICIPAÇÃO EM ALGUM CARGO EM 2010 OU 2012	DEPUTADO FEDERAL			DEPUTADO ESTADUAL/DISTRITAL		
	Média de Votação	Erro padrão de média de votação	Nº de candidatos	Média de Votação	Erro padrão de média de votação	Nº de candidatos
NÃO PARTICIPOU ANTERIORMENTE	6.168	374	2.859	2.595	94	8.257
PARTICIOU PARA ALGUM CARGO EM ELEIÇÕES ANTERIORES	23.773	1.013	3.005	9.622	250	6.999
TOTAL	15.190	562	5.864	5.819	129	15.256

Fonte: O autor, 2016 (a partir de dados do TSE de 2014).

Abaixo, vemos que o efeito da experiência é bem ampliado para os que, além de terem participado, foram também eleitos para qualquer cargo em pleitos anteriores.

Tabela 13 – Média de votação entre os que já foram eleitos ou não em pleitos anteriores, separados por cargo de deputado federal e deputado estadual/distrital.

ELEITO EM ALGUM CARGO EM 2010 OU 2012	DEPUTADO FEDERAL			DEPUTADO ESTADUAL/DISTRITAL		
	Média de Votação	Erro padrão de média de votação	Nº de candidatos	Média de Votação	Erro padrão de média de votação	Nº de candidatos
NÃO ELEITO ANTERIORMENTE	7.266	425	4.986	3.015	77	13.297
ELEITO PARA ALGUM CARGO EM ELEIÇÕES ANTERIORES	60.186	2.358	878	24.849	721	1.959
TOTAL	15.190	562	5.864	5.819	129	15.256

Fonte: O autor, 2016 (a partir de dados do TSE de 2014).

Quando investigamos a associação entre votação e fatores explicativos numa análise multivariada, verificamos efeitos significativos em praticamente todas as variáveis consideradas. Na dimensão de financiamento de campanha fica patente a associação de quanto maior o quintil de gastos, maior é o seu efeito em votos. A dimensão da experiência também teve um efeito esperado de que maior experiência resulta em mais votos. Porém revela também que o efeito do *recall* de eleições anteriores tem uma relação temporal, pois ter participado ou ter sido eleito em 2012 tem um coeficiente maior do que ter participado ou ter sido eleito em 2010. Ter sido eleito para algum cargo em 2012 foi muito importante no resultado eleitoral de 2014, sendo a variável de maior poder da dimensão de experiência analisada. Pertencer a um dos três grandes partidos, PMDB, PT e PSDB também tem uma influência positiva no resultado eleitoral, o que mostra que o efeito ideológico é importante e ainda preservado, apesar de ser criticado e mal avaliado. No caso do cargo de deputado federal, o efeito de partido foi maior para PT e PSDB. A influência do sexo do candidato também se mostrou significativa para a votação. Mulheres têm significativamente menos chances de receber votos do que homens, independentemente do cargo de deputado federal ou estadual. Em relação a cor e raça, mostrou-se negativa para pretos e pardos somente para o cargo de deputado federal, não apresentando efeito significativo para o cargo de deputado estadual.

Tabela 14– Modelos de regressão multivariada de explicação da votação de candidatos nas eleições de 2014, separados por cargo de deputado federal e deputado estadual/distrital.

Variável Dependente: Ln (Qtd de Votos Nominais por Candidato)						
	CARGO DEP. FED.			CARGO DEP. EST/DIST		
	MQO Coeficientes Padronizados	MQO Coefs.	MQ Ponderado Robusto à Heteroc. Coefs.	MQO Coeficientes Padronizados	MQO Coefs.	MQ Ponderado Robusto à Heteroc. Coefs.
2° Quintil de Gastos	0,04	0,23 ^c	0,22^c	0,06	0,35 ^c	0,30^c
3° Quintil de Gastos	0,19	1,02 ^c	1,02^c	0,17	0,96 ^c	0,84^c
4° Quintil de Gastos	0,41	2,21 ^c	2,18^c	0,36	2,00 ^c	1,87^c
5° Quintil de Gastos (mais alto gasto)	0,75	3,99 ^c	3,99^c	0,69	3,80 ^c	3,67^c
<i>Dummy</i> ³⁹ de Participação no pleito de 2010	0,02	0,07 ^b	0,09^c	0,02	0,08 ^c	0,09^c
<i>Dummy</i> de Participação no pleito de 2012	0,05	0,26 ^c	0,25^c	0,05	0,25 ^c	0,27^c
<i>Dummy</i> - Eleito para algum cargo no pleito de 2010	0,06	0,51 ^c	0,52^c	0,05	0,43 ^c	0,44^c
<i>Dummy</i> - Eleito para algum cargo no pleito de 2012	0,14	1,17 ^c	1,17^c	0,12	1,17 ^c	1,16^c
Ln (Qtd de Votos nominais nas UFs)	0,23	0,47 ^c	0,45^c	0,20	0,41 ^c	0,38^c
<i>Dummy</i> _PT	0,03	0,26 ^c	0,25^c	0,02	0,17 ^c	0,16^c
<i>Dummy</i> _PMDB	0,01	0,12 ^a	0,09	0,02	0,17 ^c	0,17^c
<i>Dummy</i> _PSDB	0,04	0,42 ^c	0,39^c	0,03	0,36 ^c	0,31^c
<i>Dummy</i> de Sexo (feminino)	-0,19	-0,89 ^c	-0,85^c	-0,23	-1,11 ^c	-1,01^c
<i>Dummy</i> de Cor e Raça (preta/parda)	-0,03	-0,13 ^c	-0,12^c	-0,01	-0,03	-0,03
Constante		-1,23 ^c	-0,84^c	-0,90 ^c		-0,25^a
R ² Ajustado	0,72		0,62	0,69		0,58
Teste F	F(14, 5797) = 1.067,84		=1.075,86	F(14, 15.037) = 2.348,91		= 2.409,01
N	5.812			15.052		
Teste Breusch-Pagan/ Cook-Weisberg (χ^2)	80,44		-	812,77		-

Nota: (a) significativa a 10%, (b) significativa a 5% e (c) significativa a 1%.

Fonte: O autor, 2016 (a partir de dados do TSE de 2014).

³⁹ *Dummy* quer dizer que a variável em questão é binária, ou seja, que possui somente duas alternativas, que no caso é “Sim”, participou, e “Não”, não participou.

Abaixo, vamos verificar os resultados de regressões multivariadas separadas não pelo cargo como também pela cor e raça. Verificamos, por exemplo, que gastos são importantes para o resultado em votos, mas que são uma variável que vale para todos os candidatos, tendo um efeito maior para candidatos brancos do que para pretos e pardos, o que pode indicar que, além de dinheiro, pretos e pardos têm que contar mais com outros atributos. Já em relação à experiência, esse efeito se mostrou mais importante para pretos e pardos, tendo efeito positivo maior do que para brancos. Isso mostra que *recall* é ainda mais importante para candidatos pretos e pardos. Para o cargo de deputado federal, pertencer ao PT foi importante para candidatos pretos e pardos, o que não se verificou nos outros partidos. No caso do sexo do candidato, ser mulher tem um efeito mais negativo para mulheres negras do que para mulheres brancas.

Tabela 15 – Modelos de regressão multivariada de explicação da votação de candidatos nas eleições de 2014, separados por cargo e por cor e raça.

	Mínimos Quadrados Ponderados				
	CARGO DEP. FED.			CARGO DEP. EST/DIST	
	Cor Branca	Cor Preta/Parda	Cor Branca	Cor Preta/Parda	
	Coeficientes		Coeficientes		Coeficientes
2º Quintil de Gastos	0,26 ^c	0,19 ^c	0,3 ^c	0,31 ^c	
3º Quintil de Gastos	1,09 ^c	0,96 ^c	0,9 ^c	0,8 ^c	
4º Quintil de Gastos	2,39 ^c	1,89 ^c	2,02 ^c	1,72 ^c	
5º Quintil de Gastos (mais alto gasto)	4,21 ^c	3,59 ^c	3,81 ^c	3,48 ^c	
Dummy de Participação no pleito de 2010	0,12 ^c	0,05	0,08 ^c	0,11 ^c	
Dummy de Participação no pleito de 2012	0,29 ^c	0,2 ^c	0,29 ^c	0,24 ^c	
Dummy - Eleito para algum cargo no pleito de 2010	0,4 ^c	0,73 ^c	0,38 ^c	0,55 ^c	
Dummy - Eleito para algum cargo no pleito de 2012	1,02 ^c	1,48 ^c	1,11 ^c	1,24 ^c	
Ln (Qtd Totais de Votos nominais nas UFs)	0,44 ^c	0,44 ^c	0,36 ^c	0,39 ^c	
Dummy PT	0,26 ^c	0,22 ^b	0,08	0,26 ^c	
Dummy PMDB	0,11	0,04	0,1 ^a	0,29 ^c	
Dummy PSDB	0,45 ^c	0,21	0,32 ^c	0,27 ^c	
Dummy de Sexo (feminino)	-0,76 ^c	-0,96 ^c	-0,9 ^c	-1,13 ^c	
Constante	-0,8 ^b	-0,72 ^a	-0,05	-0,45 ^b	
R ²	0,67	0,52	0,62	0,5	
Teste F	(13,3469) = 832	(13,2315) = 300	(13,8163) = 1684	(13,6861) = 839	
N	3.483	2.329	8.177	6.875	

Nota: (a) significativa a 10%, (b) significativa a 5% e (c) significativa a 1%.

Fonte: O autor, 2016 (a partir de dados do TSE de 2014).

A decomposição de Oaxaca, que mensura o efeito de fatores observados, não observados e a interação entre eles, revela que o principal efeito de desigualdade entre brancos e negros se dá pela diferença dos fatores observados de gastos de campanha, experiência e recrutamento partidário. Teve ainda uma relevância o efeito de fatores não observados para o cargo de deputado federal, mas que não foi encontrado para o caso da disputa para deputado estadual. Isso quer dizer que a desigualdade racial nos resultados eleitorais é mais indireta e se dá mais pela diferença de dotação dos atributos de financiamento, experiência e recrutamento partidário. A falta de um efeito estatístico de discriminação direta não quer dizer que cor e raça não tenham um efeito eleitoral próprio, pois pode estar ocorrendo de negros não estarem sendo prejudicados pela sua cor pois podem estar contando mais com votos de eleitores negros do que de eleitores brancos. Esse efeito de “solidariedade” racial não é possível ser visualizado nos dados agregados do TSE, mas serão avaliados na próxima seção a partir de pesquisas realizadas com eleitores individuais, o que permitirá verificar a hipótese do voto de identificação ou associação racial.

Tabela 16 – Decomposição de Oaxaca para análise de efeitos explicados e não explicados com base em regressões do log de votação de pretos & pardos e brancos.

		Diferença de votação	Diferencial devido às características (<i>endowments</i>)	Diferencial devido ao tratamento (<i>coefficients</i>)	Diferencial devido à Interação
Deputado Federal	Base Cor Preta e Parda	0,81 ^c	0,66 ^c	0,12 ^c	0,03
	Total	(100%)	(0,82%)	(0,15%)	(0,03%)
Deputado Estadual/Distrital	Base Cor Preta e Parda	0,8 ^c	0,79 ^c	-0,01	0,02
	Total	(100%)	(0,99%)	(-0,01%)	(0,03%)

Fonte: O autor, 2016 (a partir de dados do TSE de 2014).

Nesse capítulo, foram abordadas algumas mudanças pelas quais passa a democracia representativa e sua organização institucional, destacando a crise de confiança pela qual passam os partidos, os representantes eleitos e mesmo a identidade coletiva do Estado. Nesse contexto, é defendida a construção de apelos eleitorais em torno do conceito de representação inclusiva como estratégia de comunicação mais efetiva e o fortalecimento de argumentos que possam atuar sobre condições desequilibradas de competição eleitoral. O déficit de inclusão racial foi estimado em pesquisas regionais, mas em 2014 foi dada a oportunidade de mensurar esse déficit a partir do ineditismo da inclusão da autoidentificação de cor e raça no formulário de candidatura eleitoral, permitindo uma análise do universo, de escopo amplo e comparável.

Para mensurar o desequilíbrio de representação foram aqui planejados 13 indicadores referentes às dimensões de Competitividade, Representatividade, Investimento em Campanha, Experiência Eleitoral e Recrutamento Partidário. Os resultados dos indicadores de comparação entre brancos e pretos/pardos revelaram desvantagens para os últimos em todas as áreas analisadas, sendo ainda mais desigual no nível federal do que estadual. Foi observado também um efeito escala de quanto maior a proporção de pretos e pardos na população e entre os candidatos, menos desigual eram os indicadores de comparação entre pretos/pardos e brancos. Os modelos de regressão multivariada voltados para identificar os fatores de maior consideração no resultado eleitoral encontrou que o investimento de campanha é um dos mais relevantes e que tem uma distribuição muito desigual entre os candidatos, sendo ainda mais desvantajoso para os candidatos pretos e pardos. Para pretos e pardos, o efeito de ter participado em eleições anteriores foi significativo para o seu desempenho. Ainda para pretos e pardos, no caso das eleições estaduais, fazer parte de grandes partidos como PT, PMDB e PSDB teve importância ainda maior do que para brancos. Ser mulher e negra reduz ainda mais as chances de ter um bom desempenho nas urnas. A decomposição de Oaxaca revela que os principais motivos para a diferença de desempenho entre brancos e pretos/pardos é explicada pelas variáveis analisadas. Por isso, destacamos a diferença entre investimento na campanha como o fator mais relevante para a desigualdade de sucesso eleitoral entre brancos e pretos/pardos.

3 RAÇA E COMPORTAMENTO ELEITORAL

No capítulo anterior, o eleitor foi observado de forma agregada, a partir dos resultados de votação nos candidatos nas eleições de 2014. Nele, vimos que o problema da sub-representação dos deputados de cor preta e parda não tem a ver com a oferta de candidatos, que se apresenta em bom número, mas com a baixa votação nesses candidatos. Mas por que a votação entre candidatos de grupos raciais distintos é tão desigual? Entre os fatores explicativos analisados nos modelos multivariados, o maior destaque foi dado ao financiamento de campanha, muito menor no caso dos negros, fazendo com que dependam mais de fatores como o recrutamento de grandes partidos ou mais conhecido pelo *recall* de campanhas passadas, fatores que também são estatisticamente desvantajosos para pretos e pardos. Um desenlace para o problema poderia estar numa regulamentação que desse direito a um acesso racialmente equânime ao fundo partidário para investimentos em campanhas. Mas na falta de políticas raciais de nivelamento das capacidades competitivas, como otimizar o apelo de comunicação dos candidatos pretos e pardos de forma a esses terem vantagens sobre a comunicação de candidatos brancos?

Neste capítulo, vamos olhar para a influência da cor e da raça não só pela oferta dos candidatos, mas pela demanda dos eleitores, analisando o comportamento eleitoral de cor e raça a partir da escolha do voto de forma desagregada, por pessoa, e não pelos resultados agregados por candidato como no capítulo anterior. A hipótese é que a variável de cor e raça dos eleitores e dos candidatos seja um atalho relevante para a escolha eleitoral sobretudo quando da apresentação de candidatos desafiantes ou novatos na arena eleitoral, podendo perder peso à medida que esses candidatos se profissionalizam e se tornam figuras políticas mais conhecidas para o eleitor. Como o contexto brasileiro é de baixa representatividade negra, o apelo racial pode ser uma estratégia de otimização das vantagens comparativas de candidatos pretos/pardos.

3.1 Comportamento Eleitoral e Clivagens Raciais

A literatura de comportamento eleitoral racial no Brasil é ainda incipiente, sobretudo no teste de hipóteses a partir de estudos empíricos, em contraposição à bibliografia americana que, apesar de possuir sistema eleitoral distinto em vários aspectos, pode contribuir com *insights* para investigar o comportamento brasileiro. Nos anos 1970, tinha grande repercussão na

sociologia americana a hipótese da sobreposição de classe sobre a influência da raça a partir de mudanças na esfera econômica. Em *The Declining Significance of Race* (WILSON, 1978), alega-se que barreiras tradicionais de discriminação e segregação reforçadas por ideologias racistas voltadas para o controle da população negra como um todo não resistiram à era dos direitos civis e foram deslocadas para voltarem-se essencialmente para os negros menos favorecidos (*black underclass*). O autor cita três fases de relação entre negros e brancos baseadas na estrutura econômica. A primeira como uma fase pré-industrial, do período da economia de plantation e relação de tipo hierárquica e opressora. A segunda começaria do quarto final do séc. XIX indo até a era do New Deal, fase caracterizada pela expansão industrial, conflito de classe e opressão racial. Finalmente a terceira é associada à indústria moderna, começando no pós-guerra e se cristalizando nos anos 1960 e 1970, com a intensificação da interação entre raça e classe econômica. Somente na última haveria mudanças fundamentais no mercado de trabalho via critérios educacionais, levando a uma mobilidade social em que a estrutura de classe dos negros passasse a ter as mesmas características da estrutura de classe dos brancos e em que a competição inter-racial por empregos perderia significância frente à integração em sindicatos e legislações de igualdade no trabalho. Não obstante, estudos empíricos mostram que raça permanece como um tema organizador fundamental na sociedade civil, tanto para a classe negra trabalhadora quanto para a elite negra, e que distinções socioeconômicas nas comunidades negras estudadas não se refletiam necessariamente na arena eleitoral. Ou seja, independentemente da classe, são encontradas convergências eleitorais em contextos de apelo racial e de defesa de políticas sociais voltadas para negros que poderiam caracterizar o voto étnico-racial (MARABLE, 1980; JENNINGS, 1982; STOCKLEY, 2008).

Nos estados do sul dos Estados Unidos, o Partido Democrata perdeu um significativo número de eleitores brancos a partir da década de 1970, fato explicado em grande medida pelo desenvolvimento da clivagem de classe (STONECASH, 2000; STONECASH, BREWER, MCGUIRE, PETERSEN, e WAY, 2000; BREWER e STONECASH, 2001). Isso poderia indicar que classe superava a divisão racial devido à inserção plena dos negros no mercado de trabalho. Essa clivagem de classe, porém, não foi atribuída à melhora da mobilidade social do negro, e sim ao aumento da desigualdade de renda, precarização dos contratos de trabalho e polarização ideológica dos partidos em torno de políticas econômicas. Além disso, apesar da classe ganhar importância, não houve no Sul o arrefecimento do efeito de atitudes ligadas a temas raciais na preferência partidária. Outro complicador na relação de classe e raça são os efeitos de interação entre elas, como os estudos que demonstram um efeito significativo do apoio ao partido republicano em locais de maior segregação ocupacional por gênero e raça

(McVEIGH e SOBOLEWSKI, 2007). Outras investigações demonstram a importância do conflito inter-racial para que o efeito de raça na disputa se sobressaia. Examinando eleições locais de forma comparativa, especificamente em Nova York e Los Angeles, Karen Kaufmann (1998), encontra-se um peso significativo de motivações raciais na escolha eleitoral quando o conflito intergrupo era elevado, mesmo em contextos significativamente temporais e regionais distintos.

Em *The American Voter* (CAMPBELL et al., 1960), a identidade partidária é um poderoso atalho cognitivo no contexto de eleições nacionais, mas indica-se que sua influência poderia ser alternada com outras identidades coletivas em contextos mais locais. Ainda assim, mesmo em eleições nacionais recentes, o peso da identidade racial apresentou resultados significativos. Analisando as primárias presidenciais de 2008, em que a influência das variáveis partido e ideologia são mitigadas pela competição intrapartidária, James Stockley (2008) reforça a importância da influência da identidade de grupo baseada em fatores sociodemográficos, encontrando o mais alto poder preditivo para associação com a variável raça, mesmo controlando por sexo e idade. Para o autor, o atalho de identidade de grupo é mais influente onde o debate é menos intenso, verificado nos estados em que as primárias foram realizadas após a “Super Terça”, sendo que em estados mais disputados e onde se inicia a disputa como Iowa e New Hampshire, sinais de grupo se tornam mais frágeis e o aumento substancial da troca de informações permite distinguir o posicionamento dos candidatos em relação a temas de campanha, que se tornam melhores preditores da escolha. Essa análise indica que, assim como a ideologia partidária é tratada como um atalho informacional em Anthony Downs (1957), a identidade racial poderia funcionar como atalho em relação aos candidatos. Contudo, esse atalho não parece ser suficiente, sobretudo em contexto de maior competição, com maior interesse do eleitores e maior debate, não tendo como escapar de uma boa capacidade de argumentação sobre temas relevantes.

No contexto da influência social que considera a proporção entre brancos e negros, há estudos com resultados de efeito antagônico na literatura estadunidense. Analisando municípios e estados, foi encontrada uma relação negativa entre a densidade de leitores negros e a influência do voto em eleitores brancos, ou seja, a maior proporção de negros em distrito levaria em maior aversão de eleitores brancos a candidatos negros (KEY, 1949). Porém, em contextos das relações mais imediatas e interpessoais de distritos pequenos, verificou-se uma relação positiva em que a maior densidade de negros aumenta as chances de brancos votarem em candidatos negros (BERELSON, LAZARFELD, e McPHEE, 1954; TINGSTEN, 1963; CARSEY, 1995). Analisando também escolhas locais a partir de comunidades multirraciais,

chama-se a atenção para o surgimento de uma tendência de crescimento no número de vitórias de candidatos de minorias negras onde a maioria do eleitorado é branca, com peso para a variável de raça sobretudo quando esses candidatos são novatos no contexto eleitoral, mas que passava a perder peso para a variável de aprovação do mandatário à medida que o político se profissionalizava e alcançava maior visibilidade como incumbente, dando maior peso ao voto de avaliação retrospectiva (STEIN, ULBIG e POST, 2005). Esses estudos reforçam a hipótese de que o voto étnico-racial é um importante atalho informacional para candidatos não incumbentes, mas que pode ser sobreposto pela avaliação retrospectiva para o caso de incumbentes.

A relação entre raça e escolha eleitoral no ambiente latino-americano pode ser muito distante dos casos estadunidenses pelo histórico de miscigenação muito mais ampla entre descendentes indígenas, europeus, africanos e asiáticos. Em uma análise empírica a partir da base de dados do Barômetro das Américas 2012, Daniel Morales (2015) compara 18 países da América Latina sob uma perspectiva étnico-racial, encontrando significância da clivagem étnica no posicionamento ideológico dos candidatos à presidência, com exceção do caso boliviano de Evo Morales, em que indígenas preferiam o posicionamento ideológico mais à esquerda do que brancos e “mestiços”. O autor, no entanto, coloca que variáveis étnico-raciais têm poder preditivo robusto em relação a candidatos em particular, mesmo controlada por fatores socioeconômicos, o que poderia estar associado com a ideia de que pessoas de grupos marginalizados na estratificação social e sujeitos à discriminação de marcação étnica utilizam mais atalhos personificados do que atalhos ideológico-partidários. O autor conclui que a clivagem étnica não é automática e depende de contextos específicos.

No Brasil, a literatura que se aproxima da análise empírica do comportamento eleitoral racial buscou testar a hipótese da sociologia política da existência de uma clivagem racial na escolha partidária e a redução do antagonismo racial em conflito de classes. A partir de dados de uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro em agosto e setembro de 1960, Amaury de Souza (1971) constata o voto de “negros” e “mulatos” mais dirigido para o partido trabalhista (PTB), ligado a Getúlio, juntando efeitos de classe e o populismo de esquerda. Assim, o autor considerava que havia um efeito cumulativo de raça e classe, associando as condições trabalhistas ao conjunto de experiências negativas de privação ligadas à cor da pele. Contudo, ele destacou a falta de coesão e solidariedade racial que pudesse fortalecer a organização dos grupos e coletivos negros. Ao realizar cruzamentos entre as variáveis de cor, intenção de voto, preferência partidária, percepção de classe, tipo de ocupação e ascensão social, usando nível educacional como controle, Amaury sustenta que a melhoria na mobilidade social do negro não

foi suficiente para mudar a percepção de insegurança e a imagem negativa de sua posição na sociedade. Apesar de um forte componente racial na lealdade ao PTB, mesmo entre os negros que se posicionavam na classe média, a ascensão baseada num raciocínio individualista, que subscreve a ideologia racial brasileira de ausência de preconceitos e com argumentos de igualdades simbólicas, levava a desconfianças intragrupo que minavam a solidariedade entre negros.

Diagnóstico similar acerca da baixa politização da identidade racial é feito por Carlos Hasenbalg (2005), pioneiro dos modernos estudos sobre mobilidade social no Brasil. Segundo o autor, a integração dos negros no sistema de classes teria alterado as relações raciais, mas não a ponto de mitigar a discriminação racial, conforme havia previsto autores mais afeitos à sociologia da modernização, como Florestan Fernandes (1965). Para Hasenbalg, o racismo se manifesta de várias outras formas e acaba por constituir na sociedade brasileira reservas para brancos dos postos de trabalho com maior prestígio e retorno financeiro. Sua análise vai de encontro à hipótese que reduz o antagonismo racial ao conflito de classes, pois as desigualdades raciais ultrapassariam os limites da desigualdade distributiva, o que permite a compatibilidade do racismo com o progresso do capitalismo e em sinergia com o mercado de trabalho. No campo político, o autor destaca que a dificuldade de organização dos setores populares urbanos e de movimentos sociais negros emergirem durante a modernização econômica do país se justificava por um sistema que combinava repressão política e policial, por um lado, com ideários de harmonia entre classes sociais, carregado de matizes paternalistas, por outro. Mecanismos propulsores do antagonismo racial e de formas coletivas de ação do grupo racialmente subordinado teriam sido desmobilizados pelos produtos intelectuais do ideal de branqueamento e do mito da “democracia racial”, o que fragmentava a identidade racial e restringia a organização política.

Entre os que refutavam a hipótese de superação da clivagem racial pela clivagem de classe, crescia a curiosidade de testar o “voto étnico”, ou seja, aquele em que há uma associação entre clivagem racial e preferência política por cor e raça. A oportunidade dessa investigação ganha relevo com a Emenda Constitucional número 25, de maio de 1985, que facultava o voto aos analfabetos, ampliando o potencial de negros que desejavam participar do processo eleitoral. Esse direito foi reafirmado na Constituição de 1988, sendo facultativo o voto também para os maiores de 70 anos e os maiores de 16 e menores de 18 anos. Berquó e Alencastro (1992) analisaram variáveis relacionadas ao “voto étnico” utilizando dados da PNAD/88, do Censo/80 e de pesquisas de opinião realizadas nos estados de São Paulo e Espírito Santo em 1990. Para os autores, a análise adequada do comportamento eleitoral dos negros deveria contar

com indicadores sobre os votos partidários distribuídos segundo o critério de cor, e ainda com variáveis sobre a tendência dos negros a votar, ou não, em candidatos negros. A análise do “voto étnico” por esses autores foi realizada a partir do cruzamento das perguntas: “Você se classifica como branco, negro, mulato ou amarelo?” e “Na sua opinião os eleitores negros deveriam votar sempre em candidatos negros, e assim ter mais representantes no Congresso, ou deveriam votar sem levar isso em conta?”. Na amostra de São Paulo, a proporção dos que afirmavam que negros deveriam votar em negros para ter mais representantes foi pequena, de somente 9,5%, tendo 85,3% contrários e 5,2% que não sabiam. Mas os autores ainda destacam que as proporções “sim” entre “mulatos” e “negros” foram significativamente maiores do que entre “morenos” e “brancos”. E o que chamou mais atenção foi que o apoio ao voto étnico era significativamente maior entre os menos escolarizados do que entre os mais escolarizados. No caso da amostra do Espírito Santo, a proporção do apoio ao voto étnico para negros teve média quase igual aos paulistas, de 10%, tendo um apelo maior entre “morenos” e “negros” do que entre “mulatos” e “brancos”. Os autores concluem que os resultados são relevantes, mas que ainda exigiriam uma maior investigação para se obter resultados mais robustos.

Analisando também o comportamento eleitoral nos anos 1980, Monica de Castro (1993) encontrou preferência dos negros por políticos de esquerda, mas também enfatizou uma maior apatia desse segmento pela maior taxa de abstenção e de voto nulo. Reginaldo Prandi (1996) faz referência a importância do voto de cor na eleição para governador de Brizola em 1982, com uma campanha voltada para as regiões periféricas e com apelo direto à cor com o slogan do “socialismo moreno” e verificou uma componente da identidade racial na influência do voto em nas eleições presidenciais de 1994, encontrando uma maior concentração do voto dos negros em Lula, Quéricia e Brizola, porém o autor refuta a tese de um voto negro ideológico mais à esquerda, explicando que o sentimento de impotência e desamparo encontrado nesse segmento teria levado a uma identificação com programas e candidatos mais carismáticos.

A vestígios do voto étnico negro foi defendida por Gladys Mitchell (2018), mas somente para “pretos” e não para “pardos”, numa análise feita a partir de pesquisas quantitativas e qualitativas realizadas entre 2005 e 2008. O estudo a ser apresentado neste capítulo é uma grande oportunidade de analisar a clivagem racial na preferência eleitoral e o voto étnico por apresentar o ineditismo de cruzar informações de cor e raça do eleitor com informações de cor e raça dos candidatos ao legislativo, podendo, ainda, controlar por variáveis dessas duas dimensões a partir de bases de dados de pesquisa de opinião com amostra nacional e bases de dados do TSE com informações dos candidatos, com destaque para a cor e raça autodeclarada dos mesmos.

3.2 Raça e Dimensões Clássicas do Comportamento Eleitoral em 2014

Nessa seção, vamos analisar a perspectiva dos eleitores, que foram observados individualmente em pesquisa pós-eleitoral feita pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) e tiveram suas respostas coletadas e publicadas no Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014 (ESEB 2014)⁴⁰. O objetivo é verificar a existência de clivagens raciais nas dimensões clássicas do comportamento eleitoral de interesse pela política, autolocalização ideológica, preferência partidária, avaliação econômica, avaliação de governo e partido da escolha para o legislativo federal e estadual.

A primeira dimensão clássica do comportamento eleitoral a ser analisada e que é considerada como uma das mais importantes medidas que estimula o debate, conecta pessoas e dá racionalidade ao método democrático é o interesse pela política. O interesse pode ser representando pela vontade de se informar, de discutir ou de participar. Por ser uma dimensão mais ligada ao lado da demanda da opinião pública, em vez da oferta representada por promessas dos candidatos, ela é muitas vezes menosprezada ou minorada por perspectivas que enfatizam a democracia a partir da independência da dinâmica dos atores políticos mais próximos do processo decisório. Contudo, índices de desengajamento e desconfiança extremos podem ser perigosos para a estabilidade do equilíbrio político-partidário e das estruturas institucionais.

Por certo, existe um custo em se engajar e muitos podem considerar que são impotentes para influenciar o sistema político. Ada Finifter (1970) alegou que, após a Segunda Guerra Mundial, o mercado se expandia à revelia dos laços políticos mais tradicionais, levando os indivíduos a se questionarem sobre a legitimidade das instituições políticas. Através de *surveys* e uma série de perguntas relacionadas a opiniões políticas, a autora desenvolveu duas dimensões da alienação política: impotência (*political powerlessness*) e desconfiança (*perceived political*). Como a maioria das pessoas estaria concentrada nos níveis medianos de apatia, defende-se que a personalidade das lideranças políticas e o apelo partidário atuariam como fortes estímulos à participação política.

⁴⁰ Como a pesquisa foi feita para ter representatividade nacional e em São Paulo, os cálculos aqui foram ponderados pela variável de fator de ponderação dada na base de dados da pesquisa para controlar amostra de São Paulo de modo que os resultados correspondam à representatividade do País.

Vimos no primeiro capítulo uma tendência captada pela observação de picos cada vez maiores de indiferença em relação à política. Essa indiferença não tem sido mais traduzida pelo conceito de alienação, mas como uma perda de relevância e confiança dos de argumentos de políticos frente ao reforço de pontos de vista em redes sociais e digitais de comunicação. Como enfatiza Mair (2013), as próprias lideranças políticas incorporaram aos seus discursos a crítica à política profissional e tradicional, buscando chamar para si rótulos de novidade, de estar acima da disputa partidária e de ter uma nova agenda.

Na tabela abaixo, verificamos que os eleitores de cor e raça preta e parda reportam ter menos interesse pela política que aqueles de cor branca. Geralmente, a variável de interesse pela política é cruzada com a escolaridade para sustentar a lógica da sofisticação política (CONVERSE, 1979), baseada na ideia de que o envolvimento com a dimensão política exigiria uma sofisticação intelectual para discutir questões abrangentes de políticas públicas e para ter maior capacidade de processar a informação. A correlação entre escolaridade e interesse é presente, porém, mesmo quando o interesse pela política por cor e raça é controlado por escolaridade, a diferença é mantida. A diferença também é observada no exercício feito com gênero no lugar de raça, o que indica que o desinteresse pela política também pode ser associado à baixa representatividade.

Tabela 17 – Grau de interesse pela política, por cor e raça (% na coluna).

Interesse pela Política	Preta_Parda	Branca
Muito interessado / Interessado	28%	35%
Pouco interessado / Nada interessado	72%	65%
Total (n)	1.420	950

Nota: Variáveis PC1 (desconsiderados NS/NR) e D27A (recategorizada).

Fonte: ESEB, 2014.

O comparecimento eleitoral é outra dimensão de peso na avaliação da democracia, analisado aqui na comparação racial em um cenário em que o voto não é obrigatório. Em muitas democracias, o voto é facultativo e a taxa de comparecimento (*turnout*) se torna uma das principais dimensões da análise do comportamento eleitoral. O assunto da obrigatoriedade do voto entrou na pauta na campanha eleitoral de 2014, e alcançou um pico histórico no Datafolha da proporção daqueles que diziam que não votariam se o voto não fosse obrigatório⁴¹. Na pesquisa pós-eleitoral do ESEB 2014, quando os eleitores foram questionados se votariam ou não se o voto fosse facultativo, a maioria dos de cor preta e parda afirmava que não votaria se

⁴¹ Ver pesquisa no endereço eletrônico: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/05/1453158-rejeicao-a-voto-obrigatorio-atinge-61-e-alcanca-taxa-recorde-entre-brasileiros.shtml>

o voto não fosse obrigatório, enquanto a maioria de cor branca afirmava que votaria sim. Essa relação também foi verificada na comparação homens e mulheres, em que a maioria das mulheres diziam não votar e a maioria dos homens dizendo que votariam mesmo se o voto não fosse obrigatório.

Tabela 18 – Ação de votar se voto não fosse obrigatório, por cor e raça (% na coluna).

Votaria se Voto Não Obrigatório	Preta_Parda	Branca
Sim	43,4%	48,3%
Não	49,4%	44,4%
Talvez/Depende	7,2%	7,3%
Total (n)	1.414	953

Variáveis PC7 (desconsiderados NS/NR) e D27A (recategorizada).

Fonte: ESEB, 2014.

Apesar de ser verificado um alto grau de desinteresse na política e uma baixa vontade de participação eleitoral, o comparecimento às urnas é significativo e a grande maioria dos eleitores faz escolhas. Se o custo informacional se torna alto para muitos, atalhos ideológicos podem ser relevantes. Esses atalhos podem ser traduzidos em estruturas de crenças e identidades partidárias construídas de forma mais ou menos coerente de acordo com contextos históricos e interpessoais de socialização em torno da política (CAMPBELL *et al*, 1960; CONVERSE, 1975).

O sistema de crenças pode ser composto por várias dimensões, mas muitas vezes ela é resumida na escala que varia entre posições de esquerda e de direita. A partir da distribuição dos eleitores nessa escala, os partidos adotariam discursos para se aproximar ou se distanciar dos perfis ideológicos que considerarem mais estratégicos (DOWNS, 1957). A ideologia partidária não seria fixa e a elasticidade das demandas do eleitor poderia ser mais ou menos influenciadas por lealdades partidárias (HIRSCHMAN, 1970). O Brasil não teve uma formação partidária de bases sólidas em seu processo democrático mais tardio e com interrupções, o que impacta diretamente no grau de coerência da escala direita-esquerda e das definições de oposições ideológicas clássicas, como a separação entre autoritarismo e liberdade de expressão, a demanda por maior ou menor intervenção econômica do Estado, e a definição de valores mais progressistas ou mais conservadores maior ou menor conservadorismo. Em estudo mais aprofundado a partir de pesquisas quantitativa e qualitativa realizado com eleitores de Belo Horizonte, foi encontrado que parte significativa dos eleitores definiam “esquerda” e “direita” em termos de situação e oposição, o que causava certa confusão em relação ao posicionamento ideológico de lideranças e de partidos políticos (TELLES e STORNI, 2011).

Na tabela abaixo, verificamos que a distribuição ideológica na escala “esquerda-direita” não aparece associadas à cor e raça. Além de ser significativa a proporção de pessoas que afirmam não saber o que é esquerda e direita (proporção significativamente maior entre eleitores de cor preta e parda) vemos que não há uma diferenciação na média do autoposicionamento entre esquerda e direita nessa pesquisa de 2014. A expectativa de que negros tivessem demandas de maior mudança e menos conservadorismo e se colocassem mais à esquerda não é observada. Na verdade, a média das respostas mostra que o posicionamento é até um pouco mais à direita. E esse resultado é coerente com a mesma pesquisa realizada em 2010, que também apresentou o autoposicionamento ideológico de eleitores de cor parda e preta mais à direita do que os eleitores de cor branca⁴². Ainda em 2010, mulheres também estavam posicionadas mais à direita, tendo média 6,1 os homens e 6,7 as mulheres. Mas se há dificuldade em definir o que é esquerda e direita, essa variável deve ser analisada em conjunto com o atalho ideológico representado pela inclinação partidária, analisado em seguida.

Tabela 19 – Autolocalização ideológica na escala de 0 a 10 de esquerda-direita, por cor e raça (% na coluna).

Autolocalização Direita/Esquerda	Preta_Parda	Branca
(00) - Mais à Esquerda	4,6%	4,7%
(01)/(02)/(03)	4,2%	6,8%
(04)/(05)/(06)	26,3%	27,9%
(07)/(08)/(09)	19,1%	25,1%
(10) - Mais à Direita	14,7%	10,8%
Não sabe o que é Esquerda e Direita	31,1%	24,6%
Média na escala de 0 a 10	6,42	6,19
Total (n)	1.108	780

Nota: Variáveis Q12 (desconsiderados NS/NR) e D27A (recategorizada).

Fonte: ESEB, 2014.

Em sistemas políticos competitivos, partidos podem ser considerados como polos significativos de atração e capazes de produzir alinhamentos próprios. Nesse formato, as disputas são traduzidas na forma de priorização de temas, exigindo que os cidadãos assumam posicionamentos e um papel dentro do sistema partidário. A responsividade dos partidos seria capaz de diminuir incertezas e custos de informação. Nessa visão, o eleitor se orientaria, sobretudo, pela identidade com algum partido, por problemas políticos de feição generalista e pelas qualidades “simbólicas” dos candidatos, que não estaria relacionada necessariamente à conteúdos ideológicos de “direita” e “esquerda” (BONE e RANNEY, 1966).

⁴² ESEB 2010. Variáveis “COR” e “V79”.

Verificamos na tabela abaixo que a maioria do eleitorado não tem uma preferência partidária. Quando a tem, o partido mais beneficiado é o PT, seguido do PSDB e PMDB. Destaca-se a distinção na preferência por cor e raça. Eleitores de cor preta e parda tem preferência muito maior pelo PT e bem menor em relação ao PSDB do que eleitores de cor branca. Essa associação também foi encontrada no ESEB de 2010. Porém, é questionável se as propriedades dessa simpatia e preferência se sustentam no tempo e se ampliam para níveis políticos além do “lulismo”. Antes dos governos Lula, essa distinção racial em relação ao PT não era aparente. Se em 2010, 38% dos de cor preta, 30% dos de cor parda e 22% dos de cor branca tinham simpatia pelo PT⁴³, essa predileção era praticamente inexistente em 2002, com 27%, 26% e 27% para cor preta, parda e branca, respectivamente⁴⁴. Se essa relação racial com o partido foi ampliada a partir do governo Lula, é necessário verificar se ela foi baseada no voto de bolso, ou seja, se está mais associado à avaliação positiva da economia e aos ganhos sociais com o aumento da cobertura social de políticas públicas nos governos de Lula e Dilma.

Tabela 20 – Se gosta ou não de algum partido político e partido de que mais gosta, por cor e raça (% na coluna).

“Existe algum partido político que goste mais?”	Preta_Parda	Branca	“Qual?”	Preta_Parda	Branca
Sim	35,2%	32,1%	PT	21,8%	12,3%
			PSDB	5,0%	9,2%
			PMDB	3,3%	2,8%
			Demais opções	3,8%	6,6%
Não	64,8%	67,9%			
Total (n)	1.392	946			

Nota: Variáveis Q16A, Q16B e D27A (recategorizada).

Fonte: ESEB, 2014.

A predição eleitoral a partir da avaliação retrospectiva da economia é considerada uma das principais dimensões do comportamento eleitoral. Na teoria do voto de bolso (ou *pocketbook voting*), o voto é quase um reflexo da percepção da situação econômica e pessoal do eleitor. Nessa perspectiva, a hipótese da necessidade de informação perfeita e completa para a tomada de decisão é relaxada para o uso somente daquelas informações econômicas disponíveis a todos, traduzidas na satisfação ou insatisfação com os atuais governantes em relação à atuação econômica. Assim, de modo geral, os eleitores penalizam o governo quando as coisas vão mal, e o recompensam quando vão bem. Para o caso brasileiro de expressivas

⁴³ ESEB 2010, pesquisa realizada em novembro de 2010, com abrangência nacional e amostra de 2000 eleitores entrevistados. Variáveis “COR” e “V45”.

⁴⁴ ESEB 2002, pesquisa realizada em novembro e dezembro de 2002, com abrangência nacional e amostra de 2.513 eleitores entrevistados. Variáveis “Q478” e “Q68”.

desigualdades sociais e baixa participação social na construção de vínculos institucionais-partidários, o voto de bolso tem potencial expressivo, sobretudo quando o eleitor é diretamente afetado por políticas públicas que permite uma avaliação retrospectiva mais bem estabelecida.

Dada a forte correlação entre cor e renda, o voto de bolso pode ter uma distinção significativa entre grupos raciais. Abaixo, vemos que na pesquisa eleitoral do ESEB a mais baixa renda familiar é mais associada a pretos e pardos, em especial nas faixas até 2 salários mínimos.

Tabela 21 – Renda familiar mensal, por cor e raça (% na coluna).

Faixa de Renda Familiar	Preta_Parda	Branca
Até R\$ 724,00 (até 1 salário mínimo)	15%	8%
De R\$ 725,00 até R\$ 1.448,00 (mais de 1 até 2 salários mínimos)	31%	22%
De R\$ 1.449,00 até R\$ 3.620,00 (mais de 2 até 5 salários mínimos)	43%	49%
De R\$ 3.621,00 até R\$ 7.240,00 (mais de 5 até 10 salários mínimos)	8%	16%
De R\$ 7.241,00 a R\$ 10.860,00 (mais de 10 até 15 salários mínimos)	1%	3%
De R\$ 10.861,00 a R\$ 14.480,00 (mais de 15 até 20 salários mínimos)	0,4%	0,4%
Mais de R\$ 14.480,00 (mais de 20 salários mínimos)	0,9%	2,1%
Total (n)	1.288	848

Nota: Variáveis D20A (desconsiderados NS/NR) e D27A (recategorizada).

Fonte: ESEB, 2014.

Além da cor estar associada a renda, verificamos que pretos e pardos são muito mais atendidos pela cobertura social do programa Bolsa Família do que brancos, tendo 36% sua renda complementada pelo Bolsa Família enquanto brancos são 21%.

Tabela 22 – Se beneficiário do Programa Bolsa Família, por cor e raça (% na coluna).

“Nos últimos 3 anos, o(a) sr(a) ou alguém que vive na sua casa foi beneficiário (recebeu) do programa bolsa família?”	Preta_Parda	Branca
Sim	35,6%	20,7%
Não	64,4%	79,3%
Total (n)	1.423	964

Nota: Variáveis PC18 (desconsiderados NS/NR) e D27A (recategorizada).

Fonte: ESEB 2014.

A associação entre cor e renda parece também impactar na avaliação econômica, que foi um pouco mais bem avaliada em 2014 por pretos e pardos do que por brancos.

Tabela 23 – Avaliação da situação econômica do País, por cor e raça (% na coluna).

“Considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual ou pior que há doze meses?”	preta_parda	branca
Melhor	26,7%	21,1%
Igual	47,0%	48,1%
Pior	26,3%	30,8%
Total (n)	1.417	963

Nota: Variáveis Q3 (desconsiderados NS/NR) e D27A (recategorizada).

Fonte: ESEB, 2014.

Acompanhando a avaliação da situação econômica do País, a avaliação do governo da presidente Dilma Rousseff, do PT, foi mais positiva entre pretos e pardos, que contou com mais da metade de avaliação positiva (ótimo e bom), ficando mais de 10 pontos percentuais acima do segmento de brancos.

Tabela 24 – Avaliação do governo da presidente Dilma, por cor e raça (% na coluna).

Avaliação Gov.Dilma últimos 4 anos	Preta_Parda	Branca
Ótimo	8,7%	5,2%
Bom	41,5%	34,2%
Regular (espontâneo)	31,2%	32,9%
Ruim	11,4%	16,5%
Péssimo	7,1%	11,3%
Total (n)	1.435	968

Nota: Variáveis PC2 (desconsiderados NS/NR) e D27A (recategorizada).

Fonte: ESEB, 2014.

A relação racial e partidária pode ter sido construída no nível do executivo nacional durante os governos do PT com Lula e Dilma, mas ainda se mostra frágil quando olhamos para o partido dos candidatos mais preferidos para o legislativo. Na escolha para deputado federal, a preferência pelo PT pode ter influenciado na escolha do candidato, mas no nível estadual, fica mais evidente a capilaridade e a força do PMDB e PSDB.

Tabela 25 – Partido político do deputado federal que votou, por cor e raça (% na coluna).

Partido do Dep. Federal em que votou	Preta_Parda	Branca
PT	15,4%	15,2%
PMDB	14,4%	13,8%
PSDB	10,6%	11,1%
PSD	6,8%	3,7%
PSB	6,5%	6,4%
PP	5,8%	10,1%
PR	5,0%	4,0%
PTB	4,5%	4,4%
DEM	4,0%	3,0%
PRB	4,0%	5,7%
Demais	22,9%	22,6%
Total (n)	397	297

Nota: Variáveis Q5CDA (desconsiderados NS/NR) e D27A (recategorizada).

Fonte: ESEB, 2014.

Tabela 26 – Partido político do deputado estadual/distrital que votou, por cor e raça (% na coluna).

Partido do Dep. Estadual/Distrital em que votou	Preta_Parda	Branca
PMDB	14,0%	14,5%
PSDB	11,0%	8,5%
PSB	7,3%	5,1%
PT	7,0%	10,6%
PR	6,4%	3,8%
DEM	5,2%	3,0%
PSD	4,9%	5,1%
PDT	4,3%	3,8%
PTB	4,0%	5,1%
PP	3,7%	6,4%
PCdoB	3,0%	6,4%
PV	2,1%	4,7%
Demais	27,1%	23,0%
Total (n)	328	235

Nota: Variáveis Q5ALA (desconsiderados NS/NR) e D27A (recategorizada).

Fonte: ESEB, 2014.

A análise das dimensões clássicas do comportamento eleitoral sob a perspectiva racial considerou as dimensões de interesse pela política, participação, ideologia, preferência partidária, avaliação da economia, avaliação de governo e escolha partidária para o legislativo. Foi encontrado mais baixo interesse e vontade de participação eleitoral por parte dos negros, o que pode ser explicado pela baixa representação política e ausência de lideranças. Entre os grupos raciais é rejeitada a hipótese de distinção ideológica entre esquerda e direita. Apesar da pouca diferenciação ideológica na escala de esquerda-direita, encontra-se uma distinção significativa na preferência partidária, com uma preferência maior dos negros pelo PT. Essa

preferência, no entanto, não seria histórica, mas sim construído após a ascensão de Lula e das políticas sociais implementadas em seu governo e no governo Dilma. Essa preferência teria até contribuído para a escolha de deputados federais do PT, mas perdendo efeito na escolha para deputados estaduais.

A análise revela, ainda, a importância do voto econômico no apelo racial, tendo maior relevância para negros as políticas de cobertura social em períodos de recessão e de impulsionamento de consumo em períodos de ascensão econômica. Verifica-se que houve um fortalecimento da ligação de negros com o Partido dos Trabalhadores que aparece associado aos governos Lula e Dilma, mas que apresenta uma conexão mais limitada na escolha para o legislativo, sobretudo no nível do legislativo estadual, abrindo oportunidade de apelo muito maior para partido de médio e pequeno porte.

3.3 Correspondência entre raça do eleitor e raça do candidato em quem votou

Nessa seção, teremos o objetivo de explorar a análise empírica do voto étnico-racial a partir da oportunidade de cruzamento dos dados dos candidatos da base do TSE do ano de 2014 e as escolhas dos eleitores captados na pesquisa do ESEB 2014. Isso foi possível pois a pesquisa do ESEB perguntava além da cor ou raça do entrevistado, qual era o candidato a deputado federal e deputado estadual em que ele tinha votado em 2014. A cor ou raça do candidato escolhido não estava presente nos dados da pesquisa do ESEB, mas o cruzamento com as informações do TSE foram facilitados pois o nome desses candidatos no ESEB era acompanhado do seu número na urna, permitindo criar um identificador de número e unidade federativa, que serviu de chave de ligação entre as diferentes fontes de dados. Essa oportunidade possibilitou uma análise inédita do voto étnico-racial. A hipótese do voto étnico-racial é robustecida para a escolha do legislativo, pois diferentemente do caso do executivo em que o poder da televisão e a oferta menor de candidatos efetivos estimulam apelos de tipo *catch-all*, a escolha para o legislativo, sobretudo para novos desafiantes, é incentivada por apelos mais nichados e de maior identificação com o candidato.

Antes do voto racial, vamos avaliar a clivagem de raça na opinião sobre políticas afirmativas de cotas para negros e índios. Abaixo, notamos que brancos concordam mais que cotas prejudicam quem tem mais competência, enquanto pretos e pardos discordam mais dessa lógica, dando mais apoio a políticas afirmativas de cotas. A clivagem racial verificada pode ser

bastante relevante para a preferência política, já que ações afirmativas são demandas antigas de movimentos negros e que mais recentemente tem sido debatidas na esfera legislativa e aplicadas em projetos de lei submetidos à votação.

Tabela 27 – Grau de concordância de cotas raciais prejudicarem quem tem mais competência, por cor e raça (% na coluna).

“As Cotas Reservadas para Negros e Índios prejudicam quem tem mais competência”	Preta_Parda	Branca
Concorda muito/ um pouco	35%	41%
Nem concorda, nem discorda (espontâneo)	25%	28%
Discorda muito/ um pouco	40%	31%
Total (n)	1.369	943

Nota: Variáveis PC13E (desconsiderados NS/NR) e D27A (recategorizada).

Fonte: ESEB, 2014.

Na análise sobre a escolha para deputado federal e estadual, verificamos abaixo que candidatos brancos são os mais votados, tanto por eleitores brancos quanto por eleitores negros. Contudo, a clivagem racial dos eleitores é significativa em relação à raça dos candidatos escolhidos, indicado que a proporção de eleitores negros que votam em candidatos negros é significativamente maior que a proporção de eleitores brancos que escolhem candidatos negros. Ou seja, negros têm mais chances de serem votados por negros e brancos têm mais chances de serem escolhidos por brancos. Essa relação é encontrada tanto na escolha para deputados federais quanto na escolha para deputados estaduais.

Tabela 28 – Associação entre a cor e raça do eleitor e a cor e raça dos candidatos a Deputado Federal e Estadual/Distrital em quem votou (% na coluna).

Cor e Raça do Dep. Federal em que votou	Cor e Raça do entrevistado		Cor e Raça do Dep. Estadual em que votou	Cor e Raça do entrevistado	
	Preta/ Parda	Branca		Preta/ Parda	Branca
Branca	70,3%	85,8%	Branca	68,0%	85,3%
Preta_Parda	29,7%	14,2%	Preta_Parda	32,0%	14,7%
Total (n)	397	289	Total (n)	347	245

Fonte: O autor, 2016 (a partir de dados do TSE e ESEB 2014).

Para efeito de comparação, foram cruzadas abaixo as informações de sexo do entrevistado e sexo do candidato de escolha do eleitor. Diferentemente do caso racial, não houve associação entre o sexo do eleitor e o sexo do candidato, o que indica que a característica da candidata ser mulher não amplia a vantagem dela nem mesmo entre as mulheres, tornando mais difícil a competição para elas, que já possuem desvantagens “normais” de menor capacidade de investimento, menor recrutamento pelos grandes partidos, menor experiência política e menor representação.

Tabela 29 – Associação entre o sexo do eleitor e o sexo dos candidatos a deputado federal e estadual/distrital em quem votou (% na coluna).

Sexo do Dep. <u>Federal</u> em que votou	Sexo do entrevistado		Sexo do Dep. <u>Estadual</u> em que votou	Sexo do entrevistado	
	Masculino	Feminino		Masculino	Feminino
Feminino	8,0%	10,4%	Feminino	15,8%	16,7%
Masculino	92,0%	89,6%	Masculino	84,2%	83,3%
Total (n)	337	366	Total (n)	265	234

Fonte: O autor, 2016 (a partir de dados do TSE e ESEB 2014).

Para corroborar se o voto étnico-racial pode ser analisado como uma vantagem competitiva para negros na disputa eleitoral e esforço de paridade de representação política, foi analisado a mediana de investimento de campanha dos candidatos federais e estaduais escolhidos, de acordo com pares de: eleitor negro que escolheu candidato negro; eleitor branco que escolheu candidato negro; eleitor negro que escolheu candidato branco; e eleitor branco que escolheu candidato branco. Da análise foi encontrado que o voto racial de eleitores negros que votam em candidatos negros teve a mais baixa capacidade de investimento em campanha, o que indica que o voto racial confere de fato um elemento de vantagem que ajuda a contrapor a grande diferença de investimento que os candidatos negros e brancos tem, análise vista no capítulo anterior.

Tabela 30 – Mediana de despesas de campanha dos candidatos escolhidos pelo eleitor, de acordo com a associação entre a cor e raça do eleitor e a cor e raça dos candidatos a deputado federal e estadual/distrital em quem votou.

Cor e Raça Eleitor-Candidato escolhido	Mediana da Despesa dos Candidatos a Deputado Federal Escolhidos	Mediana da Despesa dos Candidatos a Deputados Estadual Escolhidos
EleitorNegro-CandidatoNegro	R\$ 662.029,81	R\$ 307.500,20
EleitorBranco-CandidatoNegro	R\$ 923.763,85	R\$ 420.315,64
EleitorNegro-CandidatoBranco	R\$ 1.286.844,51	R\$ 676.990,86
EleitorBranco-CandidatoBranco	R\$ 1.334.236,00	R\$ 604.545,49

Fonte: O autor, 2016 (a partir de dados do TSE e ESEB 2014).

Na análise da relação entre as categorias de voto racial e o partido do candidato o deputado federal escolhido, verificamos que os partidos que apresentaram a maior penetração de candidatos negros entre eleitores negros, foram o PC do B, PTB, PDT, SD e PV. Isso demonstra que o voto racial de eleitores que votam em candidatos negros tem maior peso em partido menores que nos três principais (PT, PMDB e PSDB) e com viés ideológico variado,

tanto à direita (PTB e SD) quanto à esquerda (PC do B e PDT). Fazendo a mesma análise, mas para o nível estadual, os partidos de destaque foram PV, PSB, PDT, PT do B e PT. Ou seja, no nível estadual, o efeito do voto racial negro se repete de forma significativa no PDT e PV. Entre os partidos grandes, o PT aparece como destaque no voto racial negro.

Tabela 31 – Proporção de votos no partido do deputado federal, de acordo com as categorias de associação entre a cor e raça do eleitor e a cor e raça do deputado escolhido (% na linha).

Partido do Dep. Federal	EleitorBranco-CandidatoBranco	EleitorBranco-CandidatoNegro	EleitorNegro-CandidatoBranco	EleitorNegro-CandidatoNegro	Total (n)
PMDB	41%	0%	49%	10%	96
PT	35%	7%	36%	22%	91
PSDB	41%	1%	53%	4%	68
PP	54%	2%	35%	10%	52
PSB	31%	11%	38%	20%	45
PSD	24%	5%	55%	16%	38
PRB	52%	0%	39%	9%	33
PR	34%	3%	50%	13%	32
PTB	39%	3%	19%	39%	31
DEM	20%	16%	48%	16%	25
PV	20%	25%	25%	30%	20
PPS	37%	0%	58%	5%	19
PDT	25%	0%	38%	38%	16
PCdoB	0%	33%	13%	53%	15
PSC	20%	13%	53%	13%	15
PROS	29%	14%	36%	21%	14
SD	46%	8%	15%	31%	13

Fonte: O autor, 2016 (a partir de dados do TSE e ESEB 2014).

Tabela 32 – Proporção de votos no partido do Deputado Estadual/Distrital, de acordo com as categorias de associação entre a cor e raça do eleitor e a cor e raça do deputado escolhido (% na linha).

Partido do Dep. Federal	EleitorBranco-CandidatoBranco	EleitorBranco-CandidatoNegro	EleitorNegro-CandidatoBranco	EleitorNegro-CandidatoNegro	Total (n)
PMDB	41%	1%	49%	9%	80
PSDB	32%	4%	43%	21%	56
PT	42%	10%	19%	29%	48
PSB	33%	0%	36%	31%	36
PR	23%	7%	67%	3%	30
PSD	43%	0%	43%	14%	28
PP	0%	0%	100%	0%	27
PTB	36%	12%	32%	20%	25
DEM	25%	4%	67%	4%	24
PCdoB	38%	25%	17%	21%	24
PDT	30%	9%	30%	30%	23
PV	39%	22%	0%	39%	18
PPS	53%	0%	41%	6%	17
PSC	25%	6%	50%	19%	16
PRB	58%	0%	33%	8%	12
PSDC	55%	0%	27%	18%	11
PROS	10%	10%	70%	10%	10
PTdoB	30%	10%	30%	30%	10

Fonte: O autor, 2016 (a partir de dados do TSE e ESEB 2014).

Esse capítulo teve como unidade de análise o eleitor e buscou verificar o comportamento eleitoral a partir das suas dimensões clássicas e da perspectiva do voto étnico-racial, trazendo contribuições empíricas para essa área. O voto étnico-racial, que significa a correspondência entre a raça do eleitor e a raça do candidato de preferência ou no qual votou, pode ser interpretado como um fenômeno de solidariedade racial ou atalho informacional que amplia a influência da identidade racial. A literatura não traz conclusões claras sobre a existência e o significado desse fenômeno. Berquó e Alencastro (1992) avaliam o voto racial a partir da pergunta “Na sua opinião os eleitores negros deveriam votar sempre em candidatos negros, e assim ter mais representantes no Congresso, ou deveriam votar sem levar isso em conta?”, tendo resultado a refutação do fenômeno, o que reforça a hipótese de baixa solidariedade e de fragmentação racial negra na dimensão política. O método utilizado nesse capítulo para testar o fenômeno do voto étnico-racial foi diferente, sem perguntar diretamente se a raça do candidato deve ser considerada na preferência eleitoral, mas cruzando as informações de raça do eleitor e do candidato em que ele afirmou ter votado.

Os resultados da análise das dimensões clássicas do comportamento eleitoral a partir de clivagens raciais indicam que negros tem menos interesse e mais baixa participação eleitoral. Na dimensão da avaliação econômica, encontra-se que para negros essa dimensão é de grande

relevância devido à maior vulnerabilidade econômica que estão expostos, o que pode ter contribuído a melhor avaliação das políticas sociais nos governos de Lula e Dilma, levando ainda a uma maior preferência pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e ajudando mesmo na escolha por deputados federais do PT, mas que não foi observado na escolha para deputados estaduais/distritais.

Em relação à hipótese do voto étnico-racial, foi observado que na escolha para deputados, tanto federal como estadual, há uma associação significativa entre raça do eleitor e raça dos candidatos em que votou. Além disso, os gastos de candidatos negros escolhidos por eleitores negros são geralmente mais baixos e eles de partidos menores, o que indica que o voto étnico-racial é estratégico para candidatos negros compensarem suas desvantagens competitivas de financiamento de campanha e de recrutamento por grandes partidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do tema das desigualdades estruturais de raça na dimensão política foi motivado pela expectativa de encontrar oportunidades de ampliar a representatividade negra nas instituições com cargos eletivos capazes de influenciar a criação de leis e regulações que possam enfrentar injustiças sociais construídas historicamente. O processo de industrialização ocorreu no Brasil sem dismantelar as estruturas agrárias, o que fortaleceu mecanismos de controle social, que combinavam repressão com relações de autoridade de matizes paternalistas, fragmentando identidade raciais e inibindo a difusão de movimentos de solidariedade racial (Hasenbalg, 2005). Esse controle, porém, não é irrestrito, estando submetido a estratégias de ação política potencializadas no ambiente democrático.

A análise de *surveys* realizada sobre a percepção das desigualdades raciais reafirma a sofisticação do racismo brasileiro ao encontrar a mesma contradição presente na literatura: uma alta percepção do preconceito racial na sociedade, ao mesmo tempo em que o preconceito individual quase não é reportado. A pesquisa desenhada para comparar opiniões sobre desigualdades no geral e desigualdade raciais apontou que uma clivagem racial ocorria quando se opinava sobre desigualdades raciais, o que revela negros podem ser mais engajados sob argumentos de que um apoio maior deve ser dado para a eleição de representantes negros, a fim de combater preconceitos raciais. Esse resultado não quer dizer que brancos não apoiem medidas de combate a injustiças e desigualdades raciais, mas que a probabilidade desse apoio ser conquistado entre negros é maior, o que é vital para se construir uma base de ação coesa.

No segundo momento da tese, foi analisada a representação negra no Parlamento. Não foi testado se candidatos negros de fato advogavam por políticas raciais ou se candidatos brancos eram omissos ou se colocavam contra tais políticas. Porém, foi justificada a importância da representatividade negra pelo compartilhamento de experiências negativas de preconceito e discriminação que foram encontradas como estruturais. Na análise dos indicadores, foi captado que negros se apresentam como candidatos para os cargos de deputado federal e estadual em proporção próxima à encontrada na população (proporção de 79% para os que disputavam o cargo a deputado federal e 91% para os que disputavam o cargo a deputado estadual ou distrital). Contudo, para ser eleito, essa proporção de negros em relação à proporção da população negra caía drasticamente (proporção de 40% para o cargo de deputado federal e 53% para o estadual). Esse déficit de representatividade é associado aos outros indicadores de competitividade, que mostravam candidatos negros tendo menos chances de serem eleitos,

menos chances de serem candidatos efetivos (de relevância na participação do resultado eleitoral) e muito menos condições de investir financeiramente na campanha. Mesmo entre os brancos e negros que se elegiam, a mediana dos gastos de campanha dos candidatos brancos era significativamente maior do que a dos candidatos negros.

Outra desvantagem revelada nos indicadores era que negros tinham muito menos chances de serem apresentados por grandes partidos, ou seja, por aqueles que possuem maior visibilidade e maior proporção de financiamento pelo fundo partidário. Pretos e Pardos se mostraram com muito menos chances de serem candidatos pelos três principais partidos na Câmara do Deputados, PMDB, PSDB e PT, sobretudo os dois primeiros. É encontrado ainda que o nível federal em geral apresenta ainda mais desvantagens competitivas para os candidatos negros do que o nível estadual. Ao realizar modelos multivariados que pudessem explicar a variação da votação entre os candidatos, os gastos de campanha tiveram alto poder explicativo nas diferenças de votação entre brancos e negros.

A análise do comportamento eleitoral corrobora algumas dificuldades em mobilizar o segmento negro, o que pode ser atribuído a maior exclusão do processo político e decisório. Negros tem menos interesse pela política, mais baixa vontade de participação eleitoral e se colocam um pouco mais à direita na escala ideológica. A maior vulnerabilidade econômica dos negros parece ter contribuído para uma maior aderência com o PT, em especial após a adoção de políticas sociais no governo Lula, levando-os também a melhor avaliarem os governos de Lula e Dilma. Relevante na clivagem racial também foi encontrar que negros apoiam mais políticas de ações afirmativas como cotas raciais do que brancos.

O ineditismo produzido na análise do comportamento eleitoral dessa investigação foi a verificação da presença do voto étnico-racial e como esse fenômeno pode ser estratégico para ampliar a representação negra nos parlamentos federal e estadual. O cruzamento entre a cor e a raça do eleitor e a cor e a raça do candidato em que ele votou permitiu a análise da associação entre eleitores negros e candidatos negros, o que configura o voto racial negro como potencializador de base política. Ainda que brancos tenham sido mais votados tanto por negros como por brancos, a proporção dos eleitores negros que votaram em candidatos negros é significativamente maior do que dos eleitores brancos. Além disso, foi observado que os candidatos negros votados por eleitores negros tiveram a mais baixa média de gastos em campanha, o que mostra que o apelo racial pode compensar em parte a desvantagem competitiva em termos de financiamento. Foi achado ainda, que esse comportamento de associação racial também foi mais significativo entre partidos menores, além do PT que também teve destaque na importância para o voto racial negro na disputa estadual.

E o que esses resultados trouxeram como *insights* estratégicos para o momento espaço-temporal da representação negra? Como os negros se apresentam como candidatos, mas são sub-representados nas cadeiras, seu papel atual é mais de desafiante do que de defensor de um mandato, o que prejudica uma análise racial a partir do voto racional, que é baseado nas informações retrospectivas sobre as ações no cargo. Ganha mais relevância os atalhos cognitivos, como formas de identificação capazes de gerar confiança suficiente para ser convertida em voto. Dadas as barreiras financeiras, de alianças, de experiência, de recrutamento partidário ou de cultural regional, o aumento da representação negra não ocorrerá de forma linear, podendo ter mais sucesso em algumas localidades, em alguns partidos e sob algumas lideranças. E à medida que essa representação adquire sucesso, maior é a reação a essa mudança, abrindo espaço também para a cor e a raça serem instrumentalizados por ideologias reacionárias, com candidatos negros tendo a oportunidade de serem recrutados por partidos de orientação reacionária, receber financiamento, ter espaço midiático e alcançar forte apelo entre eleitores não negros com argumentos contra políticas de ações afirmativas. Ainda que sejam exceções, esses perfis de candidato negros com apelos reacionários podem minar ainda mais o movimento de aumento da participação negra em espaços de decisão e deliberação das leis. A melhor estratégia na conquista por maior presença negra no legislativo é consolidar uma base negra e ter uma ação mais concertada e menos individual no apelo de combate a injustiças de cor e raça, para que seus argumentos tenham força e coerência para conquistar boa parte do eleitorado branco.

A análise mostra que a identidade negra não é tão fragmentada que não possa ser utilizada em apelos comunicativos em campanhas eleitorais. Por certo, esse apelo de identidade racial deve ser feito com parcimônia, dado o peso da concepção de harmonia racial ainda arraigado na opinião, mas pode ser bem explorado em argumentos de promoção de justiça social e racial, contra repressões policiais, mortes de jovens negros, desigualdades de renda, desigualdades em postos de decisão, desigualdades no ensino superior e em defesa de políticas de cobertura social. Com o fomento de bases negras mais locais, ficará mais fácil alcançar apoio político em distritos maiores e de maior competitividade em gastos de campanha. Mas para que esse ganho de competitividade seja mais efetivo e aconteça mais rapidamente, são necessárias regulamentações que garantam uma reserva do fundo partidário para candidatos negros, em especial para cargos no Congresso Nacional.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. W. *A Indústria Cultural*. In: COHN, Gabriel (Org.). *Grandes Cientistas Sociais: Theodor W. Adorno (Sociologia)*. Tradução: Flávio R. Kothe, Aldo Onesti & Amélia Cohn. São Paulo: Editora Ática, 1986a, p. 92-99.
- ADORNO, Theodor. W., FRENKEL-BRUNSWIK, Else, LEVINSON, Daniel J., e SANFORD, Nevitt. *The Authoritarian Personality*. Vol. 1. New York: Harper and Row, 1950.
- ALMEIDA, Sílvio C.; SILVA, Rogério S. *Do (in)visível ao visível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 316-345, julho-dezembro de 2013.
- ANDREWS, George R. *Blacks and Whites in Sao Paulo, Brazil, 1888– 1988*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.
- APPIAH, Anthony. *Race, Culture, Identity: Misunderstood Connections*. In: APPIAH, Anthony e GUTMANN, Amy. *Colour conscious: the political morality of race*. Princeton University Press, New Jersey, 1996.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem – a report on the banality of evil*. The Viking Press, New York, edição revisada e ampliada publicada em 1964, originalmente publicada em 1963.
- BAIROS, Luiza. *Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil*. *Afro-Ásia*, nº 17, pp. 173-186, 1996.
- BANTON, Michael. *Race relations*. New York: Basic Books, 1967.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. 1.ed. Global Editora: São Paulo, 2013 (Edição digital).
- BECKER, Gary. *The Economics of Discrimination*. 2 ed. University of Chicago Press, 1971.
- BERQUÓ, Elza e ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *A emergência do voto negro*. *Novos Estudos*, nº 33, julho de 1992.
- BONFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Edição: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2008. (Original de 1905).
- BRASIL. *Características Étnico-raciais da População: Classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- BREWER, Mark D.; STONECASH, Jeffrey M. *Class, Race issues, and declining white support for the Democratic Party in the South*. *Political Behavior*, v. 23, n. 2, June 2001.

BUENO, Natália S. *Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte*. Lua Nova, nº85, 187-226, 2012.

BUENO, Natália S.; DUNNING, Thad. *Race, resources, and representation: evidence from brazilian politicians*. Texto apresentado na conferência “Contemporary Challenges to Inclusion and Representation in Latin America” Stanford University, 16 de maio de 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2498662. Acesso em: 17 out. 2016.

CAMPBELL, Angus, CONVERSE, Philip E., MILLER, Warren E. e STOKES, Donald E. *The american voter*. New York: Wiley, 1960.

CAMPOS, Luiz Augusto e FERES JÚNIOR, João. *Televisão em cores? Raça e sexo nas telenovelas “globais” dos últimos 30 anos*. Textos para discussão. GEMAA, n. 10, 2015, pp. 1-23.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. *A cor e o sexo da política: composição das câmaras federais e estaduais (2014)*. Textos para discussão GEMAA (IESP-UERJ), n. 7, 2014, pp. 1-21.

CAMPOS, Luiz Augusto; STORNI, Tiago; FERES JR, João. *A cor do Enem 2012: comparações entre o desempenho de brancos, pardos e pretos*. Textos para discussão GEMAA IESP-UERJ, n. 8, 2014, pp. 1-16.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. (2015a), *A cor e o sexo da política: Composição das Câmaras Federais e Estaduais (2014)*. Textos para Discussão do GEMAA, no 7, pp. 1-21.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. (2015b). *A raça dos (in)eleitos*. Insight Inteligência, no 67, pp. 60-72.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. (2015c). *A cor dos eleitos: determinantes das chances eleitorais dos negros no Brasil*. Revista Brasileira de Ciência Política, no 16, pp. 121-151.

CARROLL Archie B., SHABANA Kareem M. (2010). *The business case for corporate social responsibility: a review of concepts, research and practice*. ‘International Journal of Management Reviews’; doi: 10.1111/j.1468-2370.2009.00275x.

CASTELLS, Manuel. *Communication, power and counter-power in the Network Society*. International Journal of Communication, v. 1, n. 1, p. 238-266, 2007.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS. Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. *Raça e comportamento político*. DADOS. Volume 36, nº 3, 1993.

CONVERSE, Philip E. *Os sistemas de crenças*. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (Org.). *Política & Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

CONVERSE, Philip E. *Public opinion and voting behavior*. In Fred Greenstein e Nelson Polsby, *Handbook of Political Science*. Princeton: Addison-Wesley Publishing Company, 1975.

DOMINGUES, Petrônio. *Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, nº 39, Set./Dez. 2008.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP, 1998 (originalmente publicado em 1957).

FANON, Franz. *Peau Noir Masques Blancs*. Prefácio (1952) e Posfácio (1965) de Francis Jeanson. *Paris: les éditions du Seuil, 1952*. Coleção: *La condition humaine*. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/fanon_franz/peau_noire_masques_blancs/peau_noire_masques_blancs.html

FERES JUNIOR, João. *Introdução a uma crítica da modernidade como conceito sociológico*. *Mediações*. Londrina, v. 15, nº 2, p. 28-41, Jul/Dez 2010

FERES JUNIOR, João. *A atualidade do pensamento de Guerreiro Ramos: branquidade e nação*. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p.111-125, Jan/Abrl. 2015.

FERES JUNIOR, João. *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru: Edusc, 2005, 317 p.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica; RAMOS, Pedro; MIGUEL; Lorena. *O impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais*. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, setembro, pp. 1-34, 2013.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes no limiar de uma nova*. São Paulo, Dominus, 1965.

FERNANDES, Florestan. *Mobilidade social e relações raciais*. *Cadernos Brasileiros*, (47): 51-67.

FINIFTER, Ada W. *Dimensions of political alienation*. *The American Political Science Review*, v. 64, n. 2, p. 389-410, 1970.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GAUNTLETT, David, 2011. *Media Studies 2.0, and other battles around the future of media research*. Kindle Edition.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Editora 34: São Paulo, 2001.

GOMES, Flávio. *Negros e política (1988-1937)*. Zahar, Rio de Janeiro, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1999.

GRIN, Monica e MAIO, Marcos C. *O antirracismo no pensamento de Afonso Arino de Melos Franco*. Revista Topoi, v. 14, n. 26, pp. 33-45, 2013.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)*. Tempo Social, 13(2), pgs. 121-142, novembro de 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. 2.ed. São Paulo, Editora 34, 2012.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo, Edições Loyola, 2002.

HANCHARD, Michael G. Orpheus and Power. *The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brasil 1945-1988*. Princeton, NJ, Princeton University Press, 1988.

_____. *Política Transnacional Negra, Antiimperialismo e Etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: Exemplos de Interpretação Equivocada*. Revista Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 1, 2002, pp. 63-96.

HARARI, Yuval. *Homo Dues: uma breve história do amanhã*. Companhia das Letras: São Paulo, 2016.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. SP: Ed. Loyola, 2001.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle (eds.). *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice, 1988.

HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich . *Phenomenology of Spirit*. Oxford, Oxford University Press, 1979.

HIRSCHMAN, Albert. *Exit, Voice and Loyalty*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1970.

JAMES, Cyril L.R. *The black jacobins*. Toussaint L'ouverture and The San Domingo Revolution. Vintage Books, Nova York, Segunda edição, revisada, outubro de 1989.

KEY, Valdimer O. Jr (1964). *Politics, parties and pressure groups*. 5th edn. New York: Crowell.

KORHONEN, Anu. *Washing the Ethiopian white: conceptualizing black skin in Renaissance England*, in EARLE, T.F. e LOWE, K.J.P, *Black Africans in Renaissance Europe*. Cambridge: Cambridge UP, 2005. 94-112.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silviano Santiago. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MAS-COLLEL, Andreu, WINDSTON, Michael D. e GREEN, Jerry R. *Microeconomic Theory*. Nova York: Oxford University Press, 1995.

MENDES, António de Almeida. *Esclavage et race au Portugal: une expérience de longue durée*. Open Edition Press. 2016. (<http://books.openedition.org/oep/1495#text>)

MENDES, António de Almeida. *Escavidão e raça em Portugal: uma experiência de longa duração*. OpenEdition Press, 2016. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/1541>
Acesso em: 05 fev. 2017.

MILL, John Stuart. *Utilitarianism, liberty, and representative government*. London: Dent; New York: Dutton, 1910 (versão online).

MILL. John Stuart. *Considerations on representative government*. Buffalo, N.Y.: Prometheus Press, 1991 (1861).

MITCHELL, Gladys. *The Politics of Blackness Racial Identity and Political Behavior in Contemporary Brazil*. Cambridge University Press. Kindle Edition, 2018.

MORALES, Daniel E. Moreno. *Ethnicity and electoral preferences in Latin America*. In: Carlin, Ryan E, Singer, Matthew M, and Zechmeister, Elizabeth J, eds. *The latin american voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor, US: University of Michigan Press, 2015.

MOSCOVICI, Serge. *La era de las multitudes – un tratado histórico de la psicología de las masas*. México: FCE, 1985.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

MOURA. Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. Editora Ática: São Paulo, 1992.

MOURÃO, Manuela. *Whitewash: nationhood, empire, and the formation of portuguese racial identity*. *The journal for early modern cultural studies*. Vol. 11, nº 1, spring/summer, 2011.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. *Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões*. Estudos Avançados, São Paulo , v. 18, n. 50, apr. 2004.

- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetininga*. Apresentação e edição de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem*. Tempo Social, v. 19, n° 1, pp. 287-308, 2006.
- NOVAIS, Fernando. A. *O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos*. Revista Brasileira de História. Vol. 4, n.º 7, mar., 1984.
- OAXACA, Ronald L. 1973. *Male-female wages differentials in urban labor markets*. International Economic Review, 14:693-709.
- OLIVEIRA, Cloves L. P.; BARRETO, Paula C. da S. *Percepção do racismo no Rio de Janeiro*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 2, pp. 183-213, 2003.
- JOHNSON III, Ollie. *Blacks in national politics*. In: Race, politics and education in Brazil: affirmative action in higher education/ edited by Ollie A. Johnson III and Rosana Heringer. Palgrave and Macmillan, New York, 2015.
- PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil: A Study of Race Conflict in Bahia*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1967.
- PITKIN, Hanna. *Representação: palavras, instituições e ideias*. Lua Nova, São Paulo, 67: 263-269, 2006.
- POSEL, Deborah. *What's in a name? Racial categorisations under apartheid and their afterlife*. Transformations, n° 47, 2001, pp. 50-74, 2001.
- RANDI, Reginaldo. *Raça e voto na eleição presidencial de 1994*. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n° 30, pp. 61-78, 1996.
- RATTANSI, Ali. *Racism, a very short introduction*. Oxford University Press, 2007.
- SALÈS-WUILLEMIN, Edith. *La catégorisation et les stéréotypes en psychologie sociale*. Paris: Dunod, 2006.
- SANTOS, Natália N. S. *A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos*. Dissertação de mestrado, FGV/Escola de Direito de São Paulo, 2015.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Mário A. M. da. *Fazer História, Fazer Sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964)*. Revista Lua Nova, São Paulo, n° 85, 2012.
- SINNERBRINK, Robert . *Hegelianismo*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ : Vozes, 2017.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Amaury de. (1971) *Raça e política no Brasil urbano*. Revista de Administração de Empresas, XI: 61-70, outubro-dezembro.

SPECK, Bruno. Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil. Cadernos Adenauer, VI, nº 2. Rio de Janeiro: Fundação KAS, 2005, p. 123-159.

SPENCE, Michael. *Job Market Signaling*. The Quarterly Journal of Economics, v. 87, No. 3. (Aug., 1973), pp. 355-374.

STOLER, Ann L. *Race and the education of desire: Foucault's History of Sexuality and the colonial order of things*. Durham: Duke University Press, 1994.

STORNI, Tiago P. L. *Comportamento eleitoral e estratégia partidária: uma análise espaço-temporal das eleições de SP e MG a partir dos conceitos de Inovação e Representação Sociais*. UFMG, Belo Horizonte, dissertação de mestrado, 2010.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

TELLES, Edward. *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.

TORAL, André Amara de. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*. Estudos Avançados. Vol. 9, nº 24, Maio/Agosto, 1995.

TURGEON, Mathieu; CHAVES, Bruno S.; WIVES, William W. *Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 20, nº 3, dezembro, 2014, p. 363-376.

URBINATI, Nadia. 2006. *O que torna a representação democrática?*. Lua Nova (67):191-228.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLIAMS, Robert R. *Tragedy, recognition, and the death of God: studies in Hegel and Nietzsche*. Oxford Scholarship Online: January 2013.

WAGLEY, Charles. *Race and Class in Rural Brazil*. 2.ed. Paris: UNESCO, 1963.

YOUNG, Iris M. *Representação política, identidade e minorias*. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.

APÊNDICE A - Quantidade de candidatos, de eleitos e indicadores de sucesso eleitoral com comparação racial (TSE 2014, deputado federal).

UF	Candidatos Cor Branca	Candidatos Cor Preta/Parda	Candidatos Cor Indígena/ Amarela	Eleitos Cor Branca	Eleitos Cor Preta/Parda	Eleitos Cor Indígena/ Amarela	%Cands Cor Branca	%Cands Cor Preta/ Parda	%Eleitos Cor Branca	%Eleitos Cor Preta/ Parda	Taxa de Sucesso Eleitoral - Cor Branca	Taxa de Sucesso Eleitoral - Cor Preta/Parda	Razão de Chances de Sucesso Branco e Negros
AC	18	42	2	5	3	-	29%	68%	63%	38%	28%	7%	3,9
AL	46	52	1	7	2	-	46%	53%	78%	22%	15%	4%	4,0
AM	27	48	1	4	4	-	36%	63%	50%	50%	15%	8%	1,8
AP	33	68	1	2	6	-	32%	67%	25%	75%	6%	9%	0,7
BA	100	182	5	20	19	-	35%	63%	51%	49%	20%	10%	1,9
CE	94	96	1	18	4	-	49%	50%	82%	18%	19%	4%	4,6
DF	73	51	1	7	1	-	58%	41%	88%	13%	10%	2%	4,9
ES	94	53	-	7	3	-	64%	36%	70%	30%	7%	6%	1,3
GO	63	28	1	14	3	-	68%	30%	82%	18%	22%	11%	2,1
MA	94	127	-	14	4	-	43%	57%	78%	22%	15%	3%	4,7
MG	352	238	6	45	8	-	59%	40%	85%	15%	13%	3%	3,8
MS	70	40	4	8	-	-	61%	35%	100%	0%	11%	0%	∞
MT	46	39	1	5	3	-	53%	45%	63%	38%	11%	8%	1,4
PA	59	111	-	13	4	-	35%	65%	76%	24%	22%	4%	6,1
PB	49	41	-	10	2	-	54%	46%	83%	17%	20%	5%	4,2
PE	60	91	1	14	11	-	39%	60%	56%	44%	23%	12%	1,9
PI	28	56	1	8	2	-	33%	66%	80%	20%	29%	4%	8,0
PR	245	40	2	29	1	-	85%	14%	97%	3%	12%	3%	4,7
RJ	469	391	2	36	10	-	54%	45%	78%	22%	8%	3%	3,0
RN	50	30	-	7	1	-	63%	38%	88%	13%	14%	3%	4,2
RO	37	44	-	4	4	-	46%	54%	50%	50%	11%	9%	1,2
RR	26	50	1	4	4	-	34%	65%	50%	50%	15%	8%	1,9
RS	275	29	1	31	-	-	90%	10%	100%	0%	11%	0%	∞
SC	109	14	-	16	-	-	89%	11%	100%	0%	15%	0%	∞
SE	33	39	-	7	1	-	46%	54%	88%	13%	21%	3%	8,3
SP	906	311	19	66	4	-	73%	25%	94%	6%	7%	1%	5,7
TO	28	18	-	8	-	-	61%	39%	100%	0%	29%	0%	∞
Brasil	3.484	2.329	51	409	104	-	59%	40%	80%	20%	12%	4%	2,6

APÊNDICE B – Quantidade de candidatos, de eleitos e indicadores de sucesso eleitoral com comparação racial (TSE 2014, dep. estadual/distrital).

UF	Candidatos Cor Branca	Candidatos Cor Preta/Parda	Candidatos Cor Indígena/ Amarela	Eleitos Cor Branca	Eleitos Cor Preta/Parda	Eleitos Cor Indígena/ Amarela	%Cands Cor Branca	%Cands Cor Preta/ Parda	%Eleitos Cor Branca	%Eleitos Cor Preta/ Parda	Taxa de Sucesso Eleitoral - Cor Branca	Taxa de Sucesso Eleitoral - Cor Preta/Parda	Razão de Chances Sucesso Branco e Negros
AC	77	409	5	8	16	-	16%	83%	33%	67%	10%	4%	2,7
AL	87	165	1	18	9	-	34%	65%	67%	33%	21%	5%	3,8
AM	156	381	5	10	14	-	29%	70%	42%	58%	6%	4%	1,7
AP	109	220	4	11	13	-	33%	66%	46%	54%	10%	6%	1,7
BA	161	387	3	38	25	-	29%	70%	60%	40%	24%	6%	3,7
CE	264	269	5	36	10	-	49%	50%	78%	22%	14%	4%	3,7
DF	488	469	2	17	7	-	51%	49%	71%	29%	3%	1%	2,3
ES	244	214	3	19	10	1	53%	46%	63%	33%	8%	5%	1,7
GO	395	296	5	34	7	-	57%	43%	83%	17%	9%	2%	3,6
MA	187	288	1	30	12	-	39%	61%	71%	29%	16%	4%	3,9
MG	603	422	8	63	14	-	58%	41%	82%	18%	10%	3%	3,1
MS	223	149	3	16	8	-	59%	40%	67%	33%	7%	5%	1,3
MT	128	144	3	19	5	-	47%	52%	79%	21%	15%	3%	4,3
PA	170	435	12	17	24	-	28%	71%	41%	59%	10%	6%	1,8
PB	166	142	-	25	11	-	54%	46%	69%	31%	15%	8%	1,9
PE	196	269	11	28	21	-	41%	57%	57%	43%	14%	8%	1,8
PI	85	129	4	20	10	-	39%	59%	67%	33%	24%	8%	3,0
PR	582	136	-	47	7	-	81%	19%	87%	13%	8%	5%	1,6
RJ	983	725	2	59	11	-	57%	42%	84%	16%	6%	2%	4,0
RN	167	67	3	22	2	-	70%	28%	92%	8%	13%	3%	4,4
RO	147	213	6	14	9	1	40%	58%	58%	38%	10%	4%	2,3
RR	148	231	7	16	8	-	38%	60%	67%	33%	11%	3%	3,1
RS	610	56	1	54	1	-	91%	8%	98%	2%	9%	2%	5,0
SC	367	28	-	40	-	-	93%	7%	100%	0%	11%	0%	∞
SE	65	91	1	16	8	-	41%	58%	67%	33%	25%	9%	2,8
SP	1.319	447	20	86	7	1	74%	25%	91%	7%	7%	2%	4,2
TO	80	150	2	13	11	-	34%	65%	54%	46%	16%	7%	2,2
Brasil	8.207	6.932	117	776	280	3	54%	45%	73%	26%	9%	4%	2,3

APÊNDICE C – Candidatos efetivos, médias e medianas de votos, e indicadores de concentração com comparação racial (TSE 2014, deputado federal).

UF	Qtd. de Cands. Efetivos Branca Efetivos	Qtd. de Cands. Efetivos Negros	Taxa de Sucesso Efetividade e Brancos	Taxa de Sucesso Efetividade de Negros	Razões Chances Efetividade e Brancos e Negros	Total de Votos Nominais Brancos	Total de Votos Nominais Negros	Média de Votos Brancos	Média de Votos Negros	Mediana de Votos Brancos	Mediana de Votos Negros	Razão Mediana Votação Brancos Negros	Concentração (IHH) Cands. Brancos	Concentração (IHH) Cands. Negros	Razão entre Concentração Br/ Negros
AC	11	9	61%	21%	2,9	194.015	161.056	10.779	3.835	8.302	1.090	7,6	0,11	0,08	1,4
AL	13	4	28%	8%	3,7	972.686	309.951	21.145	5.961	3.650	909	4,0	0,08	0,23	0,3
AM	5	9	19%	19%	1,0	692.830	866.903	25.660	18.060	1.421	1.122	1,3	0,21	0,11	1,9
AP	14	19	42%	28%	1,5	130.712	236.891	3.961	3.484	1.972	931	2,1	0,07	0,05	1,4
BA	33	29	33%	16%	2,1	3.151.552	2.819.873	31.516	15.494	3.132	1.083	2,9	0,03	0,03	1,0
CE	24	8	26%	8%	3,1	3.059.048	942.244	32.543	9.815	2.099	801	2,6	0,04	0,10	0,4
DF	17	4	23%	8%	3,0	976.732	384.722	13.380	7.544	1.627	1.415	1,1	0,06	0,21	0,3
ES	20	7	21%	13%	1,6	1.116.590	548.687	11.879	10.353	2.108	999	2,1	0,04	0,16	0,3
GO	19	5	30%	18%	1,7	2.336.031	415.059	37.080	14.824	1.446	852	1,7	0,05	0,16	0,3
MA	28	16	30%	13%	2,4	1.927.665	909.123	20.507	7.158	2.908	1.043	2,8	0,04	0,05	0,8
MG	69	14	20%	6%	3,3	7.755.888	1.531.963	22.034	6.437	1.833	810	2,3	0,02	0,04	0,5
MS	17	1	24%	3%	9,7	1.109.520	58.134	15.850	1.453	2.690	520	5,2	0,06	0,10	0,6
MT	13	6	28%	15%	1,8	851.682	482.799	18.515	12.379	3.540	1.425	2,5	0,09	0,14	0,6
PA	23	11	39%	10%	3,9	2.238.403	1.258.361	37.939	11.337	12.378	1.259	9,8	0,05	0,07	0,7
PB	12	5	24%	12%	2,0	1.348.130	424.982	27.513	10.365	2.111	1.531	1,4	0,09	0,13	0,7
PE	21	14	35%	15%	2,3	2.365.014	1.764.011	39.417	19.385	10.116	1.739	5,8	0,05	0,06	0,8
PI	16	2	57%	4%	16,0	1.300.909	285.813	46.461	5.104	38.122	606	63,0	0,07	0,31	0,2
PR	50	2	20%	5%	4,1	5.002.178	271.276	20.417	6.782	1.841	634	2,9	0,02	0,40	0,1
RJ	50	18	11%	5%	2,3	5.168.557	1.909.718	11.020	4.884	1.117	900	1,2	0,02	0,02	1,0
RN	12	2	24%	7%	3,6	1.264.035	187.306	25.281	6.244	2.526	1.437	1,8	0,09	0,24	0,4
RO	13	12	35%	27%	1,3	409.215	331.709	11.060	7.539	4.429	1.477	3,0	0,08	0,08	1,0
RR	8	9	31%	18%	1,7	119.975	103.720	4.614	2.074	879	454	1,9	0,14	0,09	1,6
RS	56	2	20%	7%	3,0	5.365.121	133.808	19.510	4.614	1.649	849	1,9	0,02	0,19	0,1
SC	27	-	25%	0%	∞	3.090.235	30.062	28.351	2.147	3.769	838	4,5	0,04	0,15	0,3
SE	12	4	36%	10%	3,5	736.059	238.252	22.305	6.109	2.250	601	3,7	0,08	0,34	0,2
SP	64	4	7%	1%	5,5	17.474.436	1.348.455	19.287	4.336	1.380	632	2,2	0,02	0,03	0,7
TO	14	1	50%	6%	9,0	626.886	44.008	22.389	2.445	11.875	346	34,4	0,07	0,49	0,1
Brasil	661	217	19%	9%	2,0	70.784.104	17.998.886	20.317	7.728	1.772	885	2,0	-	-	-

APÊNDICE D – Candidatos efetivos, médias e medianas de votos, e indicadores de concentração com comparação racial (TSE 2014, dep. Estadual / distrital).

UF	Qtd de Cands. Efetivos Brancos Efetivos	Qtd de Cands. Efetivos Negros	Taxa de Sucesso Efetiva de Brancos	Taxa de Sucesso Efetiva de Negros	Razões Chances Efetividade Brancos e Negros	Total de Votos Nominais Brancos	Total de Votos Nominais Negros	Média de Votos Brancos	Média de Votos Negros	Mediana de Votos Brancos	Mediana de Votos Negros	Razão Mediana Votação Brancos Negros	Concentração (IHH) Cands. Brancos	Concentração (IHH) Cands. Negros	Razão entre Concentração Br/ Negros
AC	21	101	27%	25%	1,1	80.771	292.349	1.049	715	167	181	0,9	0,06	0,01	6,0
AL	24	22	28%	13%	2,1	722.112	592.319	8.300	3.590	541	321	1,7	0,04	0,05	0,8
AM	35	57	22%	15%	1,5	628.153	904.290	4.027	2.373	642	419	1,5	0,03	0,01	3,0
AP	32	56	29%	25%	1,2	144.874	226.888	1.329	1.031	289	208	1,4	0,03	0,02	1,5
BA	59	62	37%	16%	2,3	2.937.793	3.108.506	18.247	8.032	2.871	886	3,2	0,02	0,01	2,0
CE	59	20	22%	7%	3,0	3.083.381	998.592	11.679	3.712	900	486	1,9	0,02	0,03	0,7
DF	101	70	21%	15%	1,4	893.803	545.819	1.832	1.164	419	356	1,2	0,01	0,01	1,0
ES	69	30	28%	14%	2,0	1.181.238	539.377	4.841	2.520	1.076	540	2,0	0,02	0,03	0,7
GO	102	29	26%	10%	2,6	2.289.884	571.024	5.797	1.929	933	314	3,0	0,01	0,02	0,5
MA	57	21	30%	7%	4,2	2.009.583	907.813	10.746	3.152	972	472	2,1	0,02	0,03	0,7
MG	137	39	23%	9%	2,5	7.083.949	2.193.052	11.748	5.197	1.136	511	2,2	0,01	0,03	0,3
MS	44	17	20%	11%	1,7	818.635	383.926	3.671	2.577	403	360	1,1	0,02	0,05	0,4
MT	38	22	30%	15%	1,9	947.603	426.043	7.403	2.959	1.200	312	3,9	0,03	0,03	1,0
PA	49	74	29%	17%	1,7	1.342.928	2.101.490	7.900	4.831	1.251	663	1,9	0,02	0,01	2,0
PB	48	21	29%	15%	2,0	1.193.197	642.179	7.188	4.522	911	382	2,4	0,02	0,04	0,5
PE	42	37	21%	14%	1,6	1.984.224	2.177.578	10.124	8.095	1.059	591	1,8	0,02	0,03	0,7
PI	32	25	38%	19%	1,9	964.546	635.584	11.348	4.927	2.223	333	6,7	0,03	0,04	0,8
PR	91	11	16%	8%	1,9	4.739.508	559.338	8.143	4.113	656	821	0,8	0,01	0,04	0,3
RJ	99	22	10%	3%	3,3	5.534.229	1.597.216	5.630	2.203	582	390	1,5	0,01	0,02	0,5
RN	37	4	22%	6%	3,7	1.345.952	179.761	8.060	2.683	537	504	1,1	0,03	0,18	0,2
RO	54	48	37%	23%	1,6	415.503	331.001	2.827	1.554	965	455	2,1	0,02	0,02	1,0
RR	46	32	31%	14%	2,2	132.729	105.058	897	455	140	84	1,7	0,02	0,03	0,7
RS	137	3	22%	5%	4,2	5.405.980	181.611	8.862	3.243	1.779	792	2,2	0,01	0,10	0,1
SC	90	3	25%	11%	2,3	3.235.020	45.633	8.815	1.630	1.413	337	4,2	0,01	0,19	0,1
SE	25	15	38%	16%	2,3	575.194	392.299	8.849	4.311	649	392	1,7	0,05	0,05	1,0
SP	184	22	14%	5%	2,8	15.829.261	1.598.759	12.001	3.577	1.183	671	1,8	0,01	0,02	0,5
TO	28	30	35%	20%	1,8	367.949	330.692	4.599	2.205	698	268	2,6	0,04	0,03	1,3
Brasil	1740	893	21%	13%	1,6	65.887.999	22.568.197	8.028	3.256	835	426	2,0	-	-	-

APÊNDICE E – População e indicadores de representação eleitoral com comparação racial (TSE 2014, deputado federal e deputado estadual / distrital).

UF	População - Cor Branca (Censo 2010, 16 a 70 anos)	População – Cor Preta/Parda (Censo 2010, 16 a 70 anos)	População – Demais (Censo 2010, 16 a 70 anos)	% Pop. Branca (Censo 2010, 16 a 70 anos)	% Pop. Negra (Censo 2010, 16 a 70 anos)	Deputado Federal		Deputado Estadual/Distrital	
						Razão de Proporções dos Cand. Negros e a Pop. Negra	Razão de Proporções dos Eleitos Negros e a Pop. Negra	Razão de Proporções dos Cand. Negros e a Pop. Negra	Razão de Proporções dos Eleitos Negros e a Pop. Negra
AC	106.144	329.281	16.049	24%	73%	0,9	0,5	1,1	0,9
AL	627.098	1.373.471	33.439	31%	68%	0,8	0,3	1,0	0,5
AM	465.821	1.594.473	109.600	21%	73%	0,9	0,7	1,0	0,8
AP	99.306	311.956	8.314	24%	74%	0,9	1,0	0,9	0,7
BA	2.073.284	7.321.234	146.786	22%	77%	0,8	0,6	0,9	0,5
CE	1.787.351	3.812.322	87.827	31%	67%	0,7	0,3	0,7	0,3
DF	776.168	1.033.906	36.155	42%	56%	0,7	0,2	0,9	0,5
ES	1.065.373	1.403.373	22.596	43%	56%	0,6	0,5	0,8	0,6
GO	1.758.730	2.403.579	79.174	41%	57%	0,5	0,3	0,8	0,3
MA	927.724	3.173.865	68.245	22%	76%	0,8	0,3	0,8	0,4
MG	6.361.131	7.375.671	157.778	46%	53%	0,8	0,3	0,8	0,3
MS	802.833	833.143	60.388	47%	49%	0,7	0,0	0,8	0,7
MT	798.825	1.266.509	45.699	38%	60%	0,8	0,6	0,9	0,3
PA	1.057.670	3.733.961	68.412	22%	77%	0,8	0,3	0,9	0,8
PB	984.775	1.508.006	46.595	39%	59%	0,8	0,3	0,8	0,5
PE	2.158.079	3.732.424	92.423	36%	62%	1,0	0,7	0,9	0,7
PI	497.954	1.539.088	47.984	24%	74%	0,9	0,3	0,8	0,5
PR	5.210.190	2.086.330	107.520	70%	28%	0,5	0,1	0,7	0,5
RJ	5.450.924	5.921.522	103.829	47%	52%	0,9	0,4	0,8	0,3
RN	872.691	1.271.724	26.157	40%	59%	0,6	0,2	0,5	0,1
RO	377.895	665.044	22.334	35%	62%	0,9	0,8	0,9	0,6
RR	61.929	193.929	27.119	22%	69%	0,9	0,7	0,9	0,5
RS	6.441.485	1.201.312	45.331	84%	16%	0,6	0,0	0,5	0,1
SC	3.821.640	673.812	29.771	84%	15%	0,8	0,0	0,5	0,0
SE	382.759	989.862	21.478	27%	71%	0,8	0,2	0,8	0,5
SP	19.026.354	10.313.857	457.087	64%	35%	0,7	0,2	0,7	0,2
TO	228.386	657.047	24.224	25%	72%	0,5	0,0	0,9	0,6
Brasil	64.222.519	66.720.701	1.992.314	48%	50%	0,8	0,4	0,9	0,5

APÊNDICE F – Despesas, média e mediana de gastos e indicador de gastos de candidatos com comparação racial (TSE 2014, deputado federal).

UF	Despesa Total – Cor Branca	Despesa Total – Cor Preta/Parda	Despesa Média – Cor Branca	Despesa Média – Cor Preta/Parda	Despesa Mediana – Cor Branca	Despesa Mediana – Cor Preta/Parda	Razão de Proporção de Medianas dos Gastos Brancos e Negros
AC	R\$ 4.002.554	R\$ 3.860.872	R\$ 222.364	R\$ 91.926	R\$ 163.548	R\$ 14.622	11,2
AL	R\$ 15.989.220	R\$ 2.390.456	R\$ 347.592	R\$ 45.970	R\$ 33.369	R\$ 2.380	14,0
AM	R\$ 10.534.713	R\$ 12.910.549	R\$ 390.175	R\$ 268.970	R\$ 5.221	R\$ 8.046	0,6
AP	R\$ 5.390.683	R\$ 3.271.200	R\$ 163.354	R\$ 48.106	R\$ 11.228	R\$ 6.923	1,6
BA	R\$ 44.321.677	R\$ 26.762.872	R\$ 443.217	R\$ 147.049	R\$ 12.977	R\$ 2.525	5,1
CE	R\$ 24.922.307	R\$ 9.892.027	R\$ 265.131	R\$ 103.042	R\$ 9.643	R\$ 3.050	3,2
DF	R\$ 14.294.269	R\$ 5.011.648	R\$ 195.812	R\$ 98.268	R\$ 15.144	R\$ 7.248	2,1
ES	R\$ 14.125.810	R\$ 4.967.982	R\$ 150.275	R\$ 93.736	R\$ 16.732	R\$ 6.493	2,6
GO	R\$ 52.640.492	R\$ 9.148.297	R\$ 835.563	R\$ 326.725	R\$ 14.503	R\$ 2.401	6,0
MA	R\$ 13.089.973	R\$ 7.963.492	R\$ 139.255	R\$ 62.705	R\$ 8.767	R\$ 1.980	4,4
MG	R\$ 136.886.174	R\$ 22.297.361	R\$ 388.881	R\$ 93.686	R\$ 9.592	R\$ 5.131	1,9
MS	R\$ 26.588.984	R\$ 2.598.457	R\$ 379.843	R\$ 64.961	R\$ 74.427	R\$ 21.450	3,5
MT	R\$ 19.164.927	R\$ 7.702.524	R\$ 416.629	R\$ 197.501	R\$ 16.555	R\$ 23.503	0,7
PA	R\$ 11.403.069	R\$ 7.832.858	R\$ 193.272	R\$ 70.566	R\$ 65.262	R\$ 3.913	16,7
PB	R\$ 10.219.436	R\$ 3.927.860	R\$ 208.560	R\$ 95.801	R\$ 12.718	R\$ 4.000	3,2
PE	R\$ 31.883.720	R\$ 19.620.181	R\$ 531.395	R\$ 215.606	R\$ 73.703	R\$ 5.929	12,4
PI	R\$ 22.875.798	R\$ 1.999.731	R\$ 816.993	R\$ 35.709	R\$ 432.767	R\$ 5.100	84,9
PR	R\$ 68.444.792	R\$ 951.256	R\$ 279.366	R\$ 23.781	R\$ 8.898	R\$ 5.361	1,7
RJ	R\$ 92.855.457	R\$ 16.093.042	R\$ 197.986	R\$ 41.159	R\$ 5.500	R\$ 2.985	1,8
RN	R\$ 12.822.575	R\$ 1.307.251	R\$ 256.451	R\$ 43.575	R\$ 7.570	R\$ 3.120	2,4
RO	R\$ 8.715.731	R\$ 8.382.401	R\$ 235.560	R\$ 190.509	R\$ 52.013	R\$ 19.596	2,7
RR	R\$ 3.390.563	R\$ 4.470.303	R\$ 130.406	R\$ 89.406	R\$ 24.355	R\$ 10.834	2,2
RS	R\$ 56.309.765	R\$ 896.712	R\$ 204.763	R\$ 30.921	R\$ 10.812	R\$ 3.595	3,0
SC	R\$ 30.931.453	R\$ 174.737	R\$ 283.775	R\$ 12.481	R\$ 13.148	R\$ 3.530	3,7
SE	R\$ 7.217.321	R\$ 802.808	R\$ 218.707	R\$ 20.585	R\$ 22.324	R\$ 7.400	3,0
SP	R\$ 211.010.775	R\$ 25.948.630	R\$ 232.904	R\$ 83.436	R\$ 9.279	R\$ 3.955	2,3
TO	R\$ 15.112.953	R\$ 318.136	R\$ 539.748	R\$ 17.674	R\$ 372.550	R\$ 3.668	101,6
Brasil	R\$ 965.145.189	R\$ 211.503.645	R\$ 277.022	R\$ 90.813	R\$ 11.200	R\$ 4.664	2,4

APÊNDICE G – Despesas, média e mediana de gastos e indicador de gastos de candidatos com comparação racial (TSE 2014, deputado estadual / distrital).

UF	Despesa Total – Cor Branca	Despesa Total – Cor Preta/Parda	Despesa Média – Cor Branca	Despesa Média – Cor Preta/Parda	Despesa Mediana – Cor Branca	Despesa Mediana – Cor Preta/Parda	Razão de Proporção de Medianas dos Gastos - Brancos e Negros
AC	R\$ 2.649.529	R\$ 7.741.069	R\$ 34.409	R\$ 18.927	R\$ 3.390	R\$ 4.075	0,8
AL	R\$ 10.235.949	R\$ 9.231.546	R\$ 117.655	R\$ 55.949	R\$ 5.880	R\$ 4.640	1,3
AM	R\$ 9.834.782	R\$ 14.054.067	R\$ 63.043	R\$ 36.887	R\$ 8.308	R\$ 5.000	1,7
AP	R\$ 2.461.971	R\$ 3.493.813	R\$ 22.587	R\$ 15.881	R\$ 4.025	R\$ 2.091	1,9
BA	R\$ 22.768.755	R\$ 24.441.610	R\$ 141.421	R\$ 63.157	R\$ 34.772	R\$ 5.195	6,7
CE	R\$ 22.663.808	R\$ 9.746.618	R\$ 85.848	R\$ 36.233	R\$ 5.120	R\$ 1.448	3,5
DF	R\$ 23.806.445	R\$ 11.782.758	R\$ 48.784	R\$ 25.123	R\$ 8.441	R\$ 5.217	1,6
ES	R\$ 16.438.007	R\$ 6.075.760	R\$ 67.369	R\$ 28.391	R\$ 12.270	R\$ 6.667	1,8
GO	R\$ 68.102.428	R\$ 10.928.219	R\$ 172.411	R\$ 36.920	R\$ 10.383	R\$ 2.953	3,5
MA	R\$ 18.855.220	R\$ 7.228.824	R\$ 100.830	R\$ 25.100	R\$ 4.107	R\$ 670	6,1
MG	R\$ 114.255.612	R\$ 26.873.010	R\$ 189.479	R\$ 63.680	R\$ 9.620	R\$ 4.831	2,0
MS	R\$ 30.985.468	R\$ 14.191.347	R\$ 138.948	R\$ 95.244	R\$ 18.227	R\$ 15.005	1,2
MT	R\$ 30.046.577	R\$ 20.747.804	R\$ 234.739	R\$ 144.082	R\$ 56.522	R\$ 22.325	2,5
PA	R\$ 11.191.586	R\$ 19.895.800	R\$ 65.833	R\$ 45.737	R\$ 7.453	R\$ 2.858	2,6
PB	R\$ 11.451.815	R\$ 5.709.070	R\$ 68.987	R\$ 40.205	R\$ 6.558	R\$ 3.966	1,7
PE	R\$ 22.717.412	R\$ 18.054.386	R\$ 115.905	R\$ 67.117	R\$ 6.397	R\$ 5.000	1,3
PI	R\$ 11.770.948	R\$ 8.340.354	R\$ 138.482	R\$ 64.654	R\$ 33.110	R\$ 9.344	3,5
PR	R\$ 55.335.330	R\$ 6.201.936	R\$ 95.078	R\$ 45.602	R\$ 5.885	R\$ 5.233	1,1
RJ	R\$ 104.873.531	R\$ 22.851.585	R\$ 106.687	R\$ 31.519	R\$ 3.544	R\$ 1.960	1,8
RN	R\$ 15.909.901	R\$ 2.484.435	R\$ 95.269	R\$ 37.081	R\$ 4.700	R\$ 3.295	1,4
RO	R\$ 17.119.445	R\$ 7.485.662	R\$ 116.459	R\$ 35.144	R\$ 23.882	R\$ 2.959	8,1
RR	R\$ 7.503.014	R\$ 5.716.197	R\$ 50.696	R\$ 24.745	R\$ 8.283	R\$ 8.686	1,0
RS	R\$ 53.195.451	R\$ 1.402.626	R\$ 87.206	R\$ 25.047	R\$ 17.382	R\$ 7.929	2,2
SC	R\$ 51.330.400	R\$ 614.341	R\$ 139.865	R\$ 21.941	R\$ 22.341	R\$ 3.731	6,0
SE	R\$ 5.122.115	R\$ 3.427.966	R\$ 78.802	R\$ 37.670	R\$ 19.672	R\$ 11.611	1,7
SP	R\$ 196.164.668	R\$ 28.375.172	R\$ 148.722	R\$ 63.479	R\$ 10.090	R\$ 3.617	2,8
TO	R\$ 12.176.648	R\$ 7.916.795	R\$ 152.208	R\$ 52.779	R\$ 25.877	R\$ 14.745	1,8
Brasil	R\$ 948.966.815	R\$ 305.012.770	R\$ 115.629	R\$ 44.001	R\$ 9.000	R\$ 4.205	2,1

APÊNDICE H – Despesas, média e mediana de gastos e indicador de gastos de eleitos com comparação racial (TSE 2014, deputado federal).

UF	Despesa Total dos Eleitos – Cor Branca	Despesa Total dos Eleitos – Cor Preta/Parda	Despesa Média dos Eleitos – Cor Branca	Despesa Média dos Eleitos – Cor Preta/Parda	Despesa Mediana dos Eleitos – Cor Branca	Despesa Mediana dos Eleitos – Cor Preta/Parda	Razão de Proporção de Medianas de Gastos de Brancos e Negros Eleitos
AC	R\$ 2.059.545	R\$ 1.396.195	R\$ 411.909	R\$ 465.398	R\$ 405.007	R\$ 399.354	1,0
AL	R\$ 10.489.140	R\$ 1.361.135	R\$ 1.498.449	R\$ 680.567	R\$ 1.534.007	R\$ 680.567	2,3
AM	R\$ 9.652.400	R\$ 7.041.809	R\$ 2.413.100	R\$ 1.760.452	R\$ 1.449.783	R\$ 1.736.221	0,8
AP	R\$ 2.236.344	R\$ 978.974	R\$ 1.118.172	R\$ 163.162	R\$ 1.118.172	R\$ 162.463	6,9
BA	R\$ 37.456.468	R\$ 19.686.819	R\$ 1.872.823	R\$ 1.036.148	R\$ 1.415.829	R\$ 653.282	2,2
CE	R\$ 18.944.693	R\$ 3.307.812	R\$ 1.052.483	R\$ 826.953	R\$ 968.710	R\$ 626.450	1,5
DF	R\$ 5.239.548	R\$ 1.515.282	R\$ 748.507	R\$ 1.515.282	R\$ 823.153	R\$ 1.515.282	0,5
ES	R\$ 6.538.031	R\$ 2.461.199	R\$ 934.004	R\$ 820.400	R\$ 650.693	R\$ 619.592	1,1
GO	R\$ 35.345.747	R\$ 7.451.085	R\$ 2.524.696	R\$ 2.483.695	R\$ 1.672.738	R\$ 2.285.065	0,7
MA	R\$ 6.317.826	R\$ 3.041.211	R\$ 451.273	R\$ 760.303	R\$ 278.395	R\$ 775.618	0,4
MG	R\$ 99.928.250	R\$ 13.314.456	R\$ 2.220.628	R\$ 1.664.307	R\$ 1.959.915	R\$ 1.365.298	1,4
MS	R\$ 16.606.719	R\$ 0	R\$ 2.075.840		R\$ 1.696.207		∞
MT	R\$ 12.135.290	R\$ 5.107.393	R\$ 2.427.058	R\$ 1.702.464	R\$ 2.460.139	R\$ 1.933.864	1,3
PA	R\$ 6.081.176	R\$ 3.453.623	R\$ 467.783	R\$ 863.406	R\$ 417.947	R\$ 741.291	0,6
PB	R\$ 8.386.394	R\$ 2.800.220	R\$ 838.639	R\$ 1.400.110	R\$ 809.219	R\$ 1.400.110	0,6
PE	R\$ 21.566.700	R\$ 12.296.473	R\$ 1.540.479	R\$ 1.117.861	R\$ 1.352.724	R\$ 1.269.332	1,1
PI	R\$ 15.575.201	R\$ 1.118.000	R\$ 1.946.900	R\$ 559.000	R\$ 1.049.208	R\$ 559.000	1,9
PR	R\$ 48.118.232	R\$ 186.014	R\$ 1.659.249	R\$ 186.014	R\$ 1.684.659	R\$ 186.014	9,1
RJ	R\$ 70.643.591	R\$ 3.790.585	R\$ 1.962.322	R\$ 379.059	R\$ 1.241.485	R\$ 219.591	5,7
RN	R\$ 8.982.651	R\$ 835.690	R\$ 1.283.236	R\$ 835.690	R\$ 770.350	R\$ 835.690	0,9
RO	R\$ 4.263.882	R\$ 2.972.802	R\$ 1.065.970	R\$ 743.200	R\$ 922.328	R\$ 769.441	1,2
RR	R\$ 2.161.594	R\$ 3.013.876	R\$ 540.399	R\$ 753.469	R\$ 583.399	R\$ 260.027	2,2
RS	R\$ 39.539.889	R\$ 0	R\$ 1.275.480		R\$ 1.294.194		∞
SC	R\$ 18.354.034	R\$ 0	R\$ 1.147.127		R\$ 1.176.256		∞
SE	R\$ 4.381.546	R\$ 79.197	R\$ 625.935	R\$ 79.197	R\$ 563.651	R\$ 79.197	7,1
SP	R\$ 122.461.064	R\$ 11.659.090	R\$ 1.855.471	R\$ 2.914.773	R\$ 1.684.568	R\$ 3.134.272	0,5
TO	R\$ 8.637.156	R\$ 0	R\$ 1.079.645		R\$ 884.983		∞
Brasil	R\$ 642.103.110	R\$ 108.868.939	R\$ 1.569.934	R\$ 1.046.817	R\$ 1.175.561	R\$ 708.495	1,7

APÊNDICE I – Despesas, média e mediana de gastos e indicador de gastos de eleitos com comparação racial (TSE 2014, deputado estadual / distrital).

UF	Despesa Total dos Eleitos – Cor Branca	Despesa Total dos Eleitos – Cor Preta/Parda	Despesa Média dos Eleitos – Cor Branca	Despesa Média dos Eleitos – Cor Preta/Parda	Despesa Mediana dos Eleitos – Cor Branca	Despesa Mediana dos Eleitos – Cor Preta/Parda	Razão de Proporção de Medianas de Gastos de Brancos e Pr/Par Eleitos
AC	R\$ 1.646.052	R\$ 1.875.247	R\$ 205.756	R\$ 117.203	R\$ 129.299	R\$ 98.025	1,3
AL	R\$ 7.324.327	R\$ 3.336.727	R\$ 406.907	R\$ 370.747	R\$ 338.310	R\$ 335.100	1,0
AM	R\$ 4.342.326	R\$ 5.533.474	R\$ 434.233	R\$ 395.248	R\$ 375.346	R\$ 355.444	1,1
AP	R\$ 1.002.433	R\$ 1.204.694	R\$ 91.130	R\$ 92.669	R\$ 79.756	R\$ 72.057	1,1
BA	R\$ 13.960.023	R\$ 11.059.647	R\$ 367.369	R\$ 442.386	R\$ 275.192	R\$ 300.182	0,9
CE	R\$ 14.433.168	R\$ 3.083.216	R\$ 400.921	R\$ 308.322	R\$ 302.447	R\$ 263.360	1,1
DF	R\$ 7.433.513	R\$ 2.644.781	R\$ 437.265	R\$ 377.826	R\$ 246.563	R\$ 320.363	0,8
ES	R\$ 5.610.964	R\$ 2.482.274	R\$ 295.314	R\$ 248.227	R\$ 325.699	R\$ 199.787	1,6
GO	R\$ 33.325.108	R\$ 2.484.781	R\$ 980.150	R\$ 354.969	R\$ 800.834	R\$ 370.980	2,2
MA	R\$ 13.723.151	R\$ 3.881.210	R\$ 457.438	R\$ 323.434	R\$ 379.911	R\$ 236.593	1,6
MG	R\$ 58.792.029	R\$ 13.515.218	R\$ 933.207	R\$ 965.373	R\$ 818.536	R\$ 990.585	0,8
MS	R\$ 16.045.326	R\$ 7.101.852	R\$ 1.002.833	R\$ 887.731	R\$ 794.858	R\$ 762.652	1,0
MT	R\$ 17.001.936	R\$ 5.221.265	R\$ 894.839	R\$ 1.044.253	R\$ 830.738	R\$ 441.674	1,9
PA	R\$ 4.764.178	R\$ 6.885.082	R\$ 280.246	R\$ 286.878	R\$ 285.007	R\$ 254.637	1,1
PB	R\$ 7.097.048	R\$ 3.018.113	R\$ 283.882	R\$ 274.374	R\$ 226.070	R\$ 265.546	0,9
PE	R\$ 14.522.255	R\$ 8.803.269	R\$ 518.652	R\$ 419.203	R\$ 471.281	R\$ 346.492	1,4
PI	R\$ 8.008.724	R\$ 3.467.601	R\$ 400.436	R\$ 346.760	R\$ 355.485	R\$ 317.005	1,1
PR	R\$ 30.792.199	R\$ 2.566.837	R\$ 655.153	R\$ 366.691	R\$ 501.581	R\$ 301.089	1,7
RJ	R\$ 63.324.890	R\$ 5.617.421	R\$ 1.073.303	R\$ 510.675	R\$ 750.123	R\$ 394.046	1,9
RN	R\$ 9.917.567	R\$ 1.215.462	R\$ 450.798	R\$ 607.731	R\$ 398.035	R\$ 607.731	0,7
RO	R\$ 6.083.919	R\$ 2.234.390	R\$ 434.566	R\$ 248.266	R\$ 298.851	R\$ 171.543	1,7
RR	R\$ 4.328.130	R\$ 1.628.011	R\$ 270.508	R\$ 203.501	R\$ 259.023	R\$ 205.911	1,3
RS	R\$ 22.819.010	R\$ 84.093	R\$ 422.574	R\$ 84.093	R\$ 329.966	R\$ 84.093	3,9
SC	R\$ 25.004.698		R\$ 625.117		R\$ 505.956		∞
SE	R\$ 3.206.899	R\$ 1.172.904	R\$ 200.431	R\$ 146.613	R\$ 170.830	R\$ 162.682	1,1
SP	R\$ 93.113.664	R\$ 10.107.129	R\$ 1.082.717	R\$ 1.443.876	R\$ 897.838	R\$ 1.544.542	0,6
TO	R\$ 7.210.693	R\$ 2.904.721	R\$ 554.669	R\$ 264.066	R\$ 489.710	R\$ 253.368	1,9
Brasil	R\$ 494.834.230	R\$ 113.129.421	R\$ 637.673	R\$ 404.034	R\$ 427.693	R\$ 270.632	1,6

APÊNDICE J – Atuação de eleições anteriores e indicadores de experiência racial comparada (TSE 2014, deputado federal).

UF	Qtd Candidatos Participantes em 2010 ou 2012 Brancos	Qtd Candidatos Participantes em 2010 ou 2012 Pretos/Pardos	% Candidatos Participantes em 2010 ou 2012 Brancos	% Candidatos Participantes em 2010 ou 2012 Pretos/Pardos	Razão de Proporção da Experiência dos Candidatos em 2010 ou 2012 - Brancos e Pretos/Pardos	Qtd Candidatos Eleitos em 2010 ou 2012 Brancos	Qtd Candidatos Eleitos em 2010 ou 2012 Pretos/Pardos	% Candidatos Eleitos em 2010 ou 2012 Brancos	% Candidatos Eleitos em 2010 ou 2012 Pr/Par	Razão de Proporção da Experiência dos Eleitos em 2010 ou 2012 - Brancos e Pr/Par
AC	4	17	22%	40%	0,5	2	6	11%	14%	0,8
AL	22	26	48%	50%	1,0	7	2	15%	4%	4,0
AM	14	24	52%	50%	1,0	7	10	26%	21%	1,2
AP	15	22	45%	32%	1,4	6	6	18%	9%	2,1
BA	63	96	63%	53%	1,2	26	26	26%	14%	1,8
CE	51	49	54%	51%	1,1	18	9	19%	9%	2,0
DF	24	10	33%	20%	1,7	6	2	8%	4%	2,1
ES	39	21	41%	40%	1,0	11	5	12%	9%	1,2
GO	33	12	52%	43%	1,2	15	2	24%	7%	3,3
MA	45	69	48%	54%	0,9	19	13	20%	10%	2,0
MG	189	132	54%	55%	1,0	51	21	14%	9%	1,6
MS	39	17	56%	43%	1,3	24	4	34%	10%	3,4
MT	24	23	52%	59%	0,9	11	9	24%	23%	1,0
PA	36	58	61%	52%	1,2	18	15	31%	14%	2,3
PB	26	21	53%	51%	1,0	10	3	20%	7%	2,8
PE	32	58	53%	64%	0,8	18	18	30%	20%	1,5
PI	20	27	71%	48%	1,5	12	4	43%	7%	6,0
PR	136	20	56%	50%	1,1	49	5	20%	13%	1,6
RJ	232	170	49%	43%	1,1	59	27	13%	7%	1,8
RN	29	15	58%	50%	1,2	9	4	18%	13%	1,4
RO	22	20	59%	45%	1,3	9	9	24%	20%	1,2
RR	11	19	42%	38%	1,1	2	3	8%	6%	1,3
RS	157	14	57%	48%	1,2	61	1	22%	3%	6,4
SC	58	5	53%	36%	1,5	24	2	22%	14%	1,5
SE	19	26	58%	67%	0,9	9	4	27%	10%	2,7
SP	488	160	54%	51%	1,0	144	27	16%	9%	1,8
TO	13	7	46%	39%	1,2	9	1	32%	6%	5,8
Brasil	1.841	1.138	53%	49%	1,1	636	238	18%	10%	1,8

APÊNDICE K – Atuação de eleições anteriores e indicadores de experiência racial comparada (TSE 2014, deputado estadual / distrital).

UF	Qtd Candidatos Participantes em 2010 ou 2012 Brancos	Qtd Candidatos Participantes em 2010 ou 2012 Pretos/Pardos	% Candidatos Participantes em 2010 ou 2012 Brancos	% Candidatos Participantes em 2010 ou 2012 Pretos/Pardos	Razão de Proporção da Experiência dos Candidatos em 2010 ou 2012 - Brancos e Pretos/Pardos	Qtd Candidatos Eleitos em 2010 ou 2012 Brancos	Qtd Candidatos Eleitos em 2010 ou 2012 Pretos/Pardos	% Candidatos Eleitos em 2010 ou 2012 Brancos	% Candidatos Eleitos em 2010 ou 2012 Pr/Par	Razão de Proporção da Experiência dos Eleitos em 2010 ou 2012 - Brancos e Pr/Par
AC	29	141	38%	34%	1,1	8	28	10%	7%	1,5
AL	43	80	49%	48%	1,0	14	16	16%	10%	1,7
AM	76	171	49%	45%	1,1	19	28	12%	7%	1,7
AP	45	88	41%	40%	1,0	10	23	9%	10%	0,9
BA	94	195	58%	50%	1,2	45	56	28%	14%	1,9
CE	128	129	48%	48%	1,0	41	19	16%	7%	2,2
DF	105	92	22%	20%	1,1	9	5	2%	1%	1,7
ES	125	97	51%	45%	1,1	49	24	20%	11%	1,8
GO	198	132	50%	45%	1,1	72	30	18%	10%	1,8
MA	92	139	49%	48%	1,0	35	22	19%	8%	2,5
MG	320	203	53%	48%	1,1	128	34	21%	8%	2,6
MS	99	71	44%	48%	0,9	32	12	14%	8%	1,8
MT	73	72	57%	50%	1,1	27	18	21%	13%	1,7
PA	84	204	49%	47%	1,1	33	63	19%	14%	1,3
PB	87	73	52%	51%	1,0	29	13	17%	9%	1,9
PE	109	132	56%	49%	1,1	35	36	18%	13%	1,3
PI	43	61	51%	47%	1,1	19	14	22%	11%	2,1
PR	297	63	51%	46%	1,1	100	17	17%	13%	1,4
RJ	410	276	42%	38%	1,1	102	31	10%	4%	2,4
RN	77	36	46%	54%	0,9	30	3	18%	4%	4,0
RO	69	96	47%	45%	1,0	27	27	18%	13%	1,4
RR	55	88	37%	38%	1,0	17	13	11%	6%	2,0
RS	333	23	55%	41%	1,3	151	6	25%	11%	2,3
SC	182	15	50%	54%	0,9	78	1	21%	4%	6,0
SE	44	37	68%	41%	1,7	17	10	26%	11%	2,4
SP	686	221	52%	49%	1,1	195	42	15%	9%	1,6
TO	36	73	45%	49%	0,9	13	25	16%	17%	1,0
Brasil	3.939	3.008	48%	43%	1,1	1335	616	16%	9%	1,8

APÊNDICE L – Candidatos por partido e indicadores de recrutamento partidário com comparação racial (TSE 2014, deputado federal).

UF	Qtd Cands PMDB Branco	Qtd Cands PMDB Pretos/Par	% Cands PMDB Branco	% Cands PMDB Pr/Par	Razão Candidatos PMDB – Branco e Pr/Par	Qtd Cands PSDB Branco	Qtd Cands PSDB Pr/Par	% Cands PSDB Branco	% Cands PSDB Pr/Par	Razão Candidatos PSDB – Branco e Negros	Qtd Cands PT Branco	Qtd Cands PT Pr/Par	% Cands PT Branco	% Cands PT Pr/Par	Razão Candidatos PT – Branco e Pr/Par
AC	1	1	50%	50%	1,0	2	3	40%	60%	0,7	4	6	40%	60%	0,7
AL	9	3	75%	25%	3,0	6	6	50%	50%	1,0	0	1	0%	100%	0,0
AM	2	2	50%	50%	1,0	1	0	100%	0%	∞	4	3	57%	43%	1,3
AP	3	2	60%	40%	1,5	1	2	33%	67%	0,5	2	3	40%	60%	0,7
BA	5	4	56%	44%	1,3	4	3	57%	43%	1,3	6	14	30%	70%	0,4
CE	7	5	58%	42%	1,4	7	1	88%	13%	7,0	5	5	50%	50%	1,0
DF	4	1	80%	20%	4,0	11	3	79%	21%	3,7	6	4	60%	40%	1,5
ES	3	1	75%	25%	3,0	6	1	86%	14%	6,0	7	2	78%	22%	3,5
GO	7	4	64%	36%	1,8	11	4	73%	27%	2,8	6	2	75%	25%	3,0
MA	6	4	60%	40%	1,5	4	0	100%	0%	∞	5	15	25%	75%	0,3
MG	23	3	85%	11%	7,7	19	9	68%	32%	2,1	23	12	66%	34%	1,9
MS	13	0	100%	0%	∞	6	3	67%	33%	2,0	5	1	71%	14%	5,0
MT	1	3	25%	75%	0,3	2	3	33%	50%	0,7	3	0	100%	0%	∞
PA	7	4	64%	36%	1,8	6	12	33%	67%	0,5	4	4	50%	50%	1,0
PB	8	0	100%	0%	∞	4	1	80%	20%	4,0	5	1	83%	17%	5,0
PE	2	0	100%	0%	∞	4	0	100%	0%	∞	8	0	100%	0%	∞
PI	2	0	100%	0%	∞	0	0	0%	0%		2	4	33%	67%	0,5
PR	16	1	94%	6%	16,0	7	0	100%	0%	∞	14	1	82%	6%	14,0
RJ	21	10	68%	32%	2,1	25	16	61%	39%	1,6	21	15	58%	42%	1,4
RN	2	0	100%	0%	∞	0	1	0%	100%	0,0	4	3	57%	43%	1,3
RO	7	4	64%	36%	1,8	3	1	75%	25%	3,0	4	6	40%	60%	0,7
RR	1	1	50%	50%	1,0	3	0	100%	0%	∞	1	3	20%	60%	0,3
RS	28	1	97%	3%	28,0	16	2	89%	11%	8,0	15	1	88%	6%	15,0
SC	10	1	91%	9%	10,0	11	1	92%	8%	11,0	13	4	76%	24%	3,3
SE	3	0	100%	0%	∞	1	3	25%	75%	0,3	4	1	80%	20%	4,0
SP	59	13	78%	17%	4,5	50	2	96%	4%	25,0	49	17	73%	25%	2,9
TO	4	0	100%	0%	∞	0	0	0%	0%		1	0	100%	0%	∞
Brasil	254	68	78%	21%	3,7	210	77	73%	27%	2,7	221	128	62%	36%	1,7

APÊNDICE M – Candidatos por partido e indicadores de recrutamento partidário com comparação racial (TSE 2014, deputado estadual/distrital).

UF	Qtd Cands PMDB Branco	Qtd Cands PMDB Pr/Par	% Cands PMDB Branco	% Cands PMDB Pr/Par	Razão Candidatos PMDB - Branco e Pr/Par	Qtd Cands PSDB Branco	Qtd Cands PSDB Pr/Par	% Cands PSDB Branco	% Cands PSDB Pr/Par	Razão Candidatos PSDB Branco e Pr/Par	Qtd Cands PT Branco	Qtd Cands PT Pr/Par	% Cands PT Branco	% Cands PT Pr/Par	Razão Candidato s PT – Branco e Pr/Par
AC	1	12	8%	92%	0,1	3	21	13%	88%	0,1	9	18	33%	67%	0,5
AL	5	11	31%	69%	0,5	8	10	44%	56%	0,8	5	14	26%	74%	0,4
AM	13	11	54%	46%	1,2	9	15	36%	60%	0,6	1	8	10%	80%	0,1
AP	2	4	33%	67%	0,5	2	9	18%	82%	0,2	4	7	36%	64%	0,6
BA	11	7	61%	39%	1,6	4	9	31%	69%	0,4	10	42	19%	79%	0,2
CE	13	13	50%	50%	1,0	9	5	56%	31%	1,8	10	4	71%	29%	2,5
DF	25	23	52%	48%	1,1	36	12	75%	25%	3,0	14	24	37%	63%	0,6
ES	16	3	84%	16%	5,3	27	20	57%	43%	1,4	11	2	79%	14%	5,5
GO	34	12	74%	26%	2,8	29	3	91%	9%	9,7	26	21	54%	44%	1,2
MA	10	5	67%	33%	2,0	5	2	71%	29%	2,5	3	20	13%	87%	0,2
MG	28	13	68%	32%	2,2	25	12	68%	32%	2,1	40	28	59%	41%	1,4
MS	25	3	86%	10%	8,3	22	6	79%	21%	3,7	10	15	40%	60%	0,7
MT	5	8	38%	62%	0,6	9	6	60%	40%	1,5	4	7	36%	64%	0,6
PA	12	21	36%	64%	0,6	6	22	21%	79%	0,3	16	22	41%	56%	0,7
PB	10	0	100%	0%	∞	16	8	67%	33%	2,0	10	2	83%	17%	5,0
PE	3	4	43%	57%	0,8	6	7	46%	54%	0,9	7	9	44%	56%	0,8
PI	12	1	92%	8%	12,0	2	5	29%	71%	0,4	5	14	26%	74%	0,4
PR	33	5	87%	13%	6,6	31	0	100%	0%	∞	28	1	97%	3%	28,0
RJ	44	16	73%	27%	2,8	20	21	49%	51%	1,0	39	23	63%	37%	1,7
RN	13	2	87%	13%	6,5	2	3	40%	60%	0,7	11	9	52%	43%	1,2
RO	17	9	65%	35%	1,9	6	17	26%	74%	0,4	8	18	30%	67%	0,4
RR	4	2	67%	33%	2,0	3	4	43%	57%	0,8	3	3	43%	43%	1,0
RS	50	6	89%	11%	8,3	18	4	82%	18%	4,5	56	4	93%	7%	14,0
SC	29	0	100%	0%	∞	22	1	96%	4%	22,0	26	3	90%	10%	8,7
SE	8	4	67%	33%	2,0	6	1	86%	14%	6,0	1	5	17%	83%	0,2
SP	78	18	80%	19%	4,3	76	5	92%	6%	15,2	68	23	74%	25%	3,0
TO	6	11	35%	65%	0,5	4	2	67%	33%	2,0	8	17	32%	68%	0,5
Brasil	507	224	69%	31%	2,3	406	230	63%	36%	1,8	433	363	54%	45%	1,2